DIARIO OFFICIAL

Real Melhoramentos no Brazil
Primeiro de Março n. 127.

ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

REPUBLICA FEDERAL

ORDEM E PROGRESSO

ANNO XLVIII — 21º DA REPUBLICA N. 245

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA 20 DE OUTUBRO DE 1909

As assignaturas do « Diario Official » são pagas adeantadamente: na Capital Federal, á Thesouraria da Imprensa Nacional; nos Estados, ás Delegacias Fiscaes do Thesouro Federal e ás Alfandegas, e custam:

Por anno.....	24\$000
Por nove mezes.....	18\$000
Por seis mezes.....	12\$000

Os funcionarios publicos da União que autorizarem o desconto mensal de 1\$500 em seus vencimentos terão direito ao recebimento da folha pelo tempo que fixarem.

Os funcionarios publicos, estaduais ou municipaes, poderão obter a folha pelo mesmo preço, sendo, porém, o pagamento adeantado.

SUMMARIO

DIARIO OFFICIAL.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO:

Decreto n. 7.562, que approva as clausulas para a revisão do contracto celebrado com a Companhia Estrada de Ferro de Goyaz.

Decreto n. 7.583, que approva a planta do local em Porto Alegre para uma estação central da rede de viação ferrea arrendada á *Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil* e declara de utilidade publica a desapropriação dos terrenos e bemfeitorias nelles comprehendidas.

Decreto n. 7.606, que concede autorização á *The Agua Suja Mining Company, limited*, para continuar a funcionar na Republica.

Mensagem.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Decretos de 18 do corrente.

Ministerio da Marinha — Decreto de 14 do corrente.

SECRETARIAS DE ESTADO:

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Expediente das Directorias da Justiça, Contabilidade e de Saude Publica — Policia do Districto Federal.

Ministerio da Fazenda — Titulos, portarias e expediente — Directorias do Expediente e das Rendas Publicas, do Thesouro Federal — Recebedoria do Rio de Janeiro.

Ministerio da Marinha — Portarias e expediente.

Ministerio da Viação e Obras Publicas — Portarias e expediente da Directoria de Obras e Viação.

Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio — Portarias e expediente.

DIARIO DOS TRIBUNAES — TRIBUNAL DE CONTAS — NOTICIARIO — RENDAS PUBLICAS — EDITAES E AVISOS — PARTE COMMERCIAL — SOCIEDADES ANONYMAS — Rectificação da sociedade anonyma « A Internacional » — SOCIEDADES CIVIS — Estatutos do « Carioca Club » — ANNUNCIOS.

DIARIO OFFICIAL

MINISTERIO

Por decreto de 16 do corrente, foi nomeado Ministro de Estado da Guerra, o general de brigada José Bernardino Borbann.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. 7.562 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1909 (*)

Approva as clausulas para a revisão do contracto celebrado com a Companhia Estrada de Ferro de Goyaz

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização constante do n. 9 do art. 16 da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908, decreta:

Artigo unico. Ficam approvadas as clausulas que com este baixam, assignadas pelo Ministro e Secretario de Estado da Viação e Obras Publicas para a revisão do contracto celebrado com a Companhia Estrada de Ferro de Goyaz, approvedo pelo decreto n. 6.438, de 27 de março de 1907 e para a modificação do traçado da mesma estrada.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1909, 88º da Independencia e 21º da Republica.

NILO PEÇANHA.

Francisco Sá.

Clausulas a que se refere o decreto n. 7.562, desta data

I

As linhas a que se refere a concessão feita á Companhia Estrada de Ferro de Goyaz, pelo decreto n. 6.438, de 27 de março de 1907, ficam substituidas pelas linhas de Formiga a Goyaz, passando pelo municipio de Catalão, com um ramal para a cidade de Uberaba, e pela que, partindo de Araguary, vá se encontrar com aquella no ponto mais conveniente, no mesmo municipio de Catalão.

II

O Governo pagará á companhia, em titulos de 5 %, juros ouro, ao anno, recebidos por ella ao par, a importancia que fór fixada nos estudos definitivos approvedos pelo Governo, de accordo com a extensão fixada por este, não podendo exceder de 35:000\$, ouro, o preço maximo kilometrico.

III

A companhia receberá em pagamento, pelo trecho já concluido e pelos que restam a concluir, uma somma que não excederá ao maximo de 35:000\$, ouro, por kilometro, e que será determinada pela applicação da tabella de preços já approveda. Os pagamentos serão feitos por trimestre, em titulos de 5 %, ouro.

IV

A companhia obriga-se a resgatar as obrigações hypothecarias relativas ao capital já autorizado e depositado para construcção de suas linhas, antes do prazo fixado para a conclusão das mesmas linhas, de accordo com a clausula VI.

A medida que fór sendo effectuado esse resgate, o Gover pagará, de accordo com a disposição da clausula III, as obras feitas, correspondentes aos titulos resgatados, cessando ao mesmo tempo a garantia de juros relativa a essa parte do capital.

V

A companhia poderá negociar desde que seja a isso autorizada pelo Governo, a totalidade, ou parte, dos titulos correspondentes ás estradas de ferro a que se refere a clausula I, depositando a disposição do Governo, em bancos da praça de Paris e no Banco do Brazil, nesta praça, 90 % do valor nominal dos titulos; neste caso, deverão os pagamentos ser-lhe feitos em dinheiro, nas mesmas condições em que teriam de ser em apolices, deduzindo, porém, 10 % das respectivas contas. Os juros pagos pelo Governo sobre

(*) Reproduz-se por ter sahido com incorrecções.

os títulos emitidos por antecipação serão debitados á Companhia, sendo, porém, levados á seu credito os juros pagos pelos bancos sobre os depósitos effectuados na forma do disposto em clausula V, do decreto n. 6.944, de 7 de maio de 1908.

Além da deducção dos 10% acima referidos, serão retidos 5%, que ficarão em deposito, como caução, até final conclusão das duas linhas.

VI

A Companhia obriga-se a apresentar o complemento dos estudos definitivos das linhas já referidas na clausula I, no prazo de 10 mezes, contados da data da assignatura do contracto; a iniciar a construcção da 1ª secção, 30 dias depois da approvação dos respectivos estudos definitivos; a concluir a construcção das linhas de que trata a clausula I, no prazo de tres e meio annos, contados da data de assignatura do contracto.

Os estudos definitivos podem ser apresentados á approvação do Governo por secções nunca inferiores a 50 kilometros de extensão.

VII

Os estudos definitivos de cada secção serão considerados como approvados pelo Governo, si, dentro de 30 dias da data da sua entrega á Secretaria da Repartição Federal de Fiscalização, nada houver sido deliberado a respeito.

VIII

Os estudos definitivos de cada secção constarão dos seguintes documentos:

1º Planta geral da linha e um perfil longitudinal com indicação dos pontos obrigados de passagem.

O traçado será indicado por uma linha vermelha e continua sobre a planta geral, na escala de 1 por 4.000, com indicação dos raios de curvatura, e a configuração do terreno representada por meio de curvas de nível equidistantes de tres metros; e bem assim, em uma zona de 80 metros, pelo menos, para cada lado, os campos, matas, terrenos pedregosos e, sempre que for possível, as divisas das propriedades particulares, as terras devolutas e as minas.

Nessa planta serão indicadas as distancias kilometricas, contadas do ponto de partida da estrada de ferro, a extensão dos alinhamentos rectos e bem assim a origem, a extremidade, o desenvolvimento, o raio e sentido das curvas.

O perfil longitudinal será feito na escala de 1 por 400 para as alturas e de 1 por 4.000 para as distancias horizontaes, mostrando respectivamente por linhas pretas e vermelhas o terreno natural e as plataformas dos cortes e aterros. Indicar-se-á por meio de tres linhas horizontaes, traçadas abaixo do plano de comparação:

I. As distancias kilometricas, contadas a partir da origem da estrada de ferro.

II. A extensão e indicação das rampas e contrarampas e extensão dos patamares.

III. A extensão dos alinhamentos rectos, o desenvolvimento e raio das curvas.

No perfil longitudinal e na planta será indicada a posição das estações, paradas, obras de arte e vias de comunicação transversaes.

2º. Perfis transversaes na escala de 1/200 em numero sufficiente para o calculo do movimento de terras.

3º. Projecto de todas as obras de arte, necessarias para o estabelecimento da estrada, suas estações e dependencias e abastecimento de agua as locomotivas, incluindo os typos geraes que forem adoptados.

Estes projectos se comporão de projecções horizontaes e verticaes, e de secções transversaes e longitudinaes na escala de 1/200.

4º. Plantas de todas as propriedades que for necessario adquirir por meio de desapropriação.

5º. Relação das pontes, viaductos, pontilhões e boeiros, com as principais dimensões, posição na linha, systema de construcção e quantidade de obra.

6º. Tabella da quantidade das escavações necessarias para executar-se o projecto, com indicação da classificação provavel e bem assim a das distancias medias do transporte.

7º. Tabella dos alinhamentos e dos seus desenvolvimentos, raios das curvas, inclinação e extensão das declividades.

8º. Calhetas authenticas das notas das operações topographicas, geodesicas e astronomicas feitas no terreno.

9º. Tabella dos preços compostos e elementares em que se basear o orçamento.

10. Orçamento da despesa total do estabelecimento da estrada, dividido nas seguintes classes:

I. Estudos definitivos e locação da linha.

II. Movimento de terras.

III. Obras de arte correntes.

IV. Obras de arte especiaes.

V. Superstructura das pontes.

VI. Via permanente.

VII. Estações e edificios, orçada cada uma separadamente com os accessorios necessarios, officinas e abrigos de machinas e de carros.

VIII. Material rodante, mencionando-se especificadamente o numero de locomotivas e de vehiculos de todas as classes.

IX. Telegrapho electrico.

X. Administração, direcção e conducção dos trabalhos de construcção.

XI. Relatorio geral e memoria descriptiva não sómente dos terrenos atravessados pelo traçado da estrada, mas tambem da zona mais directamente interessada.

Neste relatorio e memoria descriptiva serão expostos com a possível exactidão a estatistica da população e da producção, o trafego provavel da estrada, o estado, a ureza e a fertilidade dos terrenos, sua aptidão para as diversas culturas, as riquezas mineiras e florestaes, os terrenos devolutos, a possibilidade e conveniencia do estabelecimento de nucleos coloniaes, os caminhos convergentes a estrada de ferro ou os que convier construir, e os pontos mais convenientes para estações.

IX

Procurar-se-ha dar ás curvas o maior raio possível. O raio minimo será de 150 metros. As curvas dirigidas em sentidos contrarios deverão ser separadas por uma tangente de dez metros pelo menos.

A declividade maxima será de 2,5%, limite que só será attingido em casos excepcionaes.

A estrada será dividida em secções de serviço de locomotivas, procurando-se, em cada uma destas, uniformizar as condições technicas, de modo a affectuar o melhor aproveitamento da força dos motores.

As rampas, contrarampas e patamares serão ligados por curvas verticaes de raios e desenvolvimento convenientes.

Toda rampa seguida de contrarampa será parada desta por um patamar de 30 metros, pelo menos; nos tunneis e nas curvas de pequeno raio se evitará, o mais possível, o emprego de fortes declives.

Sobre as grandes pontes e viaductos metallicos, bem como á entrada dessas obra, se procurará não empregar curva de pequeno raio ou fortes declividades, afim de evitar a producção de vibrações nocivas ás juntas e a ticulações das diversas peças.

As paradas e estações serão de preferencia situadas sobre porção da linha em recta e de nível.

X

A estrada será de via singela, mas terá os desvios e linhas auxiliares que forem necessarios para o movimento dos trens.

A distancia entre as fices internas dos trilhos será de 1^m.0.

As dimensões do perfil transversal serão sujeitas á approvação do Governo.

As valetas longitudinaes terão as dimensões e declive necessarios para dar prompto escoamento ás aguas.

A inclinação dos taludes dos cortes e aterros será fixada em vista da altura destes e natureza do terreno.

XI

Nos tunneis, como nos viaductos inferiores, deverá haver um intervalo livre nunca menor de 1^m.50, de cada lado dos trilhos.

Além disso, haverá, de distancia em distancia, no interior dos tunneis, nichos de abrigo.

As aberturas dos bocas de construcção e ventilação dos tunneis serão guardadas de um parapeito de alvenaria de dois metros de altura e não poderão ser feitas nas vias de comunicação existentes.

XII

A companhia empregará materias de boa qualidade na execução de todas as obras e seguirá-se sempre as prescripções da arte, de modo que obtenha construcções perfeitamente solidas.

O systema e dimensões das fundações das obras de arte serão fixados por occasião da execução, tendo em atencção a natureza do terreno e as pressões supportadas, por accordo entre a companhia e o Governo.

A companhia será obrigada a administrar os apprelhos e pessoal necessario ás sondagens e fimaminto de estacas de ensaios, etc.

XIII

A companhia construirá todos os edificios e dependencias necessarios para que o trafego se effectue regularmente e sem perigo para a segurança publica.

As estações conterão sala de espera, bilheteria, accommodações para o agente, armazens para mercadorias, caixa de agua, latrina, mictorios, rampas de carregamento e embarque de animaes, balanças, relógios, lampões, desvios, cruzamentos, chavos, signaes e cercas.

As estações e paradas terão mobilia apropriada.

Os edificios das estações e paradas terão, do lado da linha, uma plataforma coberta para embarque e desembarque dos passageiros. As estações e paradas terão dimensões de accordo com a sua importancia. O Governo poderá exigir que a companhia faça nas estações e paradas os aumentos reclamados pelas necessidades da lavoura, commercio e industria.

XIV

O trem rodante compôr-se-ha de locomotivas, alimentadores (tenders) de carros de 1ª e 2ª classes para passageiros, de carros especiaes para o serviço do correio, vagões de mercadorias, inclusive os de gado, lastro, freio e, finalmente, de carros para condução de ferro, madeira, etc., indicados no orçamento approvedo.

Todo o material será construido com os melhoramentos e commodidades que o progresso houver introduzido no serviço de transportes por estradas de ferro e segundo o typo que fôr adoptado de accordo com o Governo.

O Governo poderá prohibir o emprego do material que não preencha estas condições.

A companhia deverá fornecer o trem rodante proporcionalmente á extensão de cada uma das secções em que se dividir a estrada e que, a juizo do Governo, deva ser aberta ao transitto publico e, si nesta secção, o trafego exigir, a juizo do fiscal por parte do Governo, maior numero de locomotivas, carros de passageiros e vagões, do que proporcionalmente a ellas cabiam, a Companhia será obrigada, dentro de seis mezes, depois de reconhecida aquella necessidade por parte do Governo e della sciente, a augmentar o numero de locomotivas, carros de passageiros, vagões e mais material exigido pelo fiscal por parte do Governo, contanto que tal augmento fique dentro dos limites estabelecidos no primeiro periodo desta clausula.

A Companhia incorrerá na multa de 2:000\$ a 5:000\$ por mox de demora, além dos seis mezes que lhe são concedidos para o augmento do trem rodante acima referido.

E si, pa sidos seis mezes mais, além do fixado para o augmento, este não tiver sido feito, o Governo fornecerá o dito augmento do material por conta da Companhia.

XV

A Companhia entregará ao Governo, sem indemnização alguma logo que inaucurar o trafego de cada secção da estrada, uma das linhas telegraphicas que é obrigada a construir em toda a extensão da estrada, responsabilizando-se ella pela guarda dos fios, postes e aparelhos electricos pertencentes ao mesmo Governo.

XVI

E' livre ao Governo, em todo o tempo, mandar engenheiros de sua confiança acompanhar os estudos e os trabalhos da construção, a fim de examinar si são executadas com proficiencia, metodo e precisa actividade.

XVII

Si, durante a execução ou ainda depois da terminação dos trabalhos, se verificar que qualquer obra não foi executada conforme as regras do arte, o Governo poderá exigir da Companhia a sua demolição ou reconstrução total ou parcial, ou fazel-a por admnistracão á custa da mesma Companhia.

XVIII

Um anno depois da terminação dos trabalhos, a Companhia entregará ao Governo uma planta cadastral de toda a estrada, bem como uma relação das estações e obras de arte, e um quadro demonstrativo do custo da mesma estrada.

De toda e qualquer alteração ou aquisição ulterior, será tambem enviada planta ao Governo.

XIX

Logo que a renda liquida exceder de 12 %, o Governo terá o direito de exigir a redução das tarifas de transporte.

Estas reduções se effectuarão, principalmente, em tarifas differenciaes para os grandes percursos e nas tarifas dos generos destinados á exportação.

XX

Na época fixada para a terminação da concessão, a estrada de ferro e suas dependencias deverão achar-se em bom estado de conservação.

Si no ultimo quinquennio da concessão da estrada esta fôr descurada, o Governo terá o direito de applicar a receita naquello serviço.

XXI

Approvedos os estudos definitivos de toda a estrada, será fixado o preço médio kilometrico, de accordo com as seguintes subdivisões:

a) trabalhos preliminares:

- b) movimento de terras;
 - c) obras de arte correntes;
 - d) obras de arte especiaes;
 - e) via permanente;
 - f) estações, edificios e installação do trafego;
 - g) cerca da linha;
 - h) linhas e aparelhos telegraphicos;
 - i) material rodante.
- Cujo total não poderá exceder o fixado na clausula II.

XXII

Na conformidade do prescripto na clausula anterior, serão feitos á companhia pagamentos trimensaes dos trabalhos executados, mediante avaliações provisórias effectuadas pela Repartição Federal de Fiscalização das Estradas de Ferro. Antes da aprovação dos estudos definitivos de toda a estrada, as avaliações provisórias serão feitas segundo os estudos definitivos dos trechos approvedos, respeitado o disposto na clausula II.

XXIII

A conservação das secções concluidas correrá por conta da companhia como constructora das obras, até que estejam aceitos toda a linha de Formiga a Goyaz e o trecho de Araxuary ao ponto de ligação e autorizada pela Repartição Geral de Fiscalização das Estradas de Ferro a respectiva entrega ao trafego provisório, de accordo com o horario proposto pela companhia e approvedo pelo Governo.

XXIV

E' concedido á companhia:

a) o direito de desapropriar por utilidade publica, na fórma das leis em vigor, os terrenos e bemfeitorias necessarios a construção da estrada;

b) a isenção dos direitos de importação para o material destinado á construção da estrada e ao respectivo custeio durante o prazo do arrendamento.

Sendo federaes os serviços a cargo da companhia, está ella isenta do pagamento de impostos estaduais e municipaes.

XXV

Si no prazo marcado na clausula VI para a construção das estradas de ferro, que fazem o objecto deste contracto, ellas não estiverem terminadas, a companhia pagará pelo excesso de prazo as multas de:

200\$ por dia até quatro mezes; 400\$ por dia de quatro a oito mezes, e de 1:000\$ por dia de oito mezes em diante.

XXVI

A construção das obras não poderá ser interrompida, e, si o fôr por mais de tres mezes, salvo caso de força maior, a juizo do Governo, calucará de pleno direito, independente de interpellação ou acção judicial, o presente contracto, perdendo a companhia a caução de que trata a clausula V.

XXVII

A medida que forem recebidas definitivamente as secções da linha, serão ellas entregues á companhia para trafegal-as provisoriamente, estabelecendo-se os horarios e tarifas de accordo com o Governo.

XXVIII

A fiscalização da estrada e de todos os serviços a cargo da companhia será incumbida á Repartição Federal de Fiscalização das Estradas de Ferro, devendo a companhia entrar annualmente para o Thesouro Federal com a quantia de 50:000\$, por semestres adiantados, para as respectivas despesas.

XXIX

Verificada a fiel execução do contracto de construção, será entregue á companhia, por occasião do ultimo pagamento definitivo, a caução depositada no Thesouro Federal para garantia do mesmo contracto, com excepção da importancia de 1.000:000\$ em titulos de 5% juros ouro a) anno, que continuará retida como garantia da execução do contracto de arrendamento.

XXX

As estradas de ferro a que se refere a clausula I, serão arrendadas á Companhia Estrada de Ferro de Goyaz por prazo que se contará da data da conclusão de sua construção e terminará em 31 de dezembro de 1970.

Durante este prazo, o trafego das estradas não poderá ser interrompido, salvo caso de força maior, a juizo do Governo.

XXXI

O preço do arrendamento constará:

I. Das seguintes contribuições sobre a renda bruta em papel moeda:

a) 5 % da renda bruta logo que esta atingir a 2:000\$ por kilometro;

b) 10 % do excesso da renda bruta de 2:500\$ a 4:000\$ por kilometro;

c) 15 % do excesso da renda bruta de 4:000\$ a 4:500\$ por kilometro;

d) 20 % do excesso da renda bruta de 4:500\$ a 5:000\$ por kilometro;

e) 25 % do excesso da renda bruta sobre 5:000\$ por kilometro.

II. Da contribuição de 20 % da renda líquida que exceder a 1.000:000\$, papel por anno.

XXXII

A companhia terá preferencia para a construção de seus prolongamentos e ramaes, em igualdade de condições com outros concurrentes.

XXXIII

Para os efeitos do contracto de arrendamento, são considerados:

I. Como capital:

Uma somma inicial devidamente justificada pela companhia e approvada pelo Governo e as quantias autorizadas pelo Governo para serem levadas a esta conta, na qual nehuma quantia poderá ser incluída sem que preceda a aprovação do Governo e represento despeza por elle previamente autorizada.

II. Como renda bruta:

A somma de todas as rendas ordinarias, extraordinarias e eventuaes arrecadadas pela companhia;

III. Como despezas de custeio:

Todas as que forem relativas ao trafego da estrada de ferro, á conservação ordinaria e extraordinaria da linha, edificios e suas dependencias, á renovação do material fixo e rodante, ás resultantes de accidentes na estrada, roubos, incendios, seguro e de todos os casos de força maior; ás de administração na Europa approvadas pelo Governo, e ás de fiscalização por parte deste.

IV. Como renda líquida:

A differença entre a renda bruta e as despezas de custeio, augmentadas das contribuições pagas pela companhia como preço de arrendamento, nos termos da clausula XXXI, n. 1.

Determinar-se-ha a extensão das estradas de ferro arrendadas, para o effeito de fixar a renda bruta média kilometrica, computando-se apenas a distancia real de centro de estação inicial a centro de estação terminal, sem levar em conta os desvios, nem as linhas duplas.

XXXIV

A tomada de contas para pagamento das contribuições de que trata a clausula XXXI, será feita por processo identico ao que vigorar para o pagamento da garantia de juros.

§ 1.º No primeiro semestre de cada anno a renda bruta arrecadada será considerada, provisoriamente como a metade da renda bruta annual.

§ 2.º A liquidação definitiva das contribuições devidas á Fazenda Nacional pelo arrendamento da estrada de ferro, far-se-ha na tomada de contas do segundo semestre de cada anno, de accordo com a renda bruta de todo o anno.

§ 3.º Concluidas as tomadas de contas semestraes, a companhia recolherá ao Thesouro Federal, no prazo de 10 dias, as contribuições de arrendamento a que se refere a clausula XXXI, que tiverem sido apuradas.

XXXV

A Companhia receberá a estrada de ferro e todas as suas dependencias pelo inventario que tiver sido organizado no acto da acção definitiva da estrada de ferro pelo Governo, ao qual serão sempre acrescentados o material rodante e obras novas levados á conta de capital e deduzido o material imprestavel que for substituído, a juizo do Governo, lavrando-se termo da entrega.

Findo o arrendamento, a Companhia entregará a estrada de ferro por esse inventario, com as modificações que houver soffrido durante o prazo do contracto.

Servirá o mesmo inventario para os casos de encampação do contracto de arrendamento e de occupação temporaria pelo Governo.

XXXVI

O Governo poderá occupar temporariamente a estrada. Neste caso pagará a Companhia uma indemnização igual á média da renda líquida dos periodos correspondentes no quinquennio prece-

dente á occupação ou nos annos anteriores, caso não haja ainda decorrido um quinquennio, ou a média da renda líquida nos mezes anteriores, caso não haja ainda decorrido um anno.

XXXVII

O Governo poderá fazer a encampação do contracto depois de 31 de dezembro de 1940.

A indemnização corresponderá, neste caso, a 25 % da renda líquida média annual verificada no ultimo quinquennio, multiplicada pelo numero de annos que faltarem para a terminação do arrendamento e mais o capital fixado nos termos da clausula XXXIII, deduzida della a competente amortização, calculada pela fórmula

$$A = a \frac{(1 + 0,06)^n - 1}{0,06};$$

sendo A o capital primitivo, a a dotação annual da amortização e n o numero de annos do contracto $\frac{a}{e A}$ a taxa de amortização.

Fica entendido que a presente clausula só é applicavel aos casos ordinarios e que não abroga o direito de desappropriação por utilidade publica que tem o Estado.

XXXVIII

A Companhia obriga-se a admittir e manter trafego mutuo com as empresas de viação ferrea e fluvial, e bem assim, com a Reparação Geral dos Telegraphos, na forma das leis e dos regulamentos em vigor e de conformidade com as normas adoptadas na Estrada de Ferro Central do Brazil; e a estabelecer percusso mutuo com as estradas de ferro, a que for applicavel, conforme as disposições adoptadas nas estradas de ferro de Santos a Jundiaby e Paulista, submettendo os respectivos accordos á aprovação do Governo.

XXXIX

A Companhia obriga-se a fundar nucleos coloniacos, pelo menos um em cada trecho de 100 kilometros, de accordo com os onus e vantagens estabelecidos para o serviço de povoamento do sólo, no decreto de ns. 6.455, de 19 de abril de 1907. Os planos desses nucleos serão apresentados ao Governo para a necessaria aprovação, dentro de dous annos contados da entrega ao trafego das linhas arrendadas.

XL

O Governo reserva-se o direito de fazer executar pela Companhia ou por conta della, durante o prazo do arrendamento, as alterações e novas obras, cuja necessidade a experiencia haja indicado em relação á segurança publica, policia da estrada de ferro ou ao trafego.

XLI

A Companhia fica obrigada a augmentar o material rodante em qualquer época, desde que este se torne insufficiente para attender ao desenvolvimento do trafego, comprehendidos os carros destinados exclusivamente ao transporte do gado em pé.

XLII

Todas as indemnizações e despezas motivadas pela construção, conservação, trafego e reparação da estrada de ferro, correrão, exclusivamente, sem excepção, por conta da Companhia.

XLIII

A Companhia obriga-se a cumprir as disposições do regulamento de 25 de abril de 1857, e, bem assim, quaesquer outras da mesma natureza, que forem adoptadas para segurança e policia das estradas de ferro, uma vez que não contrariem as presentes clausulas.

XLIV

A Companhia é obrigada a conservar com cuidado e durante todo o tempo do arrendamento e a manter em estado de preencherem perfeitamente o seu destino, tanto a estrada de ferro e suas dependencias, como o material rodante, sob pena de multa, ou de ser a conservação feita pelo Governo á custa da Companhia.

No caso de interrupção do trafego, excedente de 30 dias consecutivos, por motivo não justificado, o Governo terá o direito de impôr uma multa por dia de interrupção igual á renda líquida do mesmo dia no anno anterior, e restabelecerá o trafego, correndo as despezas por conta da Companhia.

XLV

Durante o tempo do arrendamento, o Governo não concederá nenhuma estrada de ferro dentro de uma zona de 20 kilometros para cada lado do eixo da estrada e na mesma direcção desta. O

Governo reserva-se o direito de conceder estradas que, tendo o mesmo ponto de partida e direcções diversas, possam approximar-se e até cruzar a linha concedida, contanto que, dentro da referida zona, não recebam generos ou passageiros.

XLVI

Os preços dos transportes serão fixados em tarifas approvadas pelo Governo, não podendo exceder os dos meios ordinarios de condução ao tempo da organização das mesmas tarifas. As tarifas serão revistas, pelo menos, de trez em trez annos, a contar da data da approvação, por determinação do Governo, tendo principalmente em vista favorecer a produção nacional.

XLVII

Pelos preços fixados nessas tarifas, a Companhia será obrigada a transportar, constantemente, com cuidado, exactidão e presteza, as mercadorias de qualquer natureza, os passageiros e suas bagagens, os animaes domesticos e outros, e os valores que lhe forem confiados.

XLVIII

A Companhia poderá fazer todos os transportes por preços inferiores aos das tarifas approvadas pelo Governo; mas de modo geral e sem excepção, quer em prejuizo, quer em favor de quem quer que seja. Estas baixas do preço se farão effectivas com o consentimento do Governo, sendo o publico avisado por meio de annuncios affixados nas estações e insertos nos jornaes.

Si a Companhia fizer transporte por preço inferior aos das tarifas, sem aquelle previo consentimento, o Governo poderá applicar a mesma redução a todos os transportes de igual categoria, isto é, pertencentes á mesma classe da tarifa, e os preços assim reduzidos não tornarão a ser elevados, como no caso do previo consentimento do Governo, sem autorizaçãõ expressa deste, avisando-se o publico com um mez, pelo menos, de antecedencia.

As reduções concedidas a indigentes, não poderão dar logar á applicação deste artigo.

XLIX

A companhia obriga-se a transportar gratuitamente:

1º, os colonos e immigrants, suas bagagens, ferramentas, utensilios e instrumentos agrarios;

2º, as sementes, os adubos chimicos e as plantas envia-las por autoridades federaes, estaduais e municipaes, ou sociedades agricolas, para serem gratuitamente distribuidas pelos lavradores, e os animaes reproductores, bem como os objectos destinados a exposições e feiras de interesse publico;

3º, as malas do Correio e seus conductores, o pessoal encarregado por parte do Governo do serviço da linha telegraphica e o respectivo material, bem como quaesquer sommas de dinheiro pertencentes ao Thesouro Federal ou ao Estado, sendo os transportes effectuados em carros especialmente adaptados para esse fim.

Serão transportados com abatimento de 50 % sobre os preços das tarifas:

1º, as autoridades, escoltas policiaes e suas respectivas bagagens, quando forem em diligencia;

2º, munição de guerra e qualquer numero de soldados do exercito e da guarda nacional ou da policia com seus officiaes e respectiva bagagem, quando mandados a serviço do Governo a qualquer parte da linha, dada ordem para tal fim pelo mesmo Governo, pelo governador do Estado ou outras autoridades que para isso forem autorizadas;

3º, todos os generos, de qualquer natureza que sejam pelo Governo ou pelo governador do Estado enviados para atterder aos soccorros publicos exigidos pela secca, inundações, peste, guerra ou outra calamidade publica, bem como materias destinados a serviços publicos de aguas e esgotos, installações hydro-electricas e aparelhos aperfeiçoados para a industria agricola, pecuaria e mineira.

Todos os mais passageiros e cargas do Governo geral ou dos Estados, não especificados acima, serão transportados com abatimento de 15 %. Terão tambem abatimento de 15 % os transportes de materias que se destinarem á construcção e custeio dos ramaes e prolongamento da propria estrada e destinados ás obras publicas dos municipios os servidos pela estrada.

Sempre que o Governo exigir, em circumstancias extraordinarias, a companhia porá ás suas ordens todos os meios de transpôrte de que dispuzer. Neste caso, o Governo, si o prãforipagará á companhia o que for convenionadõ pelo uso da estrada e todo o seu material, não excedendo o valor da renda média do periodo identico nos ultimos tres annos.

L

O Governo poderá fazer, depois de ouvida a companhia, concessão de ramaes para uso particular, partindo das estações ou de qualquer ponto da linha arrendada, sem que a companhia

tenha direito a qualquer inlemnizaçãõ, salvo si houver augmento eventual de despeza de conservaçãõ.

Todas as obras definitivas ou provisórias necessarias, para obter neste caso a segurança do trafego, serão feitas sem onus para a companhia.

LI

Ficará a companhia constituída em mora *ipso jure*, e obrigada por isso ao pagamento do juro de 9 % ao anno, si não pagar dentro de 10 dias das tomadas de contas as quotas de arrendamento de que trata a clausula XXXI, ou si não pagar dentro de 10 dias do inicio do semestre a respectiva quota de realizaçãõ de que trata a clausula XXVIII, ou si não pagar dentro de 10 dias da entrega da guia de recolhimento e as multas que lhe forem impostas de accôrdo com este decreto.

LII

Sempre que o Governo entender, extraordinariamente, mandará inspecionar o estado das linhas, suas dependencias e material rodante.

O representante do Governo será acompanhado pelo da arrendataria e estes escolherão desde logo um desempatador, decidindo da sorte entre os dous nomes indicados, um pelo representante do Governo e outro pelo da arrendataria, caso não chegue a um accôrdo. Desta inspecção lavrar-se-ha um termo, consignando-se os serviços a fazer, afim de assegurar a boa conservaçãõ da estrada e regularidade do trafego, bem como fixando os prazos em que elles devem ser executados.

A arrendataria fica obrigada a dar cumprimento ao que lhe foi determinado neste termo e nos prazos estatuidos. Não o fazendo, será multada e novos prazos serão marcados pelo Governo. A falta de cumprimento dentro desses novos prazos será punida com a rescisãõ do contracto celebrado nos termos deste decreto.

LIII

A Companhia obriga-se:

1º, a exhibir, sempre que lhe for exigido, os livros de receita e despeza do custeio da estrada e seu movimento, a prestar todos os esclarecimentos e informações que lhe forem reclamadas pelo Governo em relação ao trafego da mesma estrada pela Repartiçãõ Federal de Fiscalizaçãõ das Estradas de Ferro ou quaesquer funcionarios della, competentemente autorizados; e, bem assim, a entregar semestralmente áquella repartiçãõ o relatório circumstanciado dos trabalhos em construcção e da estatistica do trafego, abrangendo as despezas do custeio convenientemente especificadas, e o peso, volume, natureza e qualidade das mercadorias que transportar, com declaraçãõ das distancias médias por ellas percorridas, da receita de cada uma das estações e da estatistica de passageiros, sendo estes devidamente classificados, polendo o Governo, quando entender conveniente, indicar modelos para as informações que a companhia tem de lhe prestar regularmente.

2º, aceitar com definitiva e sem recursos a decisãõ do Governo sobre as questões que se suscitarem relativamente ao uso reciproco das estradas de ferro que lhe pertencerem ou á outra empresa, ficando entendido que qualquer accôrdo que celebrar não prejudicará o direito do Governo ao exame das respectivas estipulações e á modificaçãõ desta, si entender que são offensivas aos interesses da Uniãõ.

3º, a submeter á approvaçãõ do Governo, antes do começo do trafego, o quadro dos seus empregos e a tabella dos respectivos vencimentos, dependendo igualmente qualquer alteraçãõ posterior de autorizaçãõ e approvaçãõ do mesmo Governo.

LIV

Pela inobservancia de qualquer das presentes clausulas, para a qual não se tenha cominado pena especial, poderá o Governo impor multa de 500\$ até 10:00\$ e o dobro nas reincidencias.

LX

A renda bruta da companhia e a cauçãõ feita como garantia do arrendamento, a que se refere a clausula XXIX, respondem pelo pagamento das contribuições e multas estipuladas no presente contracto.

No caso de atraso, o pagamento das contribuições e multas será cobrado executivamente, nos termos do art. 52, lettras b e c, parte V do decreto n. 3.084, de 5 de novembro de 1898.

LVI

Si, decorridos os prazos fixados no presente contracto, não quiser o Governo prorogal-os, poderá de pleno direito declarar caduco o contracto, independente de interpellaçãõ ou açãõ judicial.

LVII

A companhia não poderá transferir o presente contracto de construção e de arrendamento ou parte delle, sem prévia autorização do Governo.

LVIII

No caso de desaccôrdo entre o Governo e a companhia sobre a intelligencia das presentes clausulas, será esta decidida por ara bitros nomeados um pelo Governo e outro pela companhia.

LIX

A companhia, organizada de accôrdo com as leis e regulamentos em vigor, terá representante ou domicilio legal na Republica.

As duvidas ou questões que se suscitarem entre ella e o Governo ou entre ella e os particulares, extranhas á intelligencia das presentes clausulas, serão resolvidas de accôrdo com a legislação brasileira e pelos tribunaes brasileiros.

LX

A estrada de ferro, incluindo as estações, officinas, depositos e mais edificios, dependencias e bemfeitorias e todo o material fixo e rodante, assim como o material em serviço do almoxarifado, preciso para differentes misteros do trafego e devendo responder ás necessidades de um trimestre, reverterão para o dominio da União, sem indemnização alguma, findo o prazo de arrendamento, em 31 de dezembro de 1970.

LXI

O contracto a que se refere o presente decreto deverá ser assignado dentro de trinta dias da sua publicação, sob pena de ficar elle sem effeito.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1909.

Francisco Sá.

DECRETO N. 7.586—DE 7 DE OUTUBRO DE 1909

Approva a planta do local, em Porto Alegre, para uma estação central da rede de viação ferrea arrendada a «Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil» e declara de utilidade publica a desapropriação dos terrenos e bemfeitorias nella comprehendidos

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil*, devidamente representada, decreta:

Artigo unico. Fica approvada a planta que com este baixa rubricada pelo director geral de obras e viação da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas, do local para a construção, em Porto Alegre, de uma estação central da rede de viação ferrea arrendada á *Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil* (e declarada de utilidade publica a desapropriação, na forma da lei, dos terrenos e bemfeitorias comprehendidos na mesma planta.

Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1909, 83° da Independencia e 21° da Republica.

NILO PEÇANHA.

Francisco Sá.

DECRETO N. 7.606 — DE 14 DE OUTUBRO DE 1909

Concede autorização á *The Agua Suja Mining Company, Limited*, para continuar a funcionar na Republica

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *The Agua Suja Mining Company, Limited*, autorizada a funcionar no Brazil pelo decreto n. 5.032, de 10 de novembro de 1903, e devidamente representada, decreta:

Artigo unico. É concedida autorização á *The Agua Suja Mining Company, Limited*, para continuar a funcionar na Republica, com

a alteração feita nos seus estatutos, sob as mesmas clausulas que acompanharam o citado decreto e ficando a referida companhia obrigada a cumprir as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1909, 88° da Independencia e 21° da Republica.

NILO PEÇANHA.

A. Candido Rodrigues.

Deliberação especial da Agua Suja Mining Company Limited

TOMADA A 18 DE MAIO DE 1909 — CONFIRMADA A 5 DE JULHO DE 1909

Numa assembléa geral extraordinaria da Companhia *Agua Suja Mining Company Limited*, devidamente convocada e celebrada no Hotel des Ingénieurs Civils de France, 19, rue Blanche, Paris, a 18 de maio de 1909, foi devidamente tomada a seguinte deliberação e numa Assembléa Geral Extraordinaria subsequente da dita companhia, também devidamente convocada e celebrada no mesmo lugar, no dia 5 de junho de 1909, a referida deliberação foi devidamente confirmada como deliberação especial, sob as leis relativas a companhias, a saber:

«Que os Estatutos da Companhia sejam modificados com a addição do novo estatuto seguinte, que levará o n. 73 A. Os regulamentos aqui contidos ficarão sujeitos ás seguintes disposições, a saber: Todo o possuidor de Obrigações de Renda de uma serie de Obrigações de Renda, da importancia de £21.00 em Obrigações de £1 cada uma, a emitir pela Companhia, terá direito de receber avisos, de pedir e assistir, quer em pessoa, quer por procuração, e sujeito ás disposições das leis relativas a companhias, votar em todas as assembléas geraes da companhia, como se elle estivesse inscripto como possuidor de uma quantia nominal equivalente de acções ordinarias da companhia, porém de modo que num escrutinio de cada £1 de taes Obrigações de Renda possa conferir ao seu possuidor 9) votos, e que em qualquer de taes assembléas quaes quer cinco possuidores de taes obrigações presentes em pessoa ou por mandatario, possam por escripto pedir um escrutinio».

O secretario, *V. L. Beard*.

MENSAGEM

Sr. Presidente da Camara dos Deputados:

Havendo sancionado a resolução do Congresso Nacional que releva do que ainda resta de carga de 15:627\$519, sobre seus vencimentos, o major graduado do 7° regimento de cavallaria do Exército, Camillo Brandão, junto vos devolvo dous dos autographos que acompanham a vossa mensagem de 5 do corrente mez.

Rio de Janeiro, 16 do outubro de 1909, 88° da Independencia e 21° da Republica.

NILO PEÇANHA.

Ministerio da Fazenda—N. 30—Em 16 de outubro de 1909:

Sr. 1° Secretario da Camara dos Deputados:

Tenho a honra de transmittir-vos a inclusa Mensagem de Sr. Presidente da Republica concernente á resolução do Congresso Nacional, que releva do que ainda resta de carga de 15:627\$519, sobre seus vencimentos, o major graduado do 7° regimento de cavallaria do Exército, Camillo Brandão.

Reitero-vos os meus protestos de elevada estima e consideração.—*Leopoldo de Bulhões*.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Por decretos de 18 de outubro corrente, foram aposentados com os vencimentos a que tiverem direito, nos termos do art. 5° do decreto n. 1.631 de 3 de janeiro de 1907, os escriptães da Policia do Districto Federal, Daniel Francisco Lisboa e Luiz de Andrade.

Ministerio da Marinha

Por decreto de 14 do corrente foi aposentado, de conformidade com a lei n. 117, de 4 de novembro de 1892, Domingos Fernandes da Silva Guimarães no lugar de escriptão da Auditoria Geral da Marinha, visto contar mais de 10 annos de effectivo serviço e ter sido julgado invalido, em inspecção de saude.

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Expediente de 16 de outubro de 1909

DIRECTORIA DA CONTABILIDADE

Solicitaram-se ao Ministerio da Fazenda seguintes pagamentos no Thesouro Federal: De 79\$300, objectos de expediente fornecidos ao Archivo Publico Nacional, em setembro findo;

De 4:203\$740, indemnização ao thesoureiro Corpo de Bombeiros, por ter pago as diarias relativas a setembro findo, das praças reformadas daquelle corpo:

De 69\$, objectos de expediente fornecidos ao Commando Superior da Guarda Nacional desta Capital, em setembro findo.

—Consultou-se o parecer do Tribunal de Contas sobre a abertura do credito necessario para pagamento dos subsidios, que, na qualidade de membros do Congresso Nacional, deixaram de receber os Srs. marechal José de Almeida Barreto, Thomaz Delino dos Santos, José Augusto Vinhaes, João de Siqueira Cavalcanti, Antonio Gonçalves Ferreira e Luiz Barreto Murat.

Dia 18

Solicitaram-se do Ministerio da Fazenda os seguintes pagamentos no Thesouro Federal:

De 450\$, folha relativa a setembro findo, dos vencimentos do Dr. Dario Callado, assistente interino da cadeira de clinica prope-

doutica da Faculdade de Medicina desta Capital;

De 2:779\$054, fornecimentos feitos, em setembro findo, ao Instituto Nacional de Surdos-Mudos;

De 1:000\$, collocação de tubos e fios telephonicos no novo edificio da Bibliotheca Nacional;

De 3 282\$, fornecimentos feitos á Directoria Geral de Saude Publica, em setembro findo;

De 400\$, assignatura de 20 exemplares do 4º volume da Historia do Brazil de Rocha Pombo, para este ministerio;

De 5:227\$660, fornecimentos feitos á Escola Polytechnica, no corrente anno.

Expediente de 18 de outubro de 1909

DIRECTORIA DA JUSTIÇA

Autorizou-se o general commandante da Força Policial a excluir das fileiras os soldados Ozorio de Souza Marques e Murio Moraes, indemnizando á Fazenda Nacional do que estiverem a dever-lhe.

—Concedeu-se a licença de tres mezes, em prorrogação, ao ajudante do administrador da Casa de Detenção, capitão Benedicto de Oliveira Machado, para tratamento de saude.

—Transmittiram-se:

—Ao governador do Estado do Rio Grande do Norte cópia do termo de obito, lavrado a bordo do paquete nacional *Mandos*, referente ao passageiro José Baudreira, natural do mesmo Estado;

—Ao delegado fiscal do Thesouro Federal no Estado de S. Paulo o requerimento de Guilherme de Carvalho Whitake, podendo exoneração do cargo de 3º suppleto do substituto do juiz federal no município do Descalvado, no dito Estado.

Requerimento despachado

José Ignacio de Souza, sentenciado da Casa de Correção. — Indeferido.

DIRECTORIA GERAL DE SAUDE PUBLICA

Requerimentos despachados

Dia 18 de outubro de 1909

Bronzeza de Oliveira Castro (2º districto). — Não pôde ser attendida.

Manel Leite Raposo (6º districto). — Approvada nos termos da informação.

Rosa Teixeira Pompeia (6º districto). — Serão concedidos 60 dias.

Adriano Pereira Soares (6º districto). — Serão concedidos 90 dias.

Vieiras, Mattos & Comp. (7º districto). — Serão concedidos 60 dias.

José de Souza Medina (7º districto). — Serão concedidos 90 dias.

Dr. Ismael Nery (7º districto). — Fica adiada a impermeabilisação para quando esta directoria julgar opportuna.

Gustavo A. P. Santiago (7º districto). — Não pôde ser attendido.

Joaquina da Silva Palmeira (7º districto). — Serão concedidos 60 dias.

Joaquim Borges Valladão (8º districto). — A impermeabilisação fica adiada para quando esta directoria julgar opportuna.

Custodia Maria Teixeira (8º districto). — A execução da medida fica adiada até a primeira vacancia.

Arthur Ferreira Machado Guimarães (8º districto). — Como requer.

Antonio Henrique Lacoste. — Deferido.

P. S. Nicolson & Comp. — Deferido.

P. S. Nicolson & Comp. — Certifique-se.

Nelson Dunham. — Submitta-se á inspecção de saude.

Arthur Froes da Motta. — Deferido.

João Pereira da Rocha Lagôa. — Deferido.

Julieta de Miranda Rodrigues. — Deferido.

João Manoel Dias. — Não pôde ser attendido.

João Manoel Dias. — Não pôde ser attendido.

José Custodio Martins Lage. — Deferido.

Luiz José Ferreira Gedeão Junior. — Não pôdes er attendido.

Mario José Venturi. — Deferido.

Oscar Monteiro Lasaro. — Compareça á esta directoria.

Pedro Alves Carneiro. — Deferido.

Pedro Alves Carneiro. — Deferido.

Siegfried Schultz. — Compareça á esta directoria.

Theophilo Teixeira Alvares de Azevedo. — Deferido.

Victor Tumouze. — Compareça á esta directoria.

POLICIA DO DISTRICTO FEDERAL

Por actos de 19 do corrente:

Foi nomeado escrivão interino do 1º districto policial o escrevente do mesmo districto Carlos Jor e Bailly, para servir durante o impedimento do effectivo, que se acha licenciado para tratamento de saude;

Foram concedidos 30 dias de licença para tratamento de saude, ao commissario do 2º districto policial José Barbosa dos Santos, sendo nomeado para substituí-lo, interinamente, o cidadão Pedro de Freitas Abreu.

Ministerio da Fazenda

Por titulos de 19 do corrente:

Foi nomeado Joaquim Barreto para loogar de collecter das rendas federaes em Cotia, no Estado de S. Paulo;

Foi dispensado o 4º escripturario da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Maranhão, Manoel Madruga, do logar de commissario de Fazenda do Brazil no posto mixto do Catay, em commissão.

—Por acto de igual data, foi exonerado a seu pedido, Francisco Moniz de Mello do logar de collecter das rendas federaes em Limeira, no Estado de S. Paulo.

—Por portarias de 19 do corrente, foram concedidas as seguintes licenças:

De seis mezes, ao agente fiscal dos impostos de consumo na 27ª circumscripção do Estado de Minas Geraes, Antonio Augusto de Oliveira Franca;

De 90 dias, sem vencimentos, ao agente fiscal interino dos ditos impostos na 8ª circumscripção do Estado do Amazonas, Joaquim do Souza Ramos;

De 60 dias, com metade da diaria, ao operario da Imprensa Nacional, Luiz Teixeira Bastos;

De quatro mezes, em prorrogação, sem vencimentos, ao agente fiscal dos impostos de consumo na 10ª circumscripção do Estado do Pará, Bellini de Faria;

De tres mezes, em prorrogação, ao funcionario de igual categoria na 15ª circumscripção do Estado de Minas Geraes, Marcos Dantas;

Por cinco annos, a A. Graça & Comp., estabelecidos á rua da Assembléa n. 121, moderno, nesta Capital, para venderem estampilhas do sello adhesivo.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 19 de outubro de 1909

Sr. ministro da Viação e Obras Publicas: N. 197.—Communico-vos, para os fins convenientes, que havendo fallecido o 1º escripturario do Thesouro Federal, Bertoldo Au-

gusto da Cruz, representante da Fazenda nas commissões de tomada de contas ás Estradas de Ferro Barão de Araruama e Central de Macahé, resolvi, por despacho de 15 do corrente, designar para substituí-lo, na primeira das referidas commissões, o 1º escripturario do mesmo Thesouro, Francisco Corrêa Leal e, na segunda, o 2º escripturario bacharel Benoni Augusto de Santa Helena Veiga.

Outrosim, vos communico que, na mes na data, resolvi dispensar este ultimo de identica commissão junto á Companhia Cessionaria das Obras do Porto da Bahia e designar para substituí-lo, o 2º escripturario, tambem do Thesouro, Oscar Peckolt.

Apresento-vos os protestos de elevada estima e consideração.

—Sr. ministro da Justiça e Negocios Interiores:

N. 156 — Em solução ao objecto do aviso desse ministerio n. 151, de 6 do corrente, tenho a honra de declarar-vos que a isenção de direitos para um microscopio, vindo no vapor allemão *Petropolis*, destinado á Directoria Geral de Saude Publica, de que trata o mesmo aviso, já foi autorizada pela ordem n. 263, de 23 de abril ultimo, á Alfandega do Rio de Janeiro.

Apresento-vos os meus protestos de elevada estima e consideração.

—Sr. Presidente do Tribunal de Contas:

N. 85 — Peço vos digueis providenciar para, por conta da verba «Obras» do vigente orçamento deste ministerio, seja distribuido ao Thesouro o credito de 30:000\$ a fim de attender ás despesas urgentes, relativas á mesma verba.

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR

Additamento ao do dia 16 de outubro de 1909

—Sr. inspector da Alfandega do Rio de Janeiro:

N. 1.553 — Communico-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, por acto de 13 do corrente, resolveu autorizar o despacho, livre de direitos, de 4 caixas contendo mezas de catraços para macacos hydraulicos, constantes do incluso documento, pesando bruto 662 kilos, com a marca E. F. C. B. 1/2, vindas de Nova York pelo vapor allemão *Desterro*, conforme foi solicitada pela Estrada de Ferro Central do Brazil no officio n. 09, encaminhado com o dessa alfandega n. 1.826, de 9 deste mez e que incluso vos devolvo.

N. 1.554 — Communico-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, por acto de 13 do corrente, resolveu autorizar o despacho, livre de direitos, de um fardo n. 157, contendo borracha em obras não especificadas, e cinco caixas ns. 5 a 8 e 153, contendo artigos não especificados de electricidade, pesando bruto 319 kilos, marca Governo Brasileiro—Corpo de Bombeiros—Rio de Janeiro, vindos no vapor inleiz *Byron*, conforme foi solicitado pelo Corpo de Bombeiros da Capital Federal, no incluso officio n. 537, encaminhado com o dessa alfandega n. 1.827, de 4 deste mez.

N. 1.558 — Communico-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, por acto de 13 do corrente, resolveu autorizar o despacho, livre de direitos, de 12 caixas, contendo tinta, vinda de Liverpool, pelo vapor *Canova*, consignadas ao Ministerio da Guerra e destinadas á commissão constructora da villa militar, volumes esses constantes dos inclusos documentos, conforme foi solicitado no officio do Departamento da Guerra n. 165, que junto vos devolvo o qual veio encaminhado com o dessa alfandega n. 1.636, de 11 deste mez.

N. 1.560 — Communico-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, por acto de 13 do corrente, resolveu autorizar o des-

pacho, livre de direitos, de uma caixa marca GMP n. 250, vinda de Bordéus no vapor francez *Atlantique*, contendo pelles para encardernação, conforme foi solicitado no incluso officio da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, sob n. 176, encaminhado com o dessa alfandega de 1.829, de 9 deste mez.

Aditamento ao do dia 18

—Sr. inspector da Alfandega do Rio de Janeiro:

N. 1.562—Communico-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, attendendo ao que lhe requereu a Santa Casa de Misericordia de Bello Horizonte, na petição, que veiu encaminhada com o officio n. 176, de 27 de setembro proximo findo, da Delegacia Fiscal de Minas Geraes, resolveu, por acto de 11 do corrente, autorizar o despacho, livre de direitos, nos termos do disposto no art. 2º § 28 dos preliminares da Tarifa, do material constante da inclusa relação, exceptuados, porém, os artigos assignalados com a palavra *não* á tinta vermelha; material importado pela requerente com destino aos serviços a seu cargo.

— Sr. inspector da Caixa da Amortização:

N. 183—Remetto-vos, para os devidos fins, de accordo com o despacho do Sr. ministro, de 9 do corrente mez, o incluso processo referente ao pedido feito pela *Madeira-Mamoré Railway Company*, para que seja aceita uma procuração por telegramma, que autoriza ao Dr. Carlos Cozar de Oliveira Sampaio poderes para transferir apolices pertencentes á mesma companhia, com a obrigação de exhibir a procuração original dentro de 60 dias.

Dia 19

Sr. inspector da Alfandega do Rio de Janeiro:

N. 1.563—Communico-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, por acto de 9 do corrente, resolveu autorizar o despacho, livre de direitos, de 14 caixas, contendo caixas de graxa para couros, vindas no vapor *Canova*, e duas caixas com rodas e rolos de esmeril, vindas no vapor *Araguaya*, constantes dos documentos juntos, conforme foi solicitado pela Estrada de Ferro Central do Brazil nos inclusos officios ns. 203 e 207, encaminhado com o dessa alfandega n. 1.806, de 8 deste mez.

N. 1.564—Communico-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, por acto de 9 do corrente, proferido sobre o officio do director geral da Secretaria do Ministerio das Relações Exteriores, n. 172, de igual data, resolveu autorizar o despacho, livre de direitos, da bagagem que trouxe o Sr. M. J. Lizardi, Ministro Plenipotenciario dos Estados Unidos Mexicanos, o qual deverá regressar ao porto do Rio de Janeiro no paquete *Oravia*.

N. 1.565—Communico-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, por acto de 9 do corrente, proferido sobre o officio do director geral da Secretaria do Ministerio das Relações Exteriores, n. 271, do dia anterior, resolveu autorizar o despacho, livre de direitos, da bagagem que trouxe a Sra. Luiza Guerra Duval, esposa do Sr. Thonaz Dawson, Ministro Plenipotenciario dos Estados Unidos da America do Norte em Santiago de Chile, a qual vem demorar-se alguns dias no Rio de Janeiro e deverá chegar no paquete *Ovissa*.

N. 1.566—Communico-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, por acto de 7 do corrente, proferido sobre o officio da Directoria Geral da Imprensa Nacional n. 1.953, de igual data, resolveu autorizar o despacho, livre de direitos, de 23 bobinas de papel, tinta para impressão ns. 1/23, com a

marca IN. 1.481 Rio de Janeiro, vindas de Anvers no vapor allemão *Bahia*, e de 31 caixas contendo papel liso para escrever, ns. 231/261, com a marca Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, vindas do Havre no vapor *Amiral Trond*, todas destinadas áquello estabelecimento.

N. 1.568—Communico-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, attendendo ao que lhe requereu a Companhia Estrada de Ferro de Goyaz, na petição de 27 de setembro proximo findo, resolveu, por acto de 11 do corrente, autorizar o despacho, livre de direitos, nos termos da clausula 2ª do decreto n. 5.319, de 18 de outubro de 1904, do material constante da inclusa relação e destinado á construção de linhas ferreas da requerente.

N. 1.567—Em additamento ao meu officio n. 1.489, de 9 do corrente, autorizando a isenção de direitos para o material destinado á Villa Militar, vindo nos vapores *Crefeld* e *Corcovado*, isenção essa solicitada pelo Departamento da Guerra no officio n. 106, encaminhado com o dessa Alfandega n. 1.749, de 29 de setembro ultimo, devolvido com aquelle meu citado officio, decliro-vos para os devidos fins, que a referida autorização tambem comprehende duas caixas contendo pregos de cobre, pesando bruto 279 kilos com a marca M—T—G—A, conforme consta dos documentos juntos ao alludido officio que vos foi devolvido.

N. 1.569—Communico-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, attendendo ao que solicitou o Ministerio da Viação e Obras Publicas em aviso n. 55, de 8 do corrente, resolveu, por acto de 11, autorizar o despacho, livre de direitos, de 42 volumes contendo mercadorias, constantes dos inclusos documentos, vindos pelo vapor *Hatassu*, com destino á Estrada de Ferro Minas e Rio.

N. 1.570—Communico-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, attendendo ao que lhe requereu o director do Gymnasio de Petropolis, resolveu, por acto de 11 do corrente, autorizar o despacho, livre de direitos, de accordo com o § 35 do artigo 2º das Preliminares da Tarifa, do material escolar constante da inclusa relação, importado pelo requerente para aquelle estabelecimento de ensino.

N. 1.571—Communico-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, attendendo ao que requereram C. H. Walker & Com., em petição de 25 do mez proximo findo, resolveu, por acto de 18 do corrente, autorizar o despacho livre de direitos, nos termos da clausula 12ª do contracto de 24 de setembro de 1903, dos materiaes constantes da inclusa relação, destinadas ás obras do porto do Rio de Janeiro de que os requerentes são empreiteiros, com exclusão porém, das assignadas, na mesma relação com a palavra—*não*—á tinta vermelha.

N. 1.572—Communico-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, attendendo ao que solicitou o Ministerio da Marinha em aviso n. 4.405, de 14 do corrente resolveu, por acto de igual data, autorizar o despacho, livre de direitos, de uma caixa n. 1 SH, contendo interruptores electricos, vindos no paquete *Cordilliere*, consignados áquelle ministerio.

N. 1.573—Communico-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, attendendo ao que solicitou o Ministerio da Marinha em aviso n. 4.252, de 5 do corrente, resolveu, por acto do dia seguinte, autorizar o despacho, livre de direitos, de duas machinas destinadas á officina typographica da Escola Naval, offerecidas áquelle estabelecimento pelo representante da *Societé Augusta*, de Turim.

N. 1.574—Communico-vos, para vosso conhecimento, que o Sr. ministro, em deferimento ao que solicitou o guarda dessa

Alfandega, Laudelino Loureiro Tavares, em petição de 30 do mez findo, resolveu, por telegramma de 7 do corrente endereçado á Delegacia Fiscal em Sergipe, autorisar a inscripção do requerente no concurso de 1ª entrada a realizar-se alli.

Como, porém, esteja o predito funcionario no gozo de licença de 60 dias, com ordenado na fórma da lei, nos termos da portaria do Ministerio da Fazenda, de 24 de setembro ultimo, peço-vos providencias no sentido de ser devolvida a esta directoria a alludida portaria, afim de declarar-se na mesma, por meio de apostilla, que a licença em questão, a partir do referido dia 7 do corrente, é considerada sem vencimentos, conforme resolveu o mesmo Sr. ministro, por despacho de 11, tambem do corrente, proferido sobre a mencionada petição.

—Sr. inspector da Caixa de Amortização:

N. 184—Remetto-vos, para os devidos fins, os inclusos talões das cautelas substitutivas das apolices da divida publica, extraviadas, ns. 3.992, 3.993, 10.143, 10.144, 161.209 e 161.210 a que se refere o vosso officio n. 38, de 18 de fevereiro ultimo.

—Sr. director da Casa da Moeda:

N. 89—Communico-vos, para os devidos fins, que por despacho de 9 do corrente, resolveu o Sr. ministro approvar a proposta que fizestes em officio n. 1.523, de 18 de setembro ultimo, do operario especial da officina de xylographia dessa repartição, Bellarmino Ferreira Pinheiro, para substituir o ajudante da mesma officina, Francisco Ferreira Pinheiro, quando no gozo da licença que lhe fôra concedida.

N. 90—De accordo com o despacho do Sr. ministro, de 7 do corrente mez, exarado no officio da Caixa de Amortização, n. 269, de 13 de setembro ultimo, rogo vos digneis de providenciar no sentido de serem impressos nesse estabelecimento os titulos substitutivos das apolices da divida publica, extraviadas, ns. 71.735, emitida em 1865; 82.083, em 1866, do valor nominal de 1.000\$ cada uma; e ns. 1.822 a 1.825 e 1.361, emitidas em 1863, do valor nominal de 400\$ cada uma, todas de juro annual de 5%, subscriptas em nome de D. Marianna Ignacia do Espirito Santo.

—Sr. presidente do Tribunal de Contas:

N. 236—Em cumprimento ao despacho do Sr. ministro, de 7 do corrente, proferido sobre o aviso do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas n. 157, de 23 do junho ultimo, referente ao processo de aposentadoria da telegraphista de 3ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos D. Maria da Gloria de Padua Monteiro, peço vos digneis de informar ao *Thesouro* si a dita telegraphista pagou o sello de sua nomeação de adjunta da referida repartição e do augmento de vencimentos em maio de 1890.

N. 257—De accordo com o despacho do Sr. ministro, de 6 do corrente mez, remetto-vos o incluso processo transmittido com o officio da Delegacia Fiscal no Estado do Piahy, n. 78, de 24 de agosto ultimo, referente á finca no valor de 200\$, em uma caderneta da Caixa Economica, com o deposito de igual quantia, prestado por José Vicente da Rocha Brandão em garantia de sua responsabilidade e da de seus prepostos no lugar de encarregado da arrecadação das rendas federaes em Itamaraty, naquelle Estado.

—Sr. delegado fiscal no Amazonas:

N. 155—Remetto-vos, para os devidos fins, a inclusa portaria de 14 do corrente, que prorroga, por seis mezes, na fórma da lei, a licença em cujo gozo se acha o conferente da Alfandega de Manaus, nesse Estado, Francisco Xavier da Costa, para tratar de sua saude, onde lhe convier.

N. 156—Remetto-vos, para os devidos fins, a inclusa portaria de 11 do corrente mez,

que concede 60 dias de licença, na forma da lei, ao guarda da Alfândega de Manaus, nesse Estado, Josué Reislor de Freitas, para tratar de sua saúde, onde lhe convier.

—Sr. delegado fiscal na Bahia:

N. 262—Communico-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, attendendo á requisição da Intendencia Municipal de sua capital no officio n. 493, de 31 de agosto proximo passado, que encaminhastes com o de n. 221, de 6 de setembro proximo findo, resolveu, por acto de 27 desse mez, autoriza: o despacho, livre de direitos, nos termos do n. 9, alinea 11^a, art. 2^o da vigente lei da receita, do material constante da inclusa relação, excluida a polvora que tem similar na industria nacional; material esse importado pela *Bahia Tramway Light and Power Company, Limited*, para o serviço de suas linhas de carris.

N. 263—Communico-vos, para os fins convenientes, de accordo com o despacho do Sr. ministro, de 3 do mez proximo findo, proferido sobre o vosso officio n. 199, de 16 de agosto ultimo, que o Tribunal de Contas, segundo declarou em officio n. 692, de 9 do corrente, julgou boa a fiança, no valor de 200\$, em uma caderneta da Caixa Economica, com o deposito de igual quantia, prestada por Liberato Agnez de Leão, em garantia da responsabilidade de Virgilio Juvenal de Ursino e da de seus prepostos no lugar de collecter federal da Villa de Macalubas, nesse Estado.

N. 267—Communico-vos, para os fins convenientes, que o Sr. ministro, por despacho de 3 do corrente, proferido em sessão do Conselho de Fazenda, de accordo com o parecer deste, resolveu não tomar conhecimento, por estar preterido, do recurso, encaminhado com o vosso officio n. 165, de 25 de junho ultimo, interposto por Souza & Avila da decisão da Inspectoria da Alfândega desse Estado, mandando classificar como papel para escrever, sujeito á taxa de 350 réis por kilogramma, do art. 612 da Tarifa vigente, a mercadoria que os recorrentes submeteram a despacho pela nota de importação n. 2.739, de fevereiro do anno passado e para a qual haviam pedido classificação prévia.

—Sr. delegado fiscal no Ceará:

N. 142—Remetto-vos, para os fins convenientes, a inclusa certidão requerida pelo voluntario da patria Luiz Rodrigues dos Santos na petição transmittida com o vosso officio n. 123, de 13 de setembro ultimo.

N. 143—Remetto-vos, para os devidos fins, o incluso decreto de 30 do mez passado, que nomeia o 3^o escripturario dessa delegacia Domingos Bonifacio de Oliveira para o lugar de 2^o escripturario da mesma repartição.

N. 144—Remetto-vos, para os devidos fins, o incluso decreto de 30 do mez passado, que nomeia o 2^o escripturario dessa delegacia Francisco de Salles Vasconcellos para o lugar de 1^o escripturario da Alfândega de Fortaleza, nesse mesmo Estado.

—Sr. delegado fiscal no Espirito Santo:

N. 83—Declaro-vos, para os devidos effectos, que o Sr. ministro, por despacho de 7 do corrente, resolveu approvar o acto de que destes conta em officio n. 63, de 20 do mez findo, pelo qual deixastes de cumprir a ordem desta directoria n. 67, de 27 de julho ultimo, mandando suspender do exercicio de suas funções o collecter das rendas federaes em Itapemirim, Orozimbo Souza, até que prestasse o reforço de sua fiança, visto ter o dito funcionario, antes de chegar alli a mencionada ordem, providenciado sobre a assignatura do termo da referida fiança e não haver mais razão para a suspensão determinada; cumprindo-vos, quanto antes, submeterdes o respectivo processo á approvação do Thesouro para o consequente julgamento do Tribunal de Contas.

—Sr. delegado fiscal no Maranhão:

N. 126—Declaro-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, attendendo ao que requereu o 4^o escripturario dessa delegacia, Sophocles de Magalhães Carneiro, na petição transmittida com o vosso officio n. 90, de 1 de setembro ultimo, resolveu, por despacho de 9 do corrente, que o requerente tenha exercicio, como addido, na Delegacia Fiscal em Sergipe, pelo tempo de tres mezes.

—Sr. delegado fiscal em Matto Grosso:

N. 173—Declaro-vos, para os devidos effectos, que o Sr. ministro, tendo em vista o expellido em vosso officio n. 23, de 11 de maio ultimo, resolveu, por despacho de 13 do corrente, justificar as faltas de comparecimento dadas no periodo de 13 de março a 14 de abril deste anno pelo 2^o escripturario da Alfândega de Corumbá, Luiz Galdino da Silva Prado, quando em exercicio do lugar de 4^o escripturario dessa Delegacia Fiscal.

—Sr. delegado fiscal na Parahyba:

N. 102—Communico-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, tendo presente o requerimento em que o patrão e remadores da Alfândega desse Estado e do posto fiscal do Cabedello pedem augmento de vencimentos, resolveu, por despacho de 8 do corrente, que os requerentes se dirijam ao Congresso Nacional.

N. 103—Declaro-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, tendo em vista o que consta do officio dessa delegacia n. 51, de 23 de julho ultimo e mais documentos a elle anuexos, resolveu, por despacho de 23 de agosto seguinte, approvar o acto dessa mesma delegacia pelo qual exonerou José da Costa Medeiros do lugar de collecter interino das rendas federaes em Pilar, Itabayana e Ingá, nesse Estado.

—Sr. delegado fiscal no Paraná:

N. 176—Communico-vos, para os devidos fins, em cumprimento do despacho do Sr. ministro, de 2 do corrente, exarado sobre o vosso officio n. 181, de 16 de setembro proximo findo, que as dividas para cujo pagamento foi concedido credito pela ordem n. 42, de 31 de março deste anno, estão sujeitas ao disposto na 2^a parte, do n. IX, da circular n. 15, de 28 de fevereiro de 1907, visto já se achar encerrado o exercicio de 1908, por conti do qual foi concedido tal credito.

—Sr. delegado fiscal no Rio Grande do Sul:

N. 331—De accordo com o despacho do Sr. ministro, de 8 do corrente mez, declaro-vos que não póde ser abonada a gratificação requerida pelo 1^o escripturario dessa delegacia Manoel Ignacio Barbosa, na petição encaminhada com o vosso officio n. 26, de 14 de setembro proximo findo, visto achar-se esgotada a verba destinada á organização de balanços das repartições de Fazenda e, além disso, não ter essa delegacia solicitado autorização para mandar organizar o balanço definitivo de 1907, de que trata o peticionario.

N. 332—Communico-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, attendendo ao que lhe requereu a *Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul*, em petição de 17 de agosto ultimo, resolveu, por acto de 27 de setembro proximo findo, autorizar o despacho, livre de direitos, na Alfândega daquela cidade, nos termos da clausula 14^a, do decreto n. 6.781, de 8 de junho de 1908, do material constante da inclusa relação, importado pela requerente para os serviços a seu cargo.

N. 333—Communico-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, attendendo ao pedido do presidente do Estado, nos telegrammas de 20 de agosto e 1 de outubro ultimos, resolveu, por acto de 5 do corrente, autorizar o despacho, livre de direitos, nos termos do art. 2^o, alinea XI, n. 9, da vigente lei

da receita, de cinco volumes de tecidos de algodão, importados para a brigada militar desse Estado.

N. 334—Communico-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, attendendo ao que lhe requereu a *Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul*, na petição de 27 de setembro proximo findo, resolveu, por acto de 1 do corrente, autorizar o despacho, livre de direitos, na Alfândega daquela cidade, para o material já importado, mediante termo de responsabilidade, com o prazo de 90 dias, para preenchimento das formalidades legais, nos termos da clausula XIV, do decreto n. 6.931, de 8 de junho de 1908, do material já importado pela requerente para a construção do porto de que é contractante.

Confirmo, assim, meu telegramma de 1 do corrente.

—Sr. delegado fiscal em S. Paulo:

N. 609—Communico-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, attendendo ao que lhe requereu a Camara Municipal de Serra Negra, na petição que encamiñastes com o vosso officio n. 457, de 14 de setembro ultimo, resolveu, por acto de 28 daquele mez, autorizar o despacho, livre de direitos, nos termos do art. 2^o, alinea XI, n. 9, da vigente lei da receita, do material constante da inclusa relação, importado pela requerente para o serviço de illumination da mesma cidade.

N. 610—Declaro-vos, para os devidos effectos, que o Sr. ministro, tendo presente o processo transmittido com o vosso officio n. 312, de 22 de junho ultimo, sobre o pagamento de duas sizas referentes aos contractos de venda do sitio denominado Queirozes, no municipio de Santos, realizadas, em 2 de novembro de 1878 e outro a 2 de maio de 1885, resolveu, por despacho de 2 do corrente, proferido em sessão do Conselho de Fazenda, de accordo com o parecer deste, que não é devido o imposto e transmissão de propriedade, conforme opinu a Directoria do Contencioso, em seu parecer, junto por cópia.

N. 612—Declaro-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, por despacho de 8 do corrente, resolveu approvar o acto de que destes conta em telegramma de 1 de setembro ultimo, pelo qual designastes o 1^o escripturario dessa delegacia João Hamilton Filho, para ir a Santos balancear os cofres da Alfândega dessa cidade, visto julgar de muita gravidade o facto de haver o respectivo thesoureiro, Jovino Francisco de Mello Tavaras, se recusado a dar o balanço ordenado pela Inspectoria e pedido sua exoneração do cargo.

Sr. Delegado Fiscal em Sergipe:

N. 71—Declaro-vos, para os devidos effectos, que o Sr. ministro, attendendo ao que solicitou o 4^o escripturario da Delegacia Fiscal no Maranhão Sophocles de Magalhães Carneiro, na petição que dalli veiu com officio n. 90, de 1 do mez findo, resolveu, por despacho de 9 do corrente mez, que o dito funcionario tenha exercicio nessa delegacia, como addido, pelo tempo de 3 mezes.

N. 72—Remetto-vos, para os fins convenientes, a inclusa certidão requerida pelo voluntario da Patria Luiz Bispo da Costa, na petição transmittida com o vosso officio n. 57 A, de 6 de setembro ultimo.

N. 73—Declaro-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, por despacho de 9 do corrente, resolveu approvar a proposta transmittida com o vosso officio n. 56, de 4 de setembro ultimo, que faz João José Alves, collecter das rendas federaes em Garurú, nesse Estado, de Manoel Benevenuto de Jesus para seu agente auxiliar na respectiva collectoria.

Directoria das Rendas Publicas

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR

Dia 19 de outubro de 1909

—Sr. juiz de direito da 1ª vara criminal: N. 173—Attendendo á solitação constante no vosso officio n. 12, de 27 de setembro proximo findo, inclusa vos remetto a relação dos funcionarios de Fazenda com exercicio nesta directoria, organizada na conformidade das instruções exaradas no referido officio e de accordo com as disposições em vigor.

—Sr. director do Laboratorio Nacional de Analyses:

N. 114—Solicito vossas providencias no sentido de ser submettida a analyse o liquido contido na garrafa que a esta companhia, apprehendido a Estevam Pereira Vieira e remettido pela Collectoria das Rendas Federaes em Campos, com o officio n. 216, de 14 do corrente mez, afim de saber si se trata do vinho artificial.

—Sr. delegado fiscal na Bahia:

N. 44—Afim de que se possa resolver sobre o recurso interposto por D. mschke & Comp., relativamente á multa imposta pela Alfandega desse Estado ao commandante do vapor allemão *Rio Negro*, de que trata o vosso officio n. 250, de 29 de setembro proximo passado, recommendo-vos providencias no sentido de serem remittidos a esta directoria os seguintes documentos, que deixaram de acompanhar o alludido processo: a) folha de descarga organizada pelo respectivo guarda; b) factura consular; c) o conhecimento de carga; d) a comunicação que devia ter feito o fiel do armazem de ter descarregado com indicio de violação o volume despachado pela nota n. 1.032, deste anno; e) uma cópia do termo que devia ter sido lavrado por esta circumstancia, como determina o § 6º, do art. 103, da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas das Rendas.

Recommendo-vos, outrossim, informeis si a vistoria do referido volume foi presidida pelo chefe da 1ª seção e si o capitão do navio ou o seu representante legal foi intimado para requerer o que lhe fosse conveniente, como prescreve o art. 385, da consolidação citada.

—Sr. delegado fiscal no Espirito Santo:

N. 14—Inclusos, vos devolvo os balancetes e mais documentos referencias á Collectoria Federal em Santa Leopoldina, que acompanharam o vosso officio n. 4, de 9 de março do corrente anno, e que vos haviam si o requisitados pela ordem desta directoria n. 3, de 4 do referido mez.

—Sr. delegado fiscal no Rio Grande do Sul:

N. 42—Para que possa ser resolvido o recurso de George Wachtel & Comp., recorrendo de uma multa imposta pela inspectoría da Alfandega do Rio Grande do Sul, por faltas verificadas no volume marca OEF, n. 4.407, encaminhado com o officio n. 340, de 22 de setembro ultimo, dessa delegacia, recommendo-vos que providencias no sentido de serem remittidas a esta directoria a lista de descarga do vapor *Santa Lucia*, a comunicação do fiel do armazem dos volumes que deram entrada com indicios de violação e o edital sobre tues occurrencias, que devia ter sido mandado publicar pela Alfandega do Rio Grande.

N. 43—Para que se possa apreciar devidamente o processo encaminhado com o vosso officio n. 323, de 15 de setembro proximo passado, em que George Wachtel & Comp. recorrem do acto da Inspectoría da Alfandega do Rio Grande multando o commandante do vapor *Dacia* pela falta de mercadorias verificada em dous volumes do mesmo descarregadas, recommendo-vos providencias no sentido de serem enviadas a esta directoria, a lista de descarga do refe-

rido vapor, a comunicação do fiel do armazem sobre os volumes entrados com indicios de violação e o edital da inspectoría da alludida alfandega sobre o mesmo assumpto.

—Sr. collector em Petropolis:

N. 88—Para que possa esta directoria resolver sobre o processo instaurado contra João Xavier, por ter exposto á venda chapéus sem sello, encaminhado com o officio n. 709, de 30 de setembro proximo passado, recommendo ao collector das Rendas Federaes em Petropolis que envie a esta directoria todos os especimens apprehendidos.

Requerimentos despachados

Dia 19 de outubro de 1909

Joaquim Leite de Castro.—Entreguem-se mediante recibo, as escripturas mencionadas no parecer da Zelaroria dos Proprios Nacionaes, conforme pede.—Indeferido quanto ao pedido de Juvenal Jardim.

Silva Minarcha & Comp.—Revalidem o sello da petição a que se refere o Sr. sub-director.

Recebendoria do Rio de Janeiro

Requerimentos despachados

Dia 19 de outubro de 1909

Capitão de corveta Vieira Paim Pamplona.—Entregue-se a quantia de 120\$000.

Manoel Gonçalves Machado.—Transfira-se, imponho a multa de 5 \$, nos termos do art. 41, do decreto n. 5.142, de 27 de fevereiro de 1904.

Mme. Silva.—A' Sub-directoria.

Joaquim Teixeira Coelho.—Inscriva-se de accordo com o parecer.

Antonio Cinelli, Manoel Pinto da Silva, Silva & Comp. e Manoel Pinto da Silva & Comp.—Imponho a multa de 10\$000. Quanto ao contracto em que se acha uma estampilha cuja data está emendada, cobre-se a differença de sello com revalidação.

Joaquim Miguel.—Transfira-se.

Almeida, Siemann & Comp.—Dirijam a defesa ao collector federal em Vassouras.

João Albino da Costa.—Proceda-se nos termos propostos.

Anni da Silva Moreira.—Proceda-se de accordo com o parecer, officiando-se á Directoria do Contencioso.

Rita Jacintho Marinho.—Não competindo a esta repartição outro procedimento senão o de arrecadar o imposto de consumo de agua por hydrometro, de accordo com as relações de dividas enviadas pelas Obras Publicas, devera a supplicante dirigir-se á Inspectoría Geral das Obras Publicas.

Ernesto Zin-ars.—Em face do parecer, archive-se.

Seraphim Luiz da Costa.—Pague o imposto em debito.

Carlos Ferreira.—Idem.

Carlos Schlosser & Comp.—Dê-se a baixa.

Francisco Ramos Porto.—Cartifique-se.

Companhia Cervejaria Brahma.—Idem.

R. C. dos Santos & Comp.—Idem.

Joaquim Cardoso & Comp.—Concedo mais oito dias.

O mesmo.—Idem.

Luiz Berthon.—Transfira-se.

Representação do escripturario Clito Pereira contra Manoel Muniz Machado.—Inscriva-se, de accordo com o parecer. Imponho a multa de 5 \$, nos termos do art. 44 do decreto n. 5.142, de 27 de fevereiro de 1904.

Aurora Faustina da Silva.—Transfira-se.

José Vicente de Queiroz.—Revalide o sello do documento de fis. 3.

Adelino do Nascimento.—Inscriva-se, de accordo com o parecer. Imponho a multa de 50\$, nos termos do art. 44 do decreto n. 5.142, de 27 de fevereiro de 1904. (Re-

presentação do escripturario Clito Pereira.) Companhia Assucareira.—Tendo sido completado o sello, faça-se a inscripção de accordo com o parecer. Imponho a multa de 50\$, nos termos do art. 44 do decreto n. 5.142, de 27 de fevereiro de 1904.

Luiz Cabral de Oliveira.—Transfira-se. Eloy José Lopes.—A' vista do officio da Inspectoría Geral das Obras Publicas, sob n. 1.000, de 18 do corrente mez, fica de nullo effeito o despacho supra, de 5 de abril, e, bem assim, a multa imposta por despacho de 18 de março de 1907. Annulem-se as certidões de dividas de penna de a. u. a. de 1905 a 1909 e, bem assim, a de multa imposta pelo Inspectoría Geral das Obras Publicas, extrahida sob n. 215, visto haver sido relevada.

Ministerio da Marinha

Por portarias de 19 do corrente:

Foi exonerado, conforme pedio, Mario Diogo da Silva do cargo de escrevente de 2ª classe do corpo de officiaes inferiores da armada.

Foram nomeados:

Mario Diogo da Silva para exercer o cargo de escrivão da Auditoria Geral da Marinha;

O 1º tenente Nelson Martins Dezousart para exercer, interinamente, o cargo de immediato da Escola de Aprendizes Marinheiros do Estado de Matto Grosso.

Directoria do Expellente

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 19 de outubro de 1909

Sr. Ministro da Fazenda:

4.462—Rogo vos digneis de providenciar para que seja habilitada a Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado de Santa Catharina, com o credito de 406\$, á conta da verba 28—Eventuaes—Pessoal, não prevista, afim de attender a pagamento das diarias correspondentes aos dias em que o capitão-tenente Antonio Francisco da Silva Junior, ajudante da capitania do porto daquelle Estado, o Eloy João Pierre, encarregado das diligencias da mesma capitania, estiveram em serviço nos portos de Itajahy, S. Francisco e Laguna.

Da respectiva escripturação fica annullada a importancia do credito.

4.461—Transmitto-vos, afim de que vos digneis de providenciar sobre o respectivo pagamento, no Thesouro Federal, o incluso processo de divida de exercicio findo n. 4.529, na importancia de 1:016\$512, de que é creador o capitão-tenente Joaquim Ribeiro Sobrinho.

N. 4.465—Rogo-vos digneis de providenciar afim de que seja paga no Thesouro Federal, a divida de exercicio findo, na importancia de 651\$48), de que é creador o capitão-tenente Firmo de Carvalho Santos, conforme consta do incluso processo n. 4.530.

—Sr. Dr. Cesario da Silva Pereira:

N. 4.467—Accusando recebido vosso officio n. 255, de 15 do corrente, agradeço-vos a comunicação, que me fizestes, de haverdes naquella data, reassumido o exercicio do cargo de 1º procurador na secção do Districto Federal.

—Sr. ministro da Fazenda:

N. 4.472—Rogo-vos providencias afim de ser habilitada, a Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado do Amazonas, com o credito de 51:500\$, para pagamento e municipia-

mento das guarnições da canhoneira *Missões* e aviso *Teffé*, á conta das verbas seguintes:

8—Corpo da Armada e classes annexas, soldo.....	12:000\$000
Gratificação de posto.....	4:000\$000
Etapas.....	4:000\$000
9—Corpo de Marinheiros Nacionaes, soldo.....	5:000\$000
15—Força Naval—pessoal, gratificação aos officiaes, etc.....	10:000\$000
22—Munições de bocca.....	15:000\$000
23—Munições navaes.....	1:500\$000

Da respectiva escripturação fica annullada a importancia de 50:000\$, que se refere ao pessoal.

—Circular a todas as Repartições da Marinha:

4.474—Recommende-vos que providencias sobre a remessa ao director geral do expediente deste ministerio, até 15 de janeiro proximo futuro, das informações necessarias á organização do Almanack de Marinha para 1910 de que foi incumbido pelo aviso n. 3.871 de 8 de Setembro ultimo.

Requerimentos despachados

Azarias Joaquim Marques. — Prove o direito que lhe assiste.
 José Antonio dos Santos. — O credito já foi solicitado do Ministerio da Fazenda.
 Manoel Fernandes Manso. — Declarar o fim a que se destina.
 Item, Idem.

Ministerio da Guerra

Por portaria de 19 do corrente, foi nomeado auxiliar da 4ª secção da 4ª divisão do Departamento da Guerra o capitão João Gomes Ribeiro Filho.

Expediente de 11 de outubro de 1909

Ao Sr. ministro da Fazenda, solicitando providencias para que, na Alfandega do Rio de Janeiro, sejam despachados, livres de direitos, os artigos que se mencionam, importados para o 53º batalhão de caçadores, por intermedio da casa Dodsworth, e 500 toneladas de carvão de pedra e 3.000 barricas de cimento, destinadas á Fabrica de Polvora Sem Fumaça (avisos ns. 658 e 659);

—Ao Sr. ministro da Viação e Obras Publicas, communicando que o capitão Marçal Nonato de Faria e o 1º tenente Renato Barbosa Rodrigues Pereira, os quaes servem na commissão de linhas telegraphicas de Matto Grosso ao Amazonas, optam, aquelle pelos vencimentos militares e este pelos que actualmente percebe pelo ministerio a seu cargo.

—Ao Sr. ministro da Agricultura, Industria e Commercio, communicando que fica á sua disposição a Fabrica de Ferro de Ipanema, a qual, pelo art. 1º, do decreto n. 7.501, de 12 de agosto findo, faz parte dos estabelecimentos e repartições que passaram a pertencer á jurisdicção administrativa do ministerio a seu cargo. — Fizeram-se as devidas communicacões.

—Ao chefe do Departamento da Guerra: Declarando, em solução ao seu officio n. 119 do mez findo, que só tem direito a passes em carros na Estrada de Ferro Central do Brazil os officiaes do Exercito que transitam em objecto de serviço publico.

Mandando servir addido ao 56º batalhão de caçadores, durante dous mezes, o capitão Henrique Roberto Burle.

Permittindo ao 1º tenente do 5º batalhão de engenharia Julio Caetano Horta Barbosa gosar, no Estado do Pará, a licença que obteve para tratamento de saude.

—Ao Inspector permanente da 2ª região, approvando a deliberação que tomou de determinar a remessa ao 5º batalhão de arti-

llaria, constituido pela antiga 3ª bateria do 4º batalhão, das certidões de assentamentos e guias de soccorrimento das praças da referida bateria, documentos suficientes para o inicio da escripturação.

—Ao director geral da Contabilidade da Guerra, declarando que o coronel Francisco José Alvares da Fonseca tomou posse, nesta data, do cargo de director geral da Secretaria da Guerra, continuando, entretanto, no exercicio de official de gabinete do Sr. Presidente da Republica.

Dia 13

Ao Sr. ministro da Fazenda, solicitando pagamento da quantia de 63:478\$905, sendo: a Azevedo Alves, Mattos & Comp. 23:913\$500; a Ferreira, Passarello & Comp. 16:037\$960; e a Viuva Cunha Guimarães & Comp., 23:527\$845 (aviso n. 660).

Ministerio da Guerra —Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1909—Circular aos inspectores permanentes.

Sr. ... — Declaro-vos que, para poder ser cumprido o disposto no art. 19, da lei numero 2.035, de 29 de dezembro de 1908, segundo o qual, permanece em vigor o art. 7º, da de n. 1.837, de 31 de dezembro de 1907, e fica reduzido a quatro mezes o prazo estabelecido neste artigo com relação aos proprios nacionaes occupados por funcionarios publicos civis e militares que não tiverem direito a nelles residir, deverá ser enviada a esta Secretaria de Estado uma relação dos proprios nacionaes, terrenos e demais bens do dominio federal, a cargo deste ministerio, não applicados a serviços publicos, com designação dos que estão occupados por militares, civis e familias de officiaes fallecidos.
 Saule e fraternidade. — Carlos Eugenio de A. Guimarães.

Requerimento despachado

Dia 19 de outubro de 1909

José Alexandra Ferreira, tenente-coronel, requerendo inspecção de saude, para ter inclusão no Asylo de Invalidos da Patria. — Seja inspecionado.

Ministerio da Viação e Obras Publicas

Directoria Geral de Obras e Viação

Por portarias de 16 do corrente mez, foi concedida ao engenheiro Messias Teixeira Lopes a exoneração que pediu do logar de chefe de secção da Estrada de Ferro Oeste de Minas, e nomeado para o mesmo logar o engenheiro Luiz de Andrade Sobrinho, com os vencimentos que lhe competirem.

Por outra de 19 de outubro, foram concedidos ao 2º official dos Correios do Maranhão, Antonio Raymundo de Moraes Rego, 75 dias de licença, com ordenado, para tratamento de saude.

Expediente do dia 19 de outubro de 1909

Ao engenheiro-chefe director da Repartição Federal de Fiscalização das Estradas de Ferro:

Autorizou-se a providenciar afim de que pelo engenheiro encarregado da fiscalização da rede de viação ferrea arrendada á *Companhia Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil*, sejam organizados, com urgencia, projecto e orçamento de uma ponte sobre o rio Uruguay, no Passo de Goyoen, cuja construcção deverá ser levada a effeito mediante concorrência publica.

—Declarou-se:

Tor sido deferido o requerimento de Teive Argollo & Comp., pedindo autorização para

importar, livre de direitos, para a Estrada de Ferro de S. Francisco, duas locomotivas do sistema 10 rodas, classe 10—36—D;

Ter sido approvada a planta para a ligação da Estrada de S. Francisco ao ramal do Timbó, com a obrigação, porém, de intercalar dous trilhos em vez de um, afim de ser evitado o desvio do eixo da linha. Quanto ao orçamento apresentado pelos arrendatarios na importancia de 14:000\$, deverá ser reduzida a de 6:058\$818, que será levada á conta de capital, sendo tal importancia a maxima a ser depositada com a execução das obras indicadas.

—Recommendeu-se ao director da Estrada de Ferro Oeste de Minas que providencie para que com urgencia sejam remittidos a este ministerio, afim de serem devidamente approvados, os estudos definitivos, comprehendendo os respectivos orçamentos, das tres secções de estrada de ferro, que foram objecto da concorrência publica aberta pelo edital de 8 de agosto de 1908, devendo se ter em vista, na organização desses trabalhos, as disposições do regulamento estabelecido para a Estrada de Ferro Central do Brazil pelo decreto n. 4.871, de 23 de junho de 1903 e, bem assim, os preços fixados nos contractos celebrados, em virtude da concorrência alludida, para a construcção de duas das referidas secções o fornecimento de materiaes.

DIRECTORIA GERAL DOS CORREIOS

Circular n. 79/3 — Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1909.

Sr. administrador dos Correios de... Declaro-vos, de ordem do Sr. ministro da Viação e Obras Publicas, que os praticantes, carteiros e serventes das agencias, vossas subordinadas, que tiverem mais de 10, 20, 25 e 30 annos de effectivo serviço postal, só poderão receber a gratificação addicional a que se refere o art. 347 do regulamento postal em vigor, quando a lei do orçamento autorizar e consignar o necessario credito.
 Saude e fraternidade — O director geral, Joaquim Ignacio Tosta.

Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio

Directoria do Expediente

PRIMEIRA SECÇÃO

Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. Directoria do Expediente — 1ª Secção — Aviso-circular. —N. 2— Aos presidentes e governadores dos Estados — Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1909 — No interesse da propagação do Brazil no estrangeiro, venho solicitar de V. Ex. suas ordens ou interferencia junto aos chefes das respectivas repartições estaduais, municipaes e administrações das companhias ou empresas que executam serviços publicos, no sentido de serem remittido regularmente ao chefe do Serviço de Propaganda e Expansão Economica do Brazil no Estrangeiro as leis, regulamentos, relatorios e demais publicações sobre esses Estados e seus serviços.

Aproveito o ensejo para apresentar a V. Ex. os protestos de minha alta estima e mui distincta consideração. — A. Candido Rodrigues.

Expediente do dia 18 de outubro de 1909

Declarou-se ao director do Posto Zootecnico Central ficarem estabelecidas, como medida provisoria, e de conformidade com a proposta constante de seu officio de 4 do

corrente mez, as instruções que teem de ser observadas pelo pessoal do referido posto.

— Solicitaram-se providencias da Directoria Geral da Imprensa Nacional no sentido de serem fornecidas ao escriptorio da Companhia Porto do Pará, á Avenida Central n. 58, com destino ao Dr. Luiz Raphael Vieira Souto, director geral do Serviço de Propaganda e Expansão Economica do Brazil no Estrangeiro, as publicações sobre o Brazil, constantes da relação enviada áquella directoria.

— Solicitaram-se da Directoria Geral dos Telegraphos providencias no sentido do comparecimento a esta directoria de um empregado competente, afim de receber instruções acerca da instalação de telephone e camarinhas electricas no edificio do Palacio dos Estados, para onde tem de ser, em breve, transferido este ministerio.

Solicitou-se da Directoria Geral da Imprensa Nacional providencias para que seja publicado 15 vezes, alternadamente, durante o prazo de 45 dias, o edital que lhe é remetido, relativo á concessão de premios aos sericicultores.

Solicitou-se da Superintendencia Geral da *The Leopoldina Railway Company, Limited*, providencias no sentido de terem transporte por conta deste Ministerio, desta Capital para a estação de Macuco, no Estado do Rio de Janeiro, 100 kilos de saloxo e tres latas de acaroina.

— Transmittiu-se ao director geral do Serviço de Propaganda e Expansão Economica do Brazil no Estrangeiro, afim de que emitta parecer a respeito, o projecto da exposição de productos, como meio de propaganda commercial, dirigido da Nova York pelo *American Universal Correspondent*, representado pelo *O Press Sperber*.

— Solicitou-se do despachante geral da Alfandega desta Capital, J. Pompilio Dias, providencias no sentido de ser feito o despacho, livre de direitos, de uma caixa com publicações, procedente do Havre e remetida pelo Serviço de Propaganda e Expansão Economica do Brazil no Estrangeiro.

— Solicitaram-se da Directoria Geral da Imprensa Nacional providencias para ser publicado, em folheto e em numero de 5.000 exemplares, o trabalho, que lhe é remetido, do Dr. Achilles Rigodanzo, sobre o tratamento da diarrhéa dos bezerrros.

— Solicitaram-se da Directoria Geral da Imprensa Nacional providencias no sentido de serem encadernados os exemplares do *Diario Official* que lhe são remetidos, correspondentes aos mezes de julho, agosto e setembro ultimos.

— Ao Sr. José Teixeira de Andrade Sampaio, de Ituverana, no Estado de S. Paulo, foram transmitidas, em satisfação ao seu officio de 21 de setembro ultimo, as instruções sobre a industria da sericicultura, com a declaração, quanto aos ovulos do bicho da seda, de não os possuir este ministerio, que providenciará, entretanto, pela sua aquisição no paiz onde ha sericicultores de origem syria, que os distribuem gratuitamente, e, quanto ás respectivas manufacturas, de existirem, entre outras fabricas, a de Petropolis e a da Colonia Rodrigo Silva, já premiadas pelo Governo Federal.

— Transmittiu-se ao director geral do Serviço de Propaganda e Expansão Economica do Brazil no Estrangeiro, afim de que emitta parecer a respeito, a proposta do bacharel Julio Pompeu de Castro e Albuquerque, para a confecção e impressão de um trabalho de propaganda do Brazil, escripto nas linguas franceza e italiana e destinado a figurar na Exposição Internacional de Bruxellas, mediante a remuneração de 18.000\$000.

— Solicitaram-se da Directoria Geral da Imprensa Nacional providencias no sentido de ser feita a publicação, em folheto e em nu-

mero de 5.000 exemplares, da portaria que lhe é remetida, referente á criação do *Registro de lavradores, criadores e profissionais de industrias conexas*.

2ª SECÇÃO

Por portaria de 16 do corrente, foi exonerado, a seu pedido, o Dr. David Corrêa Rabello do cargo de melico e ajudante da Hospedaria de Immigrantes da ilha das Flores.

— Por outra da mesma data, foi nomeado, para exercer esse cargo, o Dr. Carlos Accioly de Sá, percebendo os vencimentos da lei.

Expediente de 19 de outubro de 1909

Pediú-se ao Ministerio da Fazenda a expedição das necessarias ordens afim de que, na Alfandega de Corumbá, seja despachada livre de direitos a luaneiras, a carga destinada á missão salesiana estabelecida em Matto Grosso, para a catechese de indios, e constante da relação que lhe é remetida.

TRIBUNAL DE CONTAS

Ordens de pagamento

Ordens de pagamento sobre as quaes proferiu despacho de registro, em 19 do corrente, o Sr. presidente deste tribunal:

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Avisos:

N. 2.273, de 7 do corrente, pagamento de 2:105\$020 a Jonathas Pereira, de serviço prestado á Directoria Geral dos Correios, em agosto ultimo;

N. 2.324, de 11 do corrente, idem de 500\$ ao 1º escripturario Antenor Corrêa, pelos serviços prestados no exame de contas da Estrada de Ferro Minas e Rio, no corrente anno;

N. 2.309, de 9 do corrente, idem de 204\$400 a M. Buarque & Comp., de transportes concedidos no Lloyd Brasileiro á requisição da Comissão Fiscal da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, no corrente anno;

N. 1.937, de 25 de agosto, idem de 64\$580 á D. Jandira Iracema de Oliveira, de restituição devida a seu fallecido marido o telegraphista da Estrada de Ferro Central do Brazil, Macario Rodrigues de Oliveira;

— Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio — Avisos:

N. 79, de 5 do corrente, pagamento de 240\$, das folhas de vencimentos do auxiliar de escripta da Junta dos Corretores, Oswaldo Joppert da Silva e do encarregado da limpeza da secretaria da mesma junta, José Leite Ferreira Carneiro, referentes aos mezes de agosto e setembro ultimo;

N. 94, de 7 do corrente, idem de 100\$, da folha do aluguel da sala occupada pela Junta dos Corretores, em agosto ultimo;

N. 90, de 5 do corrente, idem de 2:267\$500 a Alexandre Ribeiro & Comp., de objectos de expediente fornecidos ao gabinete deste ministerio, em agosto ultimo.

— Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Avisos:

N. 4.095, de 9 do corrente, pagamento de 2:355\$, da folha do pessoal sem nomeação da Escola Correccional Quinze de Novembro, em setembro ultimo;

N. 4.052, de 7 do corrente, idem de 900\$, do aluguel do predio occupado, durante o 3º trimestre deste anno, pelo Juiz Federal, na secção de Minas Geraes;

N. 4.100, de 9 do corrente, idem de 831\$, das gratificações que competem, no 2º trimestre deste anno, aos alumnos da Escola Correccional Quinze de Novembro;

N. 4.063, de 7 do corrente, idem de 354\$, do aluguel do predio occupado pelo quartel do Commando Superior da Guarda Nacional desta Capital, em setembro ultimo.

N. 4.078, de 8 do corrente, idem de 1:000\$, ao Dr. Clovis Furtado de Barros, juiz de direito da comarca do Alto Purús, para despesas de primeiro estabelecimento;

N. 4.055, de 7 do corrente, idem de 100\$, a cada uma dos Srs. Manoel José de Souza, Antonio Cezar Piragibe e Domingos A. Carvalho Junior, por serviços extraordinarios prestados a este ministerio;

N. 4.023, de 6 do corrente, idem de 100\$, da folha do aluguel da sala destinada ao juizo da 2ª Pretoria, em setembro ultimo;

N. 4.007, de 5 do corrente, idem de 200\$, dos alugueis das salas destinadas aos juizes da 3ª e 5ª Pretorias, em setembro ultimo;

N. 4.117, de 11 do corrente, idem de 350\$, a Jeronymo de Carvalho, de concertos em um motor do Arquivo Publico Nacional, em setembro ultimo;

N. 4.164, de 15, idem de 26:396\$145 da folha do pessoal extranumerario do serviço de isolamento e desinfecção, de setembro ultimo;

N. 4.058, de 7, idem de 1.166\$366 a Lopes Gomes & Comp., da conta de aluguel do predio occupado pela Directoria Geral de Saude Publica, em setembro ultimo;

N. 4.077, de 8 do corrente, idem de 75\$, de gratificação, por substituição, ao auxiliar da Bibliotheca Nacional, Lafayette Moura, em setembro ultimo;

N. 4.140, de 14 do corrente, idem de 10:112\$490, da folha do pessoal subalterno effectivo do serviço de isolamento e desinfecção, em setembro ultimo;

— Ministerio das Relações Exteriores: Avisos: n. 248, de 8 do corrente, pagamento de 149\$900 á Leuzinger & Comp., de fornecimento á Secretaria do Estado, em setembro ultimo.

— Requerimentos: De José da Costa Almeida, pagamento de 410\$000, de fornecimentos e serviços feitos para o Thesouro Federal, em agosto ultimo.

Da Société Anonyme du Gaz do Rio de Janeiro, idem de 376\$719, do gaz fornecido ao Thesouro Federal no segundo trimestre do corrente anno.

— Ministerio da Marinha: Aviso: N. 4.293, de 7 do corrente, pagamento de 25:160\$357, á diversos, de fornecimento; ao Deposito Naval do Rio de Janeiro, em agosto e setembro ultimos.

— Ministerio da Guerra: Aviso: N. 100, de 17 de setembro, pagamento de 9:93\$500, á diversos, de fornecimentos a varias repartições deste ministerio no actual exercicio.

DIÁRIO DOS TRIBUNAES

Tribunal Arbitral Brasileiro Boliviano

SESSÃO EM 10 DE SETEMBRO DE 1909

Presentes Monsenhor Alexandre Bavona, Arbitro Presidente; Sr. Dr. Ubaldino do Amaral, Arbitro Brasileiro; Sr. Dr. Claudio Pinilla, Arbitro Boliviano; Sr. Dr. Heraclito Graça, Agente e Advogado do Governo do Brazil; o secretario brasileiro, Sr. Eduardo Otto Theiler, e o secretario boliviano, Sr. Adolfo Diaz Romero, abriu-se a sessão á 1 1/2 hora da tarde.

Foi lida e approvada a acta da sessão anterior e despachado o expediente.

JULGAMENTO

Reclamação n. 98: reclamante, Benedicto José de Meleiros; reclamado, quem de direito; relator, o Arbitro Brasileiro. — Julgou-se improcedente, de accordo, absolvido o Governo reclamado.

Supremo Tribunal Federal

De ordem do Exm. Sr. presidente deste tribunal se faz publico, nos termos do artigo 184 do regimento interno, que, achando-se vago o lugar de juiz seccional da seccção do Estado do Rio de Janeiro, pela remoção do bacharel Raul de Souza Martins, se acha marcado, a contar de hoje, o prazo de 30 dias, para serem apresentadas, na secretaria deste tribunal, as petições dos candidatos devidamente instruidas com documentos que comprovem seus serviços e habilitações, nomeadamente as condições de idoneidade moral, exigida no art. 14 do decreto n. 848, de 11 de outubro de 1890 e art. 7º, paragraho unico da lei n. 221, de 20 de novembro de 1814.

Capital Federal, 29 de setembro de 1909.
—O sub-secretario, *Gabriel Martins dos Santos Vianna*.

Côrte de Appellação

Sessão da 2ª Camara, em 19 de outubro de 1909

Presidencia do Sr. desembargador Muniz Borrello; Secretario, Dr. Evaristo Gonzaga.

Compareceram os Srs. desembargadores L. Drummond, Celso Guimarães, Bulhões Pedreira, Nabuco de Abreu e Nestor Meira.

JULGAMENTOS

Habeas-corpus

N. 540—Relator, o Sr. desembargador Nabuco de Abreu; paciente, Joaquim Monteiro. —A Camara julgou-se incompetente para conhecer do recurso, por estar o paciente preso a disposição do pretor, juiz da execução, unanimemente.

Recurso de habeas corpus

N. 258—Relator, o Sr. desembargador Bulhões Pedreira; recorrentes, Antonio Ramos e Joaquim Reis; recorrido, o Dr. juiz de direito da 2ª Vara Criminal. —Negaram provimento, unanimemente.

Aggravamento de instrumento

N. 242—Relator, o Sr. desembargador Lima Drummond; agravantes Salgado & Comp.; agravados, José Simões Fernandes & Comp. —Negaram provimento, unanimemente.

Aggravamento de petição

N. 1.850—Relator, o Sr. desembargador Nabuco de Abreu; agravante, João Barbosa Madureira; agravado, Affonso da Silva Coelho, liquidante da firma Coelho, Madureira & Comp. —Não conheceram do agravamento, por não ser caso d'elle, unanimemente.

N. 1.863—Relator, o Sr. desembargador Nestor Meira; agravante, Cleto Pereira do Moraes; agravada, Joaquina Netto Coelho. —Não conheceram do agravamento, por não caber na especie, unanimemente.

N. 1.865—Relator, o Sr. desembargador Celso Guimarães; agravante, o Banco de Credito Real do Brazil, em liquidação forçada; agravado, o Estado de Minas Geraes. —Deram provimento em parte, para mandar que o juiz *a quo*, reformando essa decisão, rejeite os embargos, quanto á parte referente ao trecho de Caravellas a Aymorés, unanimemente.

Appellação Crime

N. 601.—Relator, o Sr. desembargador N. Meira; appellante a Justiça, por seu promotor, appellado Manoel Lourenço Vieira. —Negaram provimento, unanimemente.

Appellação Crime

N. 590.—Relator, o Sr. desembargador Nabuco; appellante José Dias Pereira; appellada, a Justiça. —Dou-se provimento, para absolver o réo appellante, pelo voto de qualidade e contra os votos dos Srs. desembargadores relator e Lima Drummond, que negavam provimento. Designado o Sr. desembargador B. Pedreira para lavrar o accórdam.

Appellação crime

N. 615—Relator, o Sr. desembargador Celso Guimarães; appellante, João Marellino dos Santos; appellada a Justiça. —Não tomaram conhecimento, por ter sido interposta fóra do prazo legal, unanimemente.

Appellação crime

N. 531—Relator, o Sr. desembargador Lima Drummond; appellante, a Justiça, por seu promotor; appellado, Murillo Guimarães Pinheiro. —Negaram provimento, para confirmar a sentença appellada, pelo voto de qualidade e contra os votos dos Srs. desembargadores relator e Nabuco, que deram provimento para, reformando a sentença, condemnar o réo, aquelle, á pena do gráo médio, e este, á do gráo maximo do art. 330, § 4º, combinado com o art. 331, n. 2, do Código Penal. Impedido o Sr. desembargador Nestor Meira.

Appellação civil

N. 1.155—Relator, o Sr. desembargador Nabuco; appellante, o Juizo; appellados, Pedro José Sebastiany e sua mulher. —Negaram provimento, unanimemente.

SORTEIO

Aggravamento de instrumento

N. 243—Sr. desembargador Lima Drummond.

Aggravamento de petição

N. 1.870 — Sr. desembargador Bulhões Pedreira.

N. 1.871 — Sr. desembargador Nestor Meira.

N. 1.874—Sr. desembargador Nabuco.

N. 1.880—Sr. desembargador Raja Gabaglia.

NOVO SORTEIO

Aggravamento de petição

N. 1.839—Sr. desembargador Celso Guimarães.

EM MESA

Aggravamento de petição

Ns. 1.878, 1.881, 1.883, 1.835, 1.888 e 1.830.

PASSAGENS

Appellações civis

Ns. 852, 962, 781 e 919—Ao Sr. desembargador Lima Drummond.

Ns. 636, 896, e 1.210—Ao Sr. desembargador Celso Guimarães.

Ns. 711 e 790—Ao Sr. desembargador B. Pedreira.

Ns. 213, 74, 118 e 443—Ao Sr. desembargador Nestor Meira.

Appellações commerciaes

N. 1.021 — Ao Sr. desembargador Celso Guimarães.

N. 338 — Ao Sr. desembargador B. Pedreira.

Ns. 227 e 2.838 — Ao Sr. desembargador Nestor Meira.

COM IIA

Appellação crime

N. 677

ACCÓRDÃOS PUBLICADOS

Appellações crimes

Ns. 588, 609 e 678.

Appellação commercial

N. 1.074.

Juizo dos Feitos da Saude Publica

JUIZ, DR. ELIEZER GERSON TAVARES; ESCRIVÃO, CAPITÃO FRANCISCO M. DE MORAES

Dia 19 de outubro de 1909

Despachos e sentenças

Infracções sanitarias

Autora, a justiça sanitaria; réo, João Corrêa. —A' vista do conhecimento de fls. 10, julgo o processo findo.

Autora, a mesma; réo, Paschoal Mauro. —A' vista do conhecimento de fls. 16, julgo o processo findo.

Autora, a mesma; réo, Antonio Ferreira Lima. —A' vista do conhecimento de fls. 29, julgo o processo findo.

Autora, a mesma; réo, José Pereira da Silva. —Vistos, e estando provada a infracção de fls., e não procedendo as allegações verbaes do réo José Pereira da Silva, julgo procedente a denuncia de fls. 2, para condemnar o referido réo ao pagamento da multa de 200\$, de accordo com o art. 91, do regulamento sanitario, e nas custas.

Autora, a mesma; réo, Francisco da Silva Reis. —Vistos, e estando provada a infracção de fls., e não procedendo as allegações verbaes do réo Francisco da Silva Reis, julgo procedente a denuncia de fls. 2, para condemnar o referido réo ao pagamento da multa de 50\$, de accordo com o art. 87, paragraho unico, do regulamento sanitario, e nas custas.

Autora, a mesma; réo, Francisco J. do Araujo Gomes. —Vistos, e estando provada a infracção de fls., e sendo revel o infractor Francisco José de Araujo Gomes, nada allegando em sua defesa, julgo procedente a denuncia de fls. 2, para condemnar o referido infractor ao pagamento da multa de 50\$, de accordo com o art. 98, § 1º, do regulamento sanitario, e nas custas.

EDITAES

Juizo de Direito da Provedoria e Residuos

De praça, com o prazo de 20 dias, para venda e arrematação dos predios terrenos á rua Matto Grosso ns. 84 e 86 (moderno), na freguezia de S. Christovão, pertencentes ao espolio do finado João Pereira Cardoso

O Dr. Diogo José de Andrada Machado, juiz de direito da Provedoria e Residuos nesta cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faz saber aos que o presente edital de praça, com o prazo de 20 dias, virem ou d'elle noticia tiverem que no dia 9 de novembro proximo, logo após a audiencia deste juizo, que terá logar ás 11 3/4 da manhã, no edificio do Forum, á rua dos Invalidos n. 152, o official de justiça que estiver de semana ha de trazer a publico pração de venda e arrematação a quem mais der e offerecer acima da avaliação os seguintes immoveis, pertencentes ao espolio do finado João Pereira Cardoso: Predio terreno á rua Matto Grosso n. 84, freguezia de S. Christovão, tendo na frente uma porta e uma janella. A construcção é antiga, com portadas de cantaria, divisões de estuque, medindo de frente quatro metros e 10 cen-

metros por 12 metros de corpo de casa, e puxado com dous metros e 72 centímetros de extensão, por dous metros e 45 centímetros de largo. Divide-se em duas salas, dous quartos, corredor e cozinha no puxado, tudo forrado e assoalhado, menos a cozinha, que é ladrilhada. O predio tem porão nos fundos aberto a socavão, de chão e sem forro, tendo nesse um tanque e banheiro. Tem aos fundos um quintal todo murado, morro abaixo, medindo 50 metros de extensão, mais ou menos, terminando em ponta aguda. Deram ao predio e terreno o valor de 6.000\$000. Predio terreo á rua Matto Grosso n. 86, (moderno) freguezia de S. Christovão, tendo na frente uma porta e uma janela. A construção é antiga, com portadas de cantaria e divisões de estuque, medindo de frente quatro metros e 10 centímetros por 12 metros de corpo de casa e um puxado com dous metros e 72 centímetros de extensão, por dous metros e 45 centímetros de largo. Divide-se em duas salas, dous quartos, corredor e cozinha no puxado, tudo forrado e assoalhado, menos a cozinha, que é ladrilhada. O predio tem porão nos fundos aberto a socavão, de chão e sem forro, tendo nelle um tanque e banheiro. Tem aos fundos um quintal todo murado, morro abaixo, medindo 50 metros, mais ou menos, de extensão, terminando em ponta aguda. Deram ao predio e terreno o valor de 6.000\$000. A praça é feita com dinheiro á vista ou com fiador idoneo que garanta o juizo e foi requerida pelo inventariante do espolio, José Pereira dos Santos Lara, com a concordancia de todos os interessados, como tudo consta dos autos do respectivo inventario existentes no cartorio do escrivão que este subscreeve, á rua dos Invalidos n. 145, sobrado. E para que conste e chegue ao conhecimento de todos os interessados mandou passar o presente edital, para ser affixado no logar do costume, extrahindo-se cópias para a publicação no *Diario Official* e *Journal do Comercio*. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal da Republica dos Estados Unidos do Brazil e cartorio do 2º officio do Juizo de Direito da Provedoria e Residuos, em 19 de outubro de 1909.—E, eu Alfredo José Pinto, escrivão interino, subscreevi.—*Diogo José de Andrada Machado*.

Juizo da Sexta Pretoria

De citação com o prazo de 20 dias ao réo ausente Antonio Francisco Pereira

O Dr. Antonio Paulino da Silva, juiz da 6ª pretoria do Districto Federal:

Faz saber a todos quantos o presente edital de citação virem, com o prazo acima, que por este juizo corre um processo crime pelo art. 306 do Código Penal, em que é réo Antonio Francisco Pereira, em virtude de denuncia dada contra o mesmo pelo representante do Ministerio Publico, e como não tenha sido possível intimar pessoalmente o dito réo para assistir ao summario de culpa, pelo presente o cita e chama para comparecer neste juizo, que funciona á praça Duques de Caxias n. 3, no dia 8 do mez proximo vindouro, ás 11 horas da manhã, afim de se ver processar, ficando desde já citado para todos os demais termos do processo até final, sob pena de revelia caso não compareça. Para constar, mandou passar o presente e outro de igual teor, que será publicado no *Diario Official* e affixado no logar do costume, ficando traslado nos autos. Dado e passado no Rio de Janeiro, Capital da Republica dos Estados Unidos do Brazil, aos 19 de outubro de 1909. Eu Oscar Borges, escrivente juramentado, escrevi. E eu Olympio da Silva Pereira, escrivão, o subscreevo e assigno.—*Antonio Paulino da Silva*

Comarca de Sorocaba

S. Paulo

De citação com o prazo de 90 dias

O Dr. José Pereira da Silva Barros, juiz de orphãos e ausentes desta comarca de Sorocaba, Estado de S. Paulo, etc.

Faço saber aos que o presente edital virem que, tendo fallecido nesta cidade Luiz Orlandi, deixando bens, e estando ausentes desta comarca e do paiz sua viuva, D. Nunciata Bonaccorsi Orlandi e seu filho maior Pedro Orlandi, ambos em logar incerto e não sabido, seguindo a este juizo declarou no processo do respectivo inventario, como inventariante, o herdeiro filho Dante Orlandi, pelo presente cito e chamo a este juizo á referida viuva meeira D. Nunciata Bonaccorsi Orlandi e o referido herdeiro Pedro Orlandi, para, sob pena de revelia, virem, por si ou por procuradores legalmente constituídos, dentro do prazo de 90 dias da data da publicação deste pela imprensa local e pelo *Diario Official* da Republica, requerer o que for a bem de seu interesse e justiça. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, mandei passar este, que será affixado no logar publico do costume, publicado pela imprensa local e pelo *Diario Official* da Republica. Dado e passado nesta cidade de Sorocaba, aos 2 dias do mez de outubro do anno de 1909. Eu, João José da Silva, 2º escrivão de orphãos e ausentes, o subscreevi.—(Assignado) *Jose Pereira da Silva Barros*. Nada mais se continha em o dito edital escripto em papel selado. Está conforme.—*Silva*.

NOTICIARIO

Telegramma — O Sr. ministro da Viação e Obras Publicas recebeu o seguinte:

URUGUAYANA, 14—Communicamos a V.Ex. que hoje encetamos as viagens do rio Uruguay, partindo o vapor *Expresso Itaquí* deste porto para Santo Izidro. Respeitosas saudações.—*Barbosa Filho*.

Correio — Esta repartição expedirá malas pelos seguintes paquetes:

Hoje:

Pelo *Muquy*, para Santos, Paraná e Santa Catharina, recebendo impressos até ás 5 horas da manhã, cartas para o interior até ás 5 1/2 e ditas com porte duplo até ás 6.

Pelo *Kenuta*, para Liverpool, recebendo impressos até ás 5 horas da manhã e cartas para o exterior até ás 6.

Pelo *Araguaya*, para Bahia, Recife, Madeira e Europa, via Lisboa, recebendo impressos até ás 8 horas da manhã, cartas para o interior até ás 8 1/2, ditas com porte duplo e para o exterior até ás 9.

Pelo *Araguary*, para Victoria e mais portos do norte, recebendo impressos até ás 10 horas da manhã, cartas para o interior até ás 10 1/2, ditas com porte duplo até ás 11 e objectos para registrar até ás 9.

Pelo *Acre*, para Victoria e mais portos do norte, recebendo impressos até ás 12 horas da manhã, cartas para o interior até ás 12 1/2 da tarde, ditas com porte duplo até ás 1 e objectos para registrar até ás 11 da manhã.

Pelo *Nordpol*, para Nova York, recebendo impressos até ás 12 horas da manhã, cartas para o exterior até ás 1 da tarde e objectos para registrar até ás 11 da manhã.

Pelo *Italiba*, para a Bahia, recebendo impressos até ás 6 horas da manhã, cartas para o interior até ás 6 1/2, ditas com porte duplo até ás 7.

Pelo *Swedish Prince*, para Nova Orleans, recebendo impressos até ás 9 horas da manhã e cartas para o exterior até ás 10.

Pelo *S. João da Barra*, para Cabo Frio e S. João da Barra, recebendo impressos até ás 9 horas da manhã, cartas para o interior até ás 9 1/2 e ditas com porte duplo até ás 10.

Pelo *Itaipava*, para os portos do sul, recebendo impressos até ás 12 horas da manhã, cartas para o interior até ás 12 1/2 da tarde, ditas com porte duplo até ás 1 e objectos para registrar até ás 11 da manhã.

Pelo *Itaperuna*, para Santos, S. Francisco e Rio Grande, recebendo impressos até ás 12 horas da manhã, cartas para o interior até ás 12 1/2 da tarde, ditas com porte duplo até ás 1 e objectos para registrar até ás 11 da manhã.

Pelo *Paris*, para Victoria e Nova York, recebendo impressos até ás 12 horas da manhã, cartas para o interior até ás 12 1/2, ditas com porte duplo e para o exterior até ás 1 e objectos para registrar até ás 11 da manhã.

Pelo *Italia*, para Marselha, recebendo impressos até ás 11 horas da manhã, cartas para o exterior até ás 12 e objectos para registrar até ás 10.

Pelo *Wilhelmina*, para Demerara, recebendo impressos até ás 11 horas da manhã, cartas para o exterior até ás 12 e objectos para registrar até ás 10.

Pelo *Guanabara*, para o Espirito Santo e Caravellas, recebem impressos até ás 3 horas da tarde, cartas para o interior até ás 3 1/2 e objectos para registrar até ás 2.

Amanhã:

Pelo *Gaúcho*, para Santos, Paraná e São Francisco, recebendo impressos até ás 11 horas da manhã, cartas para o interior até ás 11 1/2, ditas com porte duplo até ás 12 e objectos para registrar até ás 10.

Pelo *Cap Verde*, para Madeira e Europa, via Lisboa, recebendo impressos até ás 12 horas da manhã, cartas para o exterior até ás 1 da tarde e objectos para registrar até ás 11 da manhã.

—Recebimento de encomendas para Portugal, Açores e Madeira, nos dias uteis, das 8 horas da manhã ás 5 da tarde, até á vespera da partida dos paquetes que se destinarem á Lisboa, exceptuando os da Compagnie Messageries Maritimes; e entrega também, nos mesmos dias, das 10 da manhã ás 2 da tarde.

Santa Casa da Misericordia

—O movimento do Hospital da Santa Casa da Misericordia, dos Hospícios de Nossa Senhora da Saude, de S. João Baptista, de Nossa Senhora do Socorro e de Nossa Senhora das Dóres, em Cascadura, foi, no dia 18 de outubro, o seguinte:

	Nacionais	Estrang.	Total
Existiam.....	1.013	686	1.699
Entraram.....	35	21	56
Sahiram.....	40	17	57
Falleceram.....	7	5	12
Existem.....	1.001	685	1.686

O movimento da sala do banco e dos consultorios publicos foi, no mesmo dia, de 993 consultantes, para os quaes se aviaram 1.101 receitas.

Fizeram-se 36 extracções de dentes.

Observatorio do Rio de Janeiro— Observações meteorológicas simultaneas a 0 h. m. de Greenwich (9h. 07.^m a. t. m. do Rio)—Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1909.

ESTAÇÕES	Pressão ao nível do mar	TEMPERATURA			Tensão do vapor	Estado do céu	Estado atmospherico	VENTO		Meteóros
		A' sombra	Maxima da vespera	Mínima da vespera				Direcção	Força	
Belém.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
S. Luiz.....	—	—	32.0	24.3	—	Meio nublado	Sombrio	E	5	Nev. ten. alto
Parnahyba.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Fortaleza.....	758.19	29.5	31.9	25.3	19.79	Meio nublado	Bom	SSE	7	..
Quixeramobim.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Natal.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Parnahyba.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Recife.....	764.18	27.2	27.5	21.4	19.83	Quasi limpo	Bom	ESE	5	..
Jezeiro.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Mucioi.....	—	—	28.6	24.2	—	Nublado	Sombrio	ESE	3	Nevocero tenue
Aracaú.....	765.45	28.5	30.0	24.0	22.80	Meio nublado	Bom	E	1	..
S. Salvador.....	765.48	27.4	28.2	25.3	21.09	Meio nublado	Bom	SE	4	..
Onilina.....	764.90	27.3	28.3	20.3	18.23	Meio limpo	Muito claro	ESE	1	..
Caetité.....	761.25	21.3	29.9	16.5	13.34	Limpo	Muito claro	ESE	3	..
Ilhéos.....	765.38	27.0	27.2	20.1	18.03	Meio nublado	Bom	NE	5	..
Cuyubá.....	768.36	26.0	28.9	24.2	22.93	Nublado	Muito claro	W	1	..
Uberaba.....	762.23	26.4	25.2	21.0	18.40	Nublado	Encoberto	Calma	0	..
Victoria.....	763.88	26.1	29.5	20.4	19.93	Quasi nublado	Bom	NE	4	..
Barbacena.....	764.02	18.4	21.8	15.2	13.57	Nublado	Incerto	Calma	0	..
Juiz de Fôra.....	765.59	20.0	24.8	19.0	12.89	Nublado	Incerto	S	2	Chuviscos
Capital (Rio).....	764.60	18.5	23.8	13.5	15.05	Nublado	Máo	S	4	Chuva forte
Campinas.....	761.82	17.8	17.5	15.3	13.04	Nublado	Incerto	SE	2	Chuviscos
S. Paulo.....	765.93	13.7	16.0	14.0	11.33	Nublado	Máo	SE	3	Chuva
Santos.....	766.88	17.7	21.1	19.5	13.99	Nublado	Máo	E	3	Nevocero alto
Guarapuava.....	761.85	16.5	20.5	12.5	12.91	Nublado	Encoberto	E	2	..
Curityba.....	768.28	12.6	18.3	11.0	9.48	Nublado	Incerto	SE	5	..
Paranaguá.....	767.18	18.0	20.2	16.6	13.81	Nublado	Encoberto	SW	2	..
Florianopolis.....	767.35	18.5	21.6	17.5	11.84	Nublado	Incerto	S	5	..
Posadas.....	765.90	18.0	25.0	9.0	9.48	Quasi limpo	—	NE	2	..
Corrientes.....	768.20	21.0	24.0	12.0	10.49	Quasi limpo	—	E	2	..
Itaquy.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Santa Maria.....	761.65	16.0	20.0	15.0	10.69	Quasi limpo	Bom	E	4	..
Porto Alegre.....	769.30	17.9	25.1	16.9	9.54	Limpo	Bom	SSE	6	..
Cordoba.....	771.00	14.0	26.0	10.0	6.75	Nublado	—	S	6	..
Bagé.....	773.00	16.4	20.0	19.0	8.70	Quasi limpo	Muito bom	S	2	..
Rio Grande.....	761.58	15.4	23.4	10.4	10.49	Meio nublado	Muito bom	WNW	2	..
Mendoza.....	770.60	13.0	26.0	11.0	6.77	Nublado	—	SW	2	..
Rozario.....	770.60	12.0	24.0	12.0	9.19	Nublado	—	SE	2	..
Montevideo.....	770.30	12.0	14.6	12.0	6.77	Meio nublado	Máo	SSE	5	Chuva
Buenos-Ayres.....	768.50	11.0	20.0	10.0	8.56	Nublado	—	SSW	2	..

OCCURENCIAS

Em Barbacena choveu e trovejou hontem á tarde. Choveu na manhã de hoje.

Em S. Paulo choveu na manhã de hoje.

Em Santos cahiu chuva continua no correr do dia e noite de hontem. Chuva 41^m/m00.

Em Guarapuava choveu e trovejou na tarde e noite de hontem. Chuva recolhida 53^m/m00.

Em Curityba choveu, em parte da noite de hontem. Chuva, 3^m/m60.

As temperaturas mínimas de hontem verificaram-se : em Rio Grande, com 10°.4, e em Curityba, com 11°.0.

As observações com este signal + são de hontem.

Observatorio do Rio de Janeiro — Boletim meteorologico — Dia 7 de outubro de 1909.

Horas	Barometro a 0°	Temperatura centigrada	Tensão do vapor	Humidade relativa	Ventos		Céo		Phenomenos diversos
					Velocidade	Direcção	Fracção	Nuvens	
1 h. m.....	758.7	19.5	12.5	74	1.1	SW	1.0	CK. KN	
4 h. m.....	755.9	18.8	13.1	86	3.2	WNW	0.8	CK	
7 h. m.....	756.6	19.2	11.6	70	0.0	Calmo	0.8	C. CS ≡	
10 h. m.....	757.6	20.8	12.7	69	3.3	NNE	0.4	C. CK. K	
1 h. t.....	755.5	21.0	11.1	59	10.0	SSE	0.9	C. CK	
4 h. t.....	754.7	20.2	12.8	72	10.0	SSE	0.8	CK. KN	
7 h. t.....	756.0	19.3	13.2	80	5.9	SSE	1.0	N ≡	
10 h. t.....	757.0	20.0	13.0	75	0.0	Calmo	1.0	N ≡	
Médias.....	756.50	19.85	12.50	73.1	4.2		0.8		

Temperatura: maxima, ás 10 3/4 hs. M, 21.4; minima, ás 6 hs. M, 17.4—Evaporação em 24 horas, 3.5.—Ozone: ás 7 hs. m, 3; ás 7 hs. n., 1.—Horas de insolação, 6 hs. 23^m.

Observatorio do Rio de Janeiro — Boletim meteorologico — Dia 9 de outubro de 1909.

Horas	Barometro a 0°	Temperatura centigrada	Tensão do vapor	Humidade relativa	Ventos		Céo		Phenomenos diversos
					Velocidade	Direcção	Fracção	Nuvens	
1 h. m.....	758.3	19.3	14.1	85	1.0	SSE	1.0	CK. KN ≡	
4 h. m.....	758.0	19.3	14.7	88	4.0	SSE	1.0	CK. KN ≡	
7 h. m.....	759.0	19.0	14.8	90	2.8	SSE	1.0	CK. KN ≡	
10 h. m.....	759.5	19.6	14.0	83	4.0	SSE	1.0	CK. K	
1 h. t.....	757.8	20.6	14.6	80	0.0	Calmo	1.0	CK. KN	
4 h. t.....	756.6	21.5	13.7	72	6.3	SSE	0.4	CK	
7 h. t.....	756.4	20.4	14.5	81	3.3	ESE	1.0	CK. KN	
10 h. t.....	756.7	20.3	14.8	83	5.0	SE	1.0	CK. KN	
Médias.....	757.79	20.00	14.40	82.9	3.3		0.9		

Temperatura: maxima, ás 3 hs. 1/2 T., 22.1; minima, ás 4 hs., M., 18.3.—Evaporação em 24 horas, 1.7.—Ozone: ás 7 hs. m., 0; ás 7 hs. n., 2.—Horas de insolação 3 hs, 58 m.

Observatorio do Rio de Janeiro — Boletim meteorologico — Dia 11 de outubro de 1909.

Horas	Barometro a 0°	Temperatura centigrada	Tensão do vapor	Humidade relativa	Ventos		Céo		Phenomenos diversos
					Velocidade	Direcção	Fracção	Nuvens	
1 h. m.....	758.8	18.2	12.2	78	2.4	W	0.8	CK. KN	
4 h. m.....	758.6	17.6	12.1	81	2.0	SW	1.0	KN	
7 h. m.....	759.7	18.0	12.9	84	1.8	WNW	1.0	C. CK ≡	
10 h. m.....	760.5	20.0	11.7	67	2.5	ESE	0.6	CK. K. KN	
1 h. t.....	759.6	20.2	11.3	64	3.3	SE	0.4	CK. K. KN	
4 h. t.....	758.1	20.2	11.9	62	5.9	SE	0.2	CK. K	
7 h. t.....	759.5	19.6	11.9	70	7.1	SE	0.1	C. CK	
10 h. t.....	760.8	19.3	11.7	70	2.6	SE	0.8	C. CK	
Médias.....	759.45	19.14	11.96	72.0	4.1		0.6		

Temperatura: maxima ás 2 hs. T, 20.8; minima, ás 5 hs. 30 m. M, 17.3.—Evaporação em 24 horas, 3.0.—Ózone ás 7 hs. m., 0; ás 7 hs. n., 3.—Horas de insolação, 9 hs. 15 m.

BENDAS PUBLICAS

ALFANDEGA DO RIO DE JANEIRO

Renda do dia 19 de outubro de 1909:

Em ouro....	75.112\$414	
Em papel....	119.372\$932	194.485\$376
Renda de 1 a 19 de outubro de 1909..... 3.753:753\$639		
Em igual periodo de 1908.. 3.846:210\$068		
Diferença a maior em 1908 92:456\$429		

RECEBEDORIA DO RIO DE JANEIRO

Renda do dia 19 de outubro de 1909

Interior.....		12:116\$480
Consumo :		
Fumo.....	2:809\$400	
Rebidas.....	1:400\$000	
Phosphoros....	7:207\$000	
Calçado.....	1:312\$000	
Perfumarias...	466\$000	
Ex pharmaceuticas.....	964\$000	
Vinagre.....	8\$400	
Conservas.....	100\$000	
Chapéus.....	900\$000	
Tecidos.....	3:500\$000	
Registro.....	20\$000	18:817\$800
Extraordinaria..... 20:703\$134		
Deposito..... 24\$000		
Renda com applicação especial..... 1:464\$553		
53:125\$970		
Renda de 1 a 18 de outubro de 1909..... 1.091:370\$624		
1.144:496\$374		
Em igual periodo de 1908.. 882:077\$814		

EDITAES E AVISOS

Escola Nacional de Bellas Artes

CONCURSO AO PREMIO DE VIAGEM

De ordem do Sr. director, faço publico que, não tendo acudido candidatos á inscripção para o concurso ao «Premio de Viagem» (Architectura), cujo encerramento se verificou hontem, 6 do corrente, fica aberta nova inscripção, na fórma do art. 143, capitulo X «Dos concursos para pensionistas», do regulamento approved pelo decreto n. 3.987, de 13 de abril de 1901.

Não havendo candidato algum nas condições exigidas pelo regulamento, no curso de Gravura de Medalhas e pedras preciosas, o concurso, cuja nova inscripção fica aberta nesta data, encerrando-se a 7 de novembro proximo, será de Pintura.

A inscripção será feita por meio de requerimento ao director; as condições de admisso são determinadas no art. 147 do citado regulamento, e as provas a prestar serão exclusivamente praticas, de accordo com as instrucções especiaes elaboradas pelo Conselho Escolar..

Secretaria da Escola Nacional de Bellas Artes, 7 de outubro de 1909.— O secretario, *Diogo Chairedo*.

Internato Nacional Bernardo de Vasconcellos

CONCURSO PARA A CADREIRA DE MATHEMATICS ELEMENTARES

Por ordem do Dr. director, faço publico para conhecimento dos interessados, que, a partir desta data e pelo prazo de tres mezes, estará aberta na secretaria deste Internato, todos os dias uteis, das 10 horas da manhã ás 2 da tarde, a inscripção para o concurso á cadeira de mathematics elementares. O candidato que se quiser inscrever virá á secretaria assignar o nome no livro proprio, apresemtando folha corrida e requerimento ao Dr. director; sendo o candidato estrangeiro, haverá a clausula obrigatoria de fallar vernaculo.

Poderá o candidato apresentar quaesquer documentos que julgar conveniente, como titulos de idoneidade ou prova de serviços prestados á sciencia e ao Estado

Secretaria do Internato Bernardo de Vasconcellos, 31 de agosto de 1909.— *Sebastião Pezanha*, secretario interino.

Hospicio Nacional de Alienados

CONCURSO PARA O PROVIMENTO DO LOGAR DE ASSISTENTE DO LABORATORIO ANATOMO-PATHOLOGICO

De ordem do Sr. Dr. director do Hospicio Nacional de Alienados, faço publico que, a contar desta data, até 18 de novembro proximo vindouro, se acha aberta, na secretaria deste estabelecimento, a inscripção para o concurso ao logar de assistente do Laboratorio Anatomico-Pathologico.

Nos termos do art. 35, do regulamento approved pelo decreto n. 5.125, de 1 de fevereiro de 1904, só poderá concorrer o alumno que provar ter tido boas notas nos exames de histologia normal e anatomia pathologica e, no caso de inscripção, apresentar, ao menos, oito preparações microscopicas do systema nervoso.

No concurso haverá tres provas praticas: a) preparação histologica do systema nervoso normal ou pathologico, á escolha do jury examinador;

b) exame bacterioscopico;

c) autopsia, de preferencia do systema nervoso, ou um exame urológico ou hematológico, á vontade da commissão julgadora.

Secretaria do Hospicio Nacional de Alienados, 29 de outubro de 1909.— O escripturario, *Angelo Mello*.

Directoria Geral de Saude Publica

De ordem do Sr. Dr. director geral de Saude Publica, transcrevo abaixo a lista dos productos apprehendi los pela Commissão de Fiscalisação de Generos Alimenticios, o que, analysalos no Laboratorio Nacional de Analyses, não foram considerados nocivos á saude publica:

No deposito de Manoel José da Motta, á rua da Uruguayana n. 74:

Manteiga.—A analyse não revelou a existencia de substancias nocivas, sendo um producto de inferior qualidade.

Manteiga «Celeste».—A analyse não revelou a presença de substancias nocivas, sendo um producto de regular qualidade.

Oleo de Uruçu.—Na referida amostra que é de materia corante vegetal dissolvida em oleo graxo, a analyse não revelou a existencia de substancias nocivas.

No deposito de J. J. de Azevedo & Comp., á rua Acre n. 54:

Manteiga marca «Veado».—A analyse não revelou a presença de substancias nocivas.

No estabelecimento de Pietro Mandarini Irmão & Comp., á rua dos Invalidos n. 174:

Oleo.—A analyse revelou na referida amostra de oleo ser de caroço de algodão e não de azeitona.

No trapiche Silvino, á rua da Saude numero 118:

Manteiga, vinda do Porto Alegre pelo vapor *Itapuca*, entrado no dia 7 de agosto do corrente anno.—E' uma manteiga de inferior qualid ide, na qual a analyse não revelou a presença de substancias nocivas.

Secretaria da Directoria Geral de Saude Publica, 17 de outubro de 1909.—O secretario, *Dr. J. Pedrosa*.

De ordem do Sr. Dr. director geral, convidado os proprietarios, ou arrendatarios dos predios abaixo designados ou seus legitimos procuradores, a comparecerem, no dia e hora infra indicados, nos referidos predios, a fim de assistirem á vistoria sanitaria que nelles vae ser effectuada, sob as penas da lei:

Rua da Alfandega n. 236 (moderno), dia 22 do corrente á 1 hora da tarde;

Rua da Alfandega n. 291 (moderno), dia 22 do corrente á 1 1/2 hora da tarde;

Rua Tobias Barreto n. 121 (moderno), dia 22 do corrente ás 2 horas da tarde;

Rua Luiz Gama n. 16 (moderno), dia 22 do corrente ás 2 1/2 horas da tarde.

Secretaria da Directoria Geral de Saude Publica, 19 de outubro de 1909.—O secretario, *J. Pedrosa*.

SECÇÃO DE ENGENHARIA

De ordem do Sr. Dr. director geral, convidado a Exma. Sra. D. Maria Amelia Leite Pinto a comparecer á Secção de Engenharia Sanitaria, á praça da Republica n. 25, a fim de prestar esclarecimentos.

Secretaria da Directoria Geral de Saude Publica, 15 de outubro de 1909.—O secretario, *Dr. J. Pedrosa*.

Policia do Districto Federal

O Dr. Astolpho Vieira de Rezende, 1º delegado auxiliar da Policia do Districto Federal, executando o que foi resolvido pelo Exm. Sr. Dr. chefe de policia, faz publico que fica modificada a actual tabella de precos de automoveis com taximetro, a qual deverá vigorar da seguinte fórma:

Das 6 horas da manhã á 1 hora da noite como se acha actualmente na tabella.

De 1 hora da noite ás 6 da manhã.

Por 1.200 metros..... 1\$400

Por fracção de 300 metros..... \$200

qualquer que seja o numero de passageiros.

Tempo de espera

Cada minuto e meio..... \$200

A taxa será devida desde o momento em que o vehiculo for posto á disposição de quem o alugar.

1º Delegado Auxiliar da Policia do Districto Federal, em 23 de setembro de 1909.

—O 1º delegado auxiliar, *Astolpho Vieira de Rezende*.

Força Policial do Districto Federal

SECRETARIA GERAL

De ordem do Exm. Sr. general commandante chamam-se concurrentes para o fornecimento de uma bateria de acumuladores e sobressalentes, de accordo com as seguintes disposições:

Uma bateria de acumuladores (completa) com 150 elementos, vasos de vidro com a dimensão approximada de 0,350x0,350 e capacidade para 700 ampères.

50 chapas positivas e 50 vasos de vidro, sobressalentes essas para a mesma bateria.

Deverão vir, juntamente com a bateria, o acido sulphurico e os isoladores dos vasos de vidro.

Os Srs. proponentes deverão apresentar proposta, dirigida á secretaria da força, até o dia 25 do corrente mez, declarando a data da entrega do material, nesta capital, que não exceda a 31 de janeiro de 1910.

Secretaria Geral da Força Policial do Districto Federal, em 18 de outubro de 1909.—*Dormevil da Silva Porto*, major, secretario geral.

Recbedoria do Rio de Janeiro

Imposto de Industrias e Profissões

13º DISTRICTO

Exercicio de 1910

De ordem do Sr. director, e em cumprimento do disposto no artigo 21 do regulamento anexo ao decreto n. 5.142, de 27 de fevereiro de 1904, fazemos publico para conhecimento dos interessados, que os estabelecimentos commerciaes abaixo mencionados, soffreram relativamente ao exercicio de 1910 as seguintes alterações:

Boulevard 28 de Setembro:

- N. 213, Estevão Malafaia & Comp., alterado o valor locativo de 1:200\$000 para 1.440\$000.
 N. 255, Joaquim de Lacerda, alterado o valor locativo de 840\$ para 1:600\$.
 N. 257, Manoel Machado Fagundes, alterado o valor locativo de 600\$ para 1:000\$.
 N. 49, Teixeira & Irmão, alterado o valor locativo de 1:800\$ para 1:920\$.
 N. 196, Luiz Mitera, alterado o valor locativo de 360\$ para 960\$.
 N. 238, João Manoel de Souza, alterado o valor locativo de 800\$ para 1:200\$.
 N. 286, Antonio Moreira Barbosa, alterado o valor locativo de 1:80\$ para 2:400\$.
 N. 297, João Rezende, alterado o valor locativo de 1:200\$ para 2:100\$.
 N. 298, Duleis Pereira da Silva, alterado o valor locativo de 72\$ para 1:200\$.
 N. 301, Laudelma Motta, alterado o valor locativo de 1:80\$ para 2:400\$.

Boulevard 28 de Setembro:

- N. 342, Antonio Moreira Barbosa, alterado o valor locativo de 1:200\$ para 1:800\$00.
 N. 358, Pia Beffa, alterado o valor locativo de 400\$ para 1:200\$000.
 N. 40, Mello & Braz, alterado o valor locativo de 600\$ para 800\$000.
 Rua Barão de S. Francisco Filho:
 N. 177, Ribeiro Silva & Comp., alterado generos alimenticios de 3ª classe para 2ª classe e o valor locativo de 720\$ para 810\$000.
 N. 84, Rocha & Martins, alterado o valor locativo de 600\$ para 72\$00.

Rua Oito de Dezembro:

- N. 43, João Martins Novaes, alterado o valor locativo de 800\$ para 1:200\$000.
 N. 42, Henrique Telles Barcellos, alterado o valor locativo de 600\$ para 960\$00.
 Rua Visconde de Santa Isabel:
 N. 75, Manoel Gomes da Silva, alterado o valor locativo de 1:500\$ para 2:400\$000.
 N. 231, Maximino Gonçalves Teixeira, alterado o valor locativo de 430\$ para 1:200\$000.

Rua Barão do Bom Retiro:

- N. 73, Torre & Ferreira, alterado o valor locativo de 600\$ para 1:200\$000.
 N. 2, Joaquim Maria Lopes, alterado o valor locativo de 960\$ para 1:200\$000.
 N. 30 K, Joaquim Moreira Rodrigues, alterado o valor locativo de 1:200\$ para 1:440\$000.
 N. 50 L, Manoel Medeiros Garoupa, alterado o valor locativo de 600\$ para 840\$000.
 N. 32 A, Martinho José Rodrigues, alterado o valor locativo de 1:200\$ para 1:440\$000.

Rua D. Romana:

- N. 67, Domingos Dias de Carvalho, alterado o valor locativo de 600\$ para 960\$ e generos alimenticios de 3ª classe para 2ª classe.

Rua General Bellenarde:

- N. 1, Antonio J. Rodrigues, alterado o valor locativo de 1:080\$ para 1:200\$000.
 N. 3, Francisco Teixeira Nogueira, alterado o valor locativo de 1:080\$ para 1:200\$000.

Rua Dr. Dias da Cruz:

- N. 28, C. Souza & Comp., alterado o valor locativo de 2:00\$ para 2:400\$000.
 N. 25, Eduardo & Martins, alterado o valor locativo de 1:000\$ para 1:200\$000.
 N. 65, Vicente Santore, alterado o valor locativo de 600\$ para 840\$000.
 N. 101 A, Francisco Pimenta de Mello & Comp., alterado o valor locativo de 720\$ para 1:200\$000.

Rua Wenceslau:

- N. 16, Manoel da Fonseca Martins, alterado o valor locativo de 400\$ para 720\$000.

Rua Zeferino:

- N. 42, Claudio José de Queiroz, alterado o valor locativo de 900\$ para 1:200\$000.

Rua Lucilio Lago:

- N. 124, Raphael Ceciliano, alterado o valor locativo de 400\$ para 600\$000.

Rua Ferreira de Andrade:

- N. 60, Ayres Antunes, alterado o valor locativo de 720\$ para 1:920\$000.

Rua Miguel Cervantes:

- N. 1, Pinho Corrêa & Comp., alterado o valor locativo de 900\$ para 1:200\$000.

Rua Cahamby:

- N. 232, Thaumaz & Ramos, alterado o valor locativo de 1:20\$ para 2:000\$000.

- N. 234, Joaquim Ferreira Fontes, alterado o valor locativo de 600\$ para 1:000\$000.

- N. 252, Antonio Alves Alcantara, alterado o valor locativo de 400\$ para 720\$000.

- N. 24, Bento José Fernandes, alterado o valor locativo de 1:200\$ para 1:440\$000.

- N. 230, Manoel Cabral, alterado o valor locativo de 600\$ para 1:030\$000.

Rua 24 de Maio:

- N. 133, Coelho & Oliveira, alterado o valor locativo de 1:200\$ para 1:560\$000.

- N. 207, Antonio de Castro, alterado o valor locativo de 1:440\$ para 1:920\$000.

- N. 209, Manoel Martins, alterado o valor locativo de 1:200\$ para 1:550\$000.

- N. 291, Cozino de Menezes, alterado o valor locativo de 600\$ para 1:200\$000.

- N. 413, Felipe Leigo, alterado o valor locativo de 84\$ para 1:000\$000.

- N. 419, Francisco Borges da Silva, alterado o valor locativo de 400\$ para 600\$000.

- N. 635, Joaquim Pimenta, alterado o valor locativo de 960\$ para 1:200\$000.

- N. 633, F. Machado & Comp., alterado o valor locativo de 1:200\$ para 1:440\$000.

- N. 162, Fiel Augusto de Oliveira, alterado o valor locativo de 1:200\$ para 1:400\$000.

- N. 168, Narciso Pereira de Souza, alterado o valor locativo de 1:200\$ para 1:530\$000.

- N. 176, Serafim Barbosa da Fonseca, alterado o valor locativo de 2:400\$ para 3:000\$000.

Rua 24 de Maio:

- N. 180, Antonio Greco, alterado o valor locativo de 600\$ para 1:200\$000.

- N. 183, Sebastião José de Castro, alterado o valor locativo de 1:800\$ para 2:400\$000.

- N. 190, José Gomes de Freitas, alterado o valor locativo de 1:500\$ para 1:800\$000.

Rua D. Anna Nery:

- N. 2, Antonio Teixeira da Motta, alterado o valor locativo de 400\$ para 720\$000.

- N. 144, Manoel Augusto Moreira, alterado o valor locativo de 420\$ para 600\$000.

- N. 154 C, Claudino Ferreira da Cruz, alterado o valor locativo de 1:200\$ para 1:440\$000.

- N. 184, Pedro Pereira, alterado o valor locativo de 800\$ para 1:200\$000.

Rua Dr. Archias Cordeiro:

- N. 202, Vicente & Coelho, alterado o valor locativo de 1:400\$ para 1:800\$000.

- N. 238, Decio de Oliveira & Comp., alterado o valor locativo de 1:380\$ para 1:560\$000.

- N. 248, José Ignacio Rodrigues, alterado o valor locativo de 1:000\$ para 1:200\$000.

- N. 670, Merched Saad & Irmão, alterado o valor locativo de 1:200\$ para 1:440\$000.

Rua Angelica:

- N. 2, Antonio Covim Sandim Fontes, alterado o valor locativo de 600\$ para 960\$000.

Rua Conselheiro José Bonifacio:

- N. 182, Silveira & Comp., alterado o valor locativo de 800\$ para 1:800\$000.

- N. 254, Barreto, Irmão & Comp., alterado o valor locativo de 1:440\$ para 2:400\$000.

Rua Piauhy:

- N. 155, Victorino José de Mello, alterado o valor locativo de 60\$, para 800\$000.

Rua Figueira:

- N. 23, José Rodrigues Ferraz, alterado o valor locativo de 960\$, para 1:200\$000.

- N. 65, Americo de Oliveira, alterado o valor locativo de 2:400\$, para 3:000\$000.

Rua Carolina Meyer:

- N. 46, João da Rocha Machado, alterado o valor de 48\$, para 630\$000.

Praça do Eugenio Novo:

- N. 10, Antonio Moreira Martins, alterado o valor locativo de 1:200\$, para 1:440\$000.

- N. 23, A. M. Lopes & Comp., alterado o valor locativo de 1:300\$, para 3:000\$000.

- N. 32, João Pulito, alterado o valor locativo de 600\$, para 930\$000.

- N. 31, F. J. Alves & Silveira, alterado o valor locativo de 1:200\$, para 1:630\$000.

Recbedoria do Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1909. — J encerragalo do lançamento, Clito Valdemiro Pereira, o escrivão, Tancredo Leal.

De ordem do Sr. director, levamos ao conhecimento dos senhores negociantes abaixo mencionado, que se acham incursos no art. 17 do regulamento que baixou com o decreto n. 5.142, de 27 de fevereiro de 1904.

Boulevard 28 de Setembro:

- N. 11, Manoel Muniz Machado.

- N. 439, Adelino do Nascimento Conde.

- N. 143, Antonio Magnelli.

- N. 153, Juvenal Vossella.

- N. 364, Antonio Machado Fagundes.

- N. 350, Augusto Cesar Borges.

Rua Luiz Barbosa:

- N. 104, Domingos José de Carvalho.

- N. 53, Dr. Domingos Augusto de Azevedo.

Rua 8 de Dezembro:

- N. 1, Ferreira Junior.

Rua Visconde de Santa Isabel:

- N. 231, Gentil Antonio de Almeida.

- N. 233, Carlos Ferreira Braga.

- N. 291, João Rodrigues.

Rua Barão do Bom Retiro:

- N. 1 B, Lucas & Sobrinho.

- N. 4, Manoel da Conceição Alves.

- N. 18 B, André Amendoa.

- N. 32, Fernando Tupper Fortes Teixeira.

Rua Antunes Garcia:

- Sen numero, Dr. João Cordeiro da Graça.

Rua Figueira:

- N. 65, Americo de Oliveira.

Rua Vinte e Quatro de Maio:

- N. 5, Pedro Bastos.

- N. 207, Joaquim Martins.

- N. 329, Dr. Demetrio G. Roma Santos.

- N. 267, Dr. Octavio Pinto.

- N. 295, Henrique Telles Barcellos.

- N. 299, Medeiros & Irmão.

- N. 345, Vallise & Filhos.

- N. 413, Salvador Michel.

- N. 435, Basilio Pulhosa.

- N. 437, Nicolau Calabria.

- N. 595, Paschoal Palermo.

- N. 2, Miguel Panno.

- N. 22, Luiz Capote.

- N. 100, Dr. José de Almeida Pires.

- N. 138, José de Pinho França.

- N. 142, Isabel Caruso.

- N. 172, Rezende & Ribeiro.

- N. 198, Raul Goulart.

- N. 203, Dr. Carlos Luiz Vargas Dan...

Rua D. Anna Nery:

- N. 47 A, José da Silva Araujo & Comp.
- N. 60, Deifino Figueiredo e José Soares.
- N. 96, José Gomes da Motta.
- N. 96, Angelo Polizza.
- N. 104 H 2º, Francisco José Alves.
- N. 110, Francisco Antonio Villas Boas.
- N. 112, Paulo Vicente.
- N. 13) H, Paschoal Valença.
- N. 186 H, Abrahão Farah.
- N. 218, José Saraiva.

Rua Carolina:

- N. 25, Manoel Pereira de Mello.
- Sem numero, Francisco da Costa Gonçalves.

Rua Vieira da Silva.

- N. 27, Salvador Ambrosio.
- N. 4, João Ferreira da Motta.
- N. 10, José Simões Messias.

Rua Engenho Novo:

- N. 3, Francisco Antonio Amaro.
- N. 28, Nogueira & Ferreira.
- N. 30, José Esteves Alves.
- N. 12, Dr. Azevedo Brandão.

Rua Dr. Archias Cordeiro:

- N. 145, Francisco Perrone.
- N. 147, Curuso Santo.
- N. 151, Companhia Machinas Singer.
- N. 153, João Guedes Vieira.
- N. 163, Agêo Martins de Oliveira.
- N. 210, Piona Tomasio.
- N. 240, Peregrino José Brochado.
- N. 240, A. Rodrigues & Comp.
- N. 418, Vicente Cassano.
- N. 424, José Marcio.
- N. 438, Antonio Grupillo.
- N. 438, Figueiredo & Mattos.
- N. 448, João Salles Lopes.
- N. 450, Giacomo Bismardo.
- N. 474, Francisco Carluso.

Rua Angelica:

- N. 2, Manoel Fontes.

Rua Cardoso:

- N. 133, Silva & Comp.
- Rua Conselheiro José Bonifacio:
- N. 159, José Faria Guimarães.
- Rua Piauhv:
- N. 163, Serafim Vieira da Silva Branco.
 - N. 155, Victorino José de Mello.

Praça do Engenho Novo:

- N. 6, Marcio Ferrari & Comp.
- N. 14, Antonio Luiz Gomes.
- N. 20, Alves & Silveira.
- N. 22, Souza Neves.
- N. 32, Henrique & Alfredo.

Rua Dr. Lins de Vasconcellos:

- N. F 1, José Antonio Ribeiro.
 - N. 45, Dr. Alexandre Abrahão.
 - N. 32, Dr. Mario Piragibe.
 - N. 69 A, Santos & Dantas.
- Rua D. Maria Luiza:
- N. 1, Cardoso & Madeira.

Rua Dr. Dias da Cruz:

- N. 21 A, Antonio Gonçalves Guimarães.
- N. 39, José Nunes Rodrigues.
- N. 45, Aureliano Teixeira.
- N. 101 A, Francisco Alberto Ferreira.
- N. 101 A, José Nunes da Costa.
- N. B. 28, Raphael & Silva.
- N. 12, Perez & Nunes.

Rua Joaquim Meyer:

- N. 26 D, Francisco Alves Ferreira.
- N. 8, Dr. Nogueira Pinto.

Rua Medina:

- N. 13 Alberto Borges Soveral.

Rua Dr. Araujo Leitão:

- N. 59, Manoel Ribeiro de Miranda.
- Recebedoria do Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1909.—O encarregado do lançamento, *Cleto Vallerino Pereira*.—O escrivão, *Tancredo Leal*.

Caixa de Amortização

Faço publico, em virtude de resolução tomada pela junta administrativa, em sessão de 14 do corrente mez, que fica prorogado até 31 de dezembro proximo futuro o prazo para o recolhimento sem desconto das notas do Thesouro Federal dos valores de 5\$ das 8ª, 9ª e 10ª estampas, de 10\$ das 8ª e 9ª estampas, 200\$ da 10ª estampa, e de 20\$, 50\$, 100\$, 200\$ e 500\$ fabricadas na Inglaterra (de que tratam os editaos de 1 de março e 20 de abril ultimos), começando, dahi em diante, a pratica dos descontos marcados no art. 13 da lei n. 3.313, de 16 de outubro de 1885, a que se refere o art. 205 do decreto n. 6.711, de 7 de novembro de 1907 (2% nos tres primeiros mezes; 4% nos outros tres mezes; 6% nos tres mezes seguintes; 8% nos outros tres mezes; 10% no primeiro mez que se seguir e mais 5% mensaes dahi em diante.)

Outrosim, faço publico que as notas de 1\$ da 6ª estampa, de 2\$ das 6ª, 7ª e 8ª estampas, e as dos mesmos valores de 1\$ e 2\$, fabricadas na Inglaterra, sejam trocadas por moedas de prata, sem limite de prazo.

Caixa de Amortização, 22 de junho de 1909.
—O inspector, *M. C. de Leão*.

Alfandega do Rio de Janeiro

Pela inspectoría desta alfandega se faz publico, para conhecimento dos interessados, que foram descarregados para esta repartição os volumes abaixo mencionados, com signaes de avarias e de falta, devendo seus donos ou consignatarios apresentar-se no prazo de 15 dias, para providenciar a respeito.

Vapor inglez *Oropisa*, entrado em 1909:
Trapiche da Ordem—CC: 5 caixas, sujeitas á vistoria.

Vapor inglez *Abgedir*, entrado em 1909:
Trapiche da ordem—GAC: 4 quintos, vazando.

ABC: 2 ditos, idem.
FAVS: 2 quartos, idem.

BA: 6 caixas, sujeitas á vistoria.
Vapor hollandez *Hollandia*, entrado em 1909:

Trapiche da ordem—SBC: 1 caixa, sujeita á vistoria.

Vapor inglez *Araguaya*, entrado em 3 de outubro de 1909.

Armazem das amostras—TB: 1 caixa n. 1.734/B, repregada.

OI: 1 dita n. 1.752/F, idem.
SG: 1 dita n. 1.752/A, idem.

E Salathé & Comp.: 1 dita n. 9, idem.
E. Silathé & Comp.: 1 dita n. 10, idem.

PV: 1.573: 1 dita n. 1.573, idem.
EJU: 2 dita n. 2 ditos ns. 1.743 e 1634, idem.

JVA: e dita n. 1743, idem.
TMT: 1 caixa n. 1.625/DIV, repregada.

NB: 1 dita n. 1.752/D, idem.

Armazem das amostras—FL: 1 caixa n. 1.635/B, repregada.

Idem: 1 dita n. 1.635/A, idem.
NV: 1 dita n. 154, idem.

SEW: 1 dita n. 1.743/A, idem.

MSD: 1 dita n. 1.752/43, idem n.
LPM: 1 dita n. 1.661/A, idem.

Idem: 1 dita n. 1.654/B, idem.
JF: 1 dita n. 1.752/6, idem.

FPC: 1 dita n. 201, idem.

Vapor inglez *Nith*, entrado em 29 de setembro de 1909.

Armazem n. 8—ARL: 1 caixa n. 10, repregada.

BCC: 2 ditos ns. 1 e 5, idem.

CIC: 1 dita n. 37, idem.

CIC: 1 dita n. 255, idem.

FR: 1 dita n. 30.120, idem.

Idem: 1 dita n. 30.119, idem.

GC: 2 ditos n. 101 e 103, idem.

Idem: 2 ditos n. 102 e 118, idem, avariada.

Idm: 1 dita n. 11, idem, idem n.

Idem: 10 engrandados, idem, idem.

SG: 1 caixa n. 1.793, idem

Idem: 1 dita n. 5.796, idem.

Idem: 1 dita n. 5.797, idem.

CG: 1 dita n. 233, idem.

38: 2 ditos ns. 99 e 101, idem.

33: 2 ditos ns. 10) e 102, idem.

MBC: 1 dita n. 13, idem.

JBS: 1 dita n. 9, idem.

Armazem n. 8 — MR — 62.548: 2 caixas ns. 4 e 3, repregadas.

Idem: 3 ditos ns. 5, 1 e 2, idem.

Rodrigues: 1 dita n. 225, idem.

S&C: 2 ditos, us: 7 e 14, idem.

Idem: 2 ditos, n. 2 e 6, repregadas e avariadas.

Idem: 2 ditos ns. 15 e 5, idem idem.

Idem: 1 dita n. 10, idem idem.

SG&C: 2 ditos ns. 248 e 232, repregadas.

Idem: 1 dita ns. 265 e 261, idem.

Vapor inglez *Araguay*, entrado em 3 de outubro de 1909.

Armazem das amostras — KB: 1 pacote n. 114, rôto.

Idem: 1 pacote n. 129, idem.

Idem: 1 dito n. 122, avariado.

LJ&N: 1 dito n. 119, repregado e rôto.

BM: 1 dito n. 6357, rôto.

Slope: Irmãos: 1 dito n. 19, repregado.

KB: 1 dito n. 131, rôto.

AM: 1 caixa n. 671, repregada.

Sliper Irmãos: 1 dita n. 13, idem.

SLP—ET: 1 dita n. 763, idem.

JSP: 1 dita n. 1949/A, idem.

Idem: 1 dita n. 1649/MR, idem.

Idem: 1 dita n. 1617/B, idem.

LPV: 1 dita n. 1617/C, idem.

RS: 1 dita n. 239, idem n.

CM: 1 dita n. 2499, idem n.

ALM: 1 dita n. 1752/E, idem n.

JB: 1 dita n. 1062, idem.

Armazem de amostras—JB: 1 caixa numero 1734/A, repregada.

MM: 1 dita n. 2454, idem.

Vapor Suizo *Princessam Jagerborg*, entrado em 2 de outubro de 1909

Armazem 16—KR AF—T—Especial: 5 fardos ns. 115, 36, 11 e sem numero, avariados

Vapor allemão *Crefeld*, entrado em 24 de setembro de 1909.

Armazem n. 10—BF&C: 1 caixa n. 63.401, repregada.

CCB: 1 dita n. 20.178/1, repregada e avariada.

EJ&C: 2 ditos ns. 37 e 40, repregadas.

Idem: 2 ditos ns. 8 44, idem.

F3: 1 dita n. 3.212, idem.

KE&C: 1 dita n. 815 A, idem n.

LOV: 1 dita n. 107, idem n.

NC: 1 dita n. 20.133, idem.

ORS: 1 dita n. 7.609, idem idem.

R—VM&C: 1 dita n. 1.041, idem idem.

Vapor nacional *Acre*, entrado em 5 outubro de 1909.

Armazem da bagagem—Adelino Raposo: 1 guilota vasia.

Idem: 1 caixa quebrada.

Marcos Assudré: 1 mala aberta.

Vasco Queiroz Telles: 1 dita idem.

Vapor allemão *Habsburg*, entrado em 22 de setembro de 1909.

Armazem n. 3—AFG—BSE: 1 barrica n. 105.937, repregada.

Idem: 1 dita n. 105.937, idem.

EBC: 1 dita n. 400.040, idem.
 LBAC: 1 dita n. 1.880, idem.
 Armazem n. 12—EG—BCC: 1 caixa n. 72.262, idem.
 Idem: 1 dita n. 72.263, idem.
 Bazar Francez: 1 dita n. 56, idem.
 Idem: 1 dita n. 62, idem.
 FBC: 1 dita n. 400.073, repregada.
 Idem: 1 dita n. 400.070, idem.
 Idem: 1 dita n. 400.107, idem.
 Idem: 1 dita n. 400.092, idem.
 Idem: 1 dita n. 400.065, idem.
 Idem: 1 dita n. 400.093, idem.
 Idem: 1 dita n. 809.181, idem.
 Galeria Brazil: 1 dita n. 20.077/3, idem.
 JDC: 1 dita n. 35, idem.
 MR: 1 dita n. 2.288, idem.
 M—V—C—C: 2 ditos ns. 141 e 140, idem.
 OPF: 1 dita n. 26.949, idem.
 Idem: 1 dita n. 5.304, idem.
 FMC: 1 dita n. 8.225, idem.
 PAC—2.016: 6 fardos ns. 3, 7, 6, 8, 5 e 4, idem.
 Vapor inglez *Araguaya*, entrado em 3 de outubro de 1909.
 Armazem de amostras—PZ: 1 pacote numero 3.493, roto.
 EF: 1 caixa n. 1.752/B, repregada.
 RT: 1 dita n. 1.752/C, idem idem.
 CF: 1 dita n. 1.568, idem idem.
 Antonio Claro: 1 pacote sem numero, roto.
 Sloper Irmãos: 1 caixa n. 1, repregada.
 Idem: 1 dita n. 20, idem.
 SC: 1 dita n. 195, idem.
 Idem: 1 dita n. 196, idem.
 KB: 1 pacote n. 118, roto.
 R. A. Stibe: 1 caixa sem numero, repregada.
 KB: 1 dita n. 108, idem.
 CRCO—R: 1 dita n. 3.615, idem.
 Idem: 1 dita n. 3.616, idem.
 LJC: 1 dita n. 7655, idem.
 Idem: 1 dita n. 1.655/C, idem.
 Idem: 1 dita n. 1.651, idem.
 Idem: 3 ditos ns. 1.951, 55 e 1.735, idem.
 VCC: 1 dita n. 1.645/A, idem.
 Idem: 1 dita n. 1.646B, idem.
 JB: 1 dita n. 1.734B, idem.
 LP: 1 dita n. 3.022 idem.
 PRF: 4 ditos ns. 1, 2, 3 e 4, idem.
 Idem: 4 ditos ns. 5, 6, 7 e 8, idem.
 Idem: 2 ditos ns. 9 e 10, idem.
 JM: 1 dita sem numero, idem.
 RH: 1 ditos ns. 125 e 128, idem.
 Vapor francez *Italie*, entrado em 4 de outubro de 1909.
 Armazem n. 8—AG: 1 caixa n. 2.067, repregada e avariada.
 CGC: 1 dita n. 2.800/1, idem.
 DG: 3 ditos ns. 521, 619 e 522, idem.
 H: 1 dita n. 1.164, idem.
 JRC: 1 dita n. 1.640, idem.
 LM: 1 dita n. 26.63, idem.
 MCC: 2 ditos ns. 5.439 e 5437, idem.
 Idem: 1 dita n. 5.436, idem.
 MH: 2 ditos ns. 9.263 e 9.264, idem.
 Idem: 2 ditos ns. 9.262 e 9.234, idem.
 Idem: 1 dita n. 9.260, idem.
 P: 1 caixa n. 4.445, idem, idem.
 CAF: 1 caixa n. 13, idem, idem.
 CAF: 2 caixas ns. 2—4, idem, idem.
 GRAl: 1 caixa n. 7, idem, idem.
 GRAl: 1 caixa n. 10, idem, idem.
 —Barca Portugueza *Clara*, entrada em 27 de setembro de 1909.
 Armazem n. 1.—Bandeira: 2 caixas sem numero, avariadas.
 —Vapor Alemão *Hamburg*, entrado em 21 de setembro de 1909.
 Armazem n. 12—CMC: 1 caixa n. 1.282, repregada.
 EC: 1 caixa n. 209, idem.
 MLN: 1 caixa n. 5.485, idem.

Armazem n. 3—idem: 2 barricas ns. 3.511 e 3.515, idem.
 Despacho sobre agua—GAC—Adriano: 2 caixas ns. 19 e 13, idem.
 Idem: 1 dita n. 4, vazia.
 CMC—Adriano: 1 dita n. 13, repregada.
 Vapor inglez *Byron*, entrado em 23 de setembro de 1909.
 Armazem n. 1—H—S—S—H: 1 barril n. 812, vasando.
 Idem: 2 ditos ns. 803 e 814, idem.
 Idem: 2 ditos ns. 809 e 810, idem.
 Idem: 2 ditos ns. 813 e 807, idem.
 Vapor francez *Italie*, entrado em 5 de outubro de 1909.
 Armazem da bagagem—Sem marca: 1 cesto sem numero, vazio.
 Steia: 1 caixa sem numero, quebrada.
 Vapor alemão *Habsburg*, entrado em 22 de setembro de 1909.
 Despacho sobre agua—C—M—C: 10 caixas sem numero, avariadas.
 FA—36: 6 ditos idem, idem.
 Vapor inglez *Comora*, entrado em 3 de outubro de 1909.
 Armazem n. 9—AWSC: 1 caixa n. 6.074 F, avariada.
 MCA: 2 ditos ns. 9.391 e 9.382, repregadas.
 MCA: 1 dita n. 9.472, idem.
 MCC: 1 dita n. 1.247, idem.
 ESMN: 2 ditos ns. 9.853 e 9.855, idem.
 CB—90—C: 1 dita n. 119, idem.
 Z: 2 ditos ns. 5.914 e 5.913, idem.
 Idem: 2 ditos ns. 5.914 e 5.910, idem.
 Idem: 2 ditos ns. 5.919 e 5.920, idem.
 Idem: 2 ditos ns. 5.912 e 5.923, idem.
 CNL: 1 dita n. 1, idem.
 Alfandega, 7 de outubro de 1909.—Pelo inspector, *Crescentini B. de Carvalho*.

Ministerio da Marinha

Superintendencia de Navegação

DIRECTORIA DE PHAROES

AVISO AOS NAVEGANTES

N. 20

Alteração provisoria no caracter da luz do pharolete de Roccas, no Estado de Pernambuco

Do ordem do Sr. almirante superintendente de navegação, aviso aos navegantes que, por motivo de precisar de reparos seu aparelho de luz, o pharolete de Roccas, no Estado de Pernambuco, exhibirá provisoriamente uma luz fixa branca, içada em um mastro de madeira.

Novo aviso dará a conhecer o restabelecimento daquello pharolete.

Directoria de Pharões, 19 de outubro de 1909.—*Carlos Pereira Lima*, capitão de fragata, director.

Ministerio da Marinha

Superintendencia de Navegação

DIRECTORIA DE PHAROES

AVISO AOS NAVEGANTES

N. 19

Novo aparelho de luz do pharol da Ilha Rasa—Rio de Janeiro

Do ordem do Sr. almirante superintendente de navegação, aviso aos navegantes que no dia 18 do corrente foi inaugurado o novo aparelho de luz do pharol da Ilha Rasa, no Rio de Janeiro, ficando extincta a luz provisoria que alli funcionava, conforme o aviso n. 10, de 13 do julho passado.

O novo aparelho de luz é de primeira ordem *mezzo radiante*, exhibindo poderosos lampejos, sendo dois brancos seguidos de um vermelho de 15 em 15 segundos, e visível a 25 milhas com tempo claro.

Este aparelho está montado na torre do antigo pharol, tendo portanto os mesmos característicos e a mesma posição, e a luz é incandescente pelo vapor do petroleo.

Directoria de Pharões, 19 de outubro de 1909.—*Carlos Pereira Lima*, capitão de fragata, director.

Conselho de Compras da Marinha

INSCRIPÇÃO

Grupo n. 4—*Dieta*s

De ordem do Sr. contra-almirante, presidente de este conselho, faço publico que, na Segunda Seção do Deposito Naval, na Ilha das Cobras, se acha aberta, até o dia 20 do corrente, a inscripção para a concorrência daquello grupo.

Os candidatos são obrigados a observar as disposições contidas nos artigos 20, 21 e 22 do regulamento em vigor.

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1909.—O secretario, *A. Jansen Tavares*.

Ministerio da Guerra

DE CONVOCAÇÃO PARA O ALISTAMENTO MILITAR

O tenente-coronel presidente da junta de alistamento militar: Faz saber aos que o presente edital lerem ou delle tenham conhecimento que, nesta data, foram installados os trabalhos desta junta e, portanto, convoca a todos os jovens da idade de 20 annos, completos no anno proximo passado, e domiciliados neste municipio, a virem se inscrever, até o dia 14 de novembro do corrente anno, e bem assim todos aquellos que, tendo 21 annos ou mais, ainda não estão inscriptos nos registros militares, como determina o regulamento para a execução da lei do alistamento militar—de 21 até 30 annos de idade completos.

Convoca tambem todos os interessados a apresentarem, a bem de seus direitos, esclarecimentos ou reclamações, afim de que a junta possa ficar bem orientada da verdade e dar as informações precisas a esclarecer o juizo da Junta de Revisão, que tem de apurar este alistamento.

A junta funcionará em todos os dias uteis na rua da Carioca n. 32, 3º andar, das 12 ás 2 horas da tarde.

E para conhecimento de todos manda lavar o presente edital, por mim feito e assignado, rubricado pelo presidente.

Rio, 1 de outubro de 1909.—O secretario, *José Maria Gomes*.—*Augusto Tibério Cesar Burlamaqui*, presidente.

PRIMEIRO DISTRICTO (CANDELARIA)

De convocação para o alistamento militar

O coronel Antonio Benedicto de Araujo, presidente da junta de alistamento militar:

Faz saber aos que o presente edital lerem ou delle tenham conhecimento que foram installados os trabalhos desta Junta e, portanto, convoca todos os jovens da idade de 20 annos, completos no anno proximo passado e domiciliados neste municipio, a virem se inscrever, até o dia 14 de novembro do corrente anno e que, ainda não estão inscriptos nos registros militares, como determina o regulamento para a execução da lei do alistamento militar. Convoca tambem todos os interessados a apresentarem, a bem de seus direitos, esclarecimentos ou reclamações, afim de que a Junta possa ficar bem orientada da verdade e dar informações precisas a esclarecer o juizo da Junta de Revisão que tem de apurar este alistamento. A junta funcionará em todos os dias uteis, na casa da rua da Alfandega n. 8, 2º andar, das 2 ás 4 horas da

tarde. E para conhecimento de todos manda lavar o presente edital, por mim feito e assignado, rubricado pelo presidente coronel Antonio Benedicto de Araujo. — O secretario. 2º tenente *João Guimarães de Albuquerque*. — Coronel *Benedicto de Araujo*, presidente.

SEGUNDO DISTRICTO

Convocação para o alistamento militar

O coronel Alfredo Ramos Chaves, presidente da junta de alistamento militar:

Faz saber aos que o presente edital lerem ou delle tenham conhecimento que, nesta data, foram installados os trabalhos desta junta e, portanto, convoca todos os jovens da idade de 20 annos, completos no anno proximo passado e domiciliados neste municipio, a virem se inscrever, até o dia 14 de novembro do corrente anno, e bem assim todos aquellos que, tendo 21 annos ou mais, ainda não estão inscriptos nos registros militares, como determina o regulamento para a execução da lei do alistamento militar, — de 21 até 30 annos de idade completos.

Convoca tambem tolos os interessados a apresentarem, a bem de seus direitos, esclarecimentos ou reclamações, afim de que a junta possa ficar bem orientada da verdade e dar as informações precisas a esclarecer o juizo da Junta de Revisão que tem de apurar este alistamento.

A junta funcionará nas segundas, quartas e sextas-feiras, das 11 ás 2 horas da tarde, no Arsenal de Marinha.

E para conhecimento de todos manda lavar o presente edital, por mim feito e assignado, rubricado pelo presidente: coronel Alfredo Ramos Chaves, secretario. — O 1º tenente Affonso de Albuquerque Reis e Silva. — Capital Federal, 16 de outubro de 1909. — Alfredo Ramos Chaves, presidente.

OITAVO DISTRICTO MUNICIPAL

Edital de convocação para o alistamento militar

O tenente-coronel Henrique de Amorim Bezerra, presidente da Junta de Alistamento militar:

Faz saber aos que o presente edital lerem ou delle tenham conhecimento que, nesta data, foram installados os trabalhos desta Junta, e, portanto, convoca todos os jovens da idade de vinte annos, completos no anno proximo passado e domiciliados neste municipio, a virem se inscrever, até o dia 14 de novembro do corrente anno, e bem assim todos aquellos que, tendo 21 annos ou mais, ainda não estão inscriptos nos registros militares, como determina o regulamento para a execução da lei do alistamento militar, — de 21 até 30 annos de idade completos.

Convoca tambem todos os interessados a apresentarem, a bem de seus direitos, esclarecimentos ou reclamações, afim de que a Junta possa ficar bem orientada da verdade e dar as informações precisas a esclarecer o juizo da Junta de Revisão, que tem de apurar e fo alistamento.

A Junta funcionará em todos os dias uteis, do meio dia ás 2 da tarde, á rua dos Voluntarios da Patria n. 20.

E para conhecimento de todos lavro o presente edital, por mim feito e assignado. — Tenente-coronel Henrique de Amorim Bezerra, presidente.

12º MUNICÍPIO

Freguezia do Espirito Santo

Esta junta communica a todos os cidadãos de 21 a 30 annos de idade e residentes nesta freguezia que se acha á disposição dos mesmos, em todos os dias uteis desde o dia 1 do

corrente, de 1 ás 2 horas da tarde, na agencia da Prefeitura, no largo do Estacio de Sá, não só para alistá-os, como tambem para attender a todas as reclamações que lhe forem feitas.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1909. — O presidente, major *Joaquim Vieira de Almeida*.

22º DISTRICTO

De convocação para o alistamento militar

Tenente-coronel José Sabino Maciel Monteiro, presidente da junta de alistamento militar:

Faz saber aos que o presente edital lerem ou delle tenham conhecimento que, nesta data, foram installados os trabalhos desta junta e, portanto, convoca todos os jovens da idade de 20 annos, completos no anno proximo passado e domiciliados neste municipio, a virem se inscrever, até o dia 14 de novembro do corrente anno, e bem assim todos aquellos que, tendo 21 annos ou mais, ainda não estão inscriptos nos registros militares, como determina o regulamento para a execução da lei do alistamento militar — de 21 até 30 annos de idade completos.

Convoca tambem todos os interessados a apresentarem, a bem de seus direitos, esclarecimentos ou reclamações, afim de que a junta possa ficar bem orientada da verdade e dar as informações precisas a esclarecer o juizo da Junta de Revisão que tem de apurar este alistamento.

A junta funcionará em todos os dias uteis na Escola de Artilharia e Engenharia, das 12 ás 2 horas da tarde.

E para conhecimento de todos manda lavar o presente edital, por mim feito e assignado, rubricado pelo presidente. O secretario, 1º tenente *Antonio de Carvalho Borges Sobrinho*. — Tenente-coronel, *José Sabino Maciel Monteiro*, presidente.

25º DISTRICTO MUNICIPAL

Edital de convocação para o alistamento militar

José Joaquim Franco de Sá, presidente da junta de alistamento militar:

Faz saber aos que o presente edital lerem ou delle tenham conhecimento que, nesta data, foram installados os trabalhos desta junta e, portanto, convoca todos os jovens da idade de 20 annos, completos no anno proximo passado e domiciliados nas seguintes ilhas deste municipio: Agua, Ambrosio, Baiacu, Bom Jardim, Bom Jesus, Biquirão, Braço-Forte, Brocoió, Casa da Pedra, Cabras, Cambambo, Cambambys Grande, Cambambys Pequeno, Cocos, Catalão, Comprida, Folhas, Fundação, Governador, Grande, Jurujubabybas, Lage, Lobos, Manguihás, Manoel Rodrigues, Maria, Milho, Nhanqueta, Palmus, Pancarabyba, Paqueta, Pequena, Pindahys Grande, Pindahys Pequeno, Picheiro Pita ou das P.tangas, Raymunho, Rasa, Redonda, Rijo, Salta-Velho, Santa Rosa, Sapucaí, Saravata, Secca, Tapomas e Viraponga, a virem se inscrever, até o dia 14 de novembro do corrente anno, e tem assim tolos aquellos que, tendo 21 annos ou mais, ainda não estão inscriptos nos registros militares, como determina o regulamento para a execução da lei do alistamento militar, de 21 até 30 annos de idade completos.

Convoca tambem todos os interessados a apresentarem, a bem de seus direitos, esclarecimentos ou reclamações, afim de que a junta possa ficar bem orientada da verdade e dar as informações precisas a esclarecer o juizo da Junta de Revisão que tem de apurar este alistamento.

A junta funcionará todos os dias uteis no e-tado-maior do Asylo de Invalidos da Patria, na Ilha do Bom Jesus.

E para conhecimento de todos manda lavar o presente edital, por mim feito e assignado, rubricado pelo presidente.

Quartel na Ilha do Bom Jesus, 1 de outubro de 1909. — Tenente *Guilherme Pereira de Brito Capiz*. — Capitão *José Joaquim Franco de Sá*, presidente.

Departamento da Administração da Secretaria da Guerra

QUARTA DIVISÃO

Agencia de compras

A agencia de compras deste departamento distribue memoranda aos interessados, até 2 horas de 22 do corrente, para aquisição dos grupos e artigos abaixo declarados:

Corrame—Ferragens—Móveis—Expelente e retratos lithog aplados do actual Presidente da Republica.

Departamento da Administração da Secretaria da Guerra, 19 de outubro de 1909. — *Alpheu da Costa Doria*, agente de compras.

Ministerio da Viação e Obras Publicas

Directoria Geral de Obras e Viação

EDITAL DE CONCURRENCIA PARA O ARRENDAMENTO DO NOVO CAES DO PORTO DO RIO DE JANEIRO.

De ordem do Sr. ministro faço publico que, no dia 28 de dezembro do corrente anno, ao meio dia, nesta directoria geral e na Delegacia do Thesouro em Londres, serão recebidas e abertas propostas para o arrendamento do novo caes do porto do Rio de Janeiro, segundo as especificações constantes das seguintes condições:

I
Os serviços do porto do Rio de Janeiro, cuja exploração industrial o Governo pretende arrendar, são todos os que dizem respeito ao carregamento e descarga, capitazias, armazenagem e guarda das mercadorias de importação e exportação, nacional ou estrangeira, pelo mesmo porto.

II
O Governo entregará desde logo ao arrendatario o trecho do caes correspondente aos cinco grandes armazens que se acham promptos e aparelhados para o serviço, e irá, successivamente, entregando os trechos seguintes, á proporção que forem ficando igualmente promptos e aparelhados, de sorte que, concluidos estes, possa o arrendatario utilizar-se de toda a extensão do caes em construção, desde a embocadura do canal do Mangue até á Prainha, com os armazens precisos, tudo aparelhado, como se acha o primeiro trecho acima referido, e mais dous guindastes fixos para 20 a 30 toneladas e uma cabrea fluctuante para 100 toneladas.

Esta entrega será feita por um arrolamento descriptivo de todas as obras, machinismos e aparelhos e por uma planta do porto, indicando as profundidades da agua dentro do perimetro que constitue a bacia do porto, para o serviço dos novos caes,

III

O prazo do arrendamento começará na data em que for assignado o respectivo contracto e terminará no dia 31 de dezembro de 1921, com a entrega ao Governo de todas as obras, machinismos e aparelhamentos constantes do arrolamento mencionado na clausula antecedente, e mais o que tiver accrescido no decurso do contracto, tudo em perfeito estado de conservação e funcionamento.

IV

O arrendatario cobrará pelos serviços que prestar aos navios e ás mercadorias as taxas seguintes em moeda papel:

I—Taxas pagas pelos navios.

- a) Atracação:
 Por dia e por metro linear de caes occupado por navio a vapor..... \$700
 Por dia e por metro linear de caes occupado por navio a vela..... \$500
 b) Pela carga ou descarga de mercadorias e quaesquer generos, por kilogramma..... \$001,5
 c) Pela conservação do porto, por kilogramma de mercadoria ou quaesquer generos embarcados ou desembarcados..... \$001

II—Taxas dos serviços prestados á mercadoria, pagas directamente pela mesma e de conformidade com a Consolidação das Leis das Alfandegas.

- d) Taxas de capatazias:
 Por volume de peso, não excedente de 50 kilogrammas..... \$200
 Por dezena, ou fracção de dezena, de kilogramma que exceder..... \$100

e) Taxas de armazenagem:
 Até 30 dias, 1% ao mez.
 Até 60 dias, 1 1/2% em cada mez.
 Até 90 dias, 2% em cada mez.
 Pelo tempo que decorrer, além dos 90 dias, 3% ao mez.

III—Taxas de transporte em wagons de linha ferrea.

- f) Por tonelada de carvão de pedra 2\$000
 Por tonelada de qualquer genero a granel ou em volumes até o peso de 1.500 kilogrammas, cada um 3\$000
 Por tonelada de generos em volume, de peso de 1.500 até 5.000 kilogrammas..... 4\$000

Por tonelada em volume indivisivel de mais de 5.000 kilogrammas de peso. Preço convencional.

g) Os minerios de manganez e de ferro pagarão, em substituição das taxas fixadas nesta clausula, uma taxa total de 2\$000 por tonelada, correspondente aos serviços de carga e descarga e de transporte.

IV—Taxas por serviços não obrigatorios para o arrendatario e facultativos para o commercio e para a navegação.

h) Taxas de armazenagem de café para exportação:

Pela armazenagem nos armazens externos, qualquer que seja o tempo de armazenagem com espaço para beneficiamento e ensaque, por sacca..... \$100

Armazenagem de café ensacado depositado nos armazens internos com designação do navio para embarque, por mez e por sacca..... \$100

Os mesmos cafés depositados sem designação de navio para embarque, por mez e por sacca..... \$200

i) Taxa de estiva nos navios:
 Por tonelada de mercadoria em carga ou descarga..... 1\$000

j) Taxa de supprimento de agua aos navios:
 Por metro cubico de agua, medido por hydrometro..... 1\$000

V

As taxas mencionadas na clausula anterior são definidas e serão applicaveis do modo seguinte:

a) A taxa de atracação corresponde á utilização do caes para a amarração dos navios, sendo esta operação feita sob a direcção e responsabilidade do respectivo commandante, auxiliado, mediante requisição voluntaria sua, pelo mestre do porto.

As taxas serão applicadas á extensão do caes que for occupada pelo navio, correspondendo a primeira aos navios movidos a vapor ou outro motor moderno e a segunda ás embarcações a vela e outras não movidas a vapor.

b) A taxa de carga e descarga será cobrada pelo peso bruto de toda a mercadoria ou generos de qualquer especie que sejam embarcados ou desembarcados no porto.

c) A taxa de conservação do porto responde a todos os trabalhos e despezas de dragagem para a desobstrução e conservação do porto, mantidas sempre as alturas minimas de agua indicadas na planta do porto, referida na clausula II. Esta taxa é cobrada no navio, conjunctamente com a de carga ou descarga, para toda a mercadoria embarcada ou desembarcada no porto.

d) A taxa de capatazias comprehende toda a braçagem e movimentação das mercadorias ou quaesquer generos, desde o seu recebimento até a sua entrega nas portas externas dos armazens ou depositos e vice-versa, para os generos de exportação.

Para as mercadorias sujeitas ao exame e conferencia da Alfandega, olla comprehende não só a arrumação dos volumes nos armazens ou depositos, como a abertura dos mesmos, o recondicionamento das mercadorias e fechamento dos caixões ou envoltorios, e toda a demais braçagem até a entrega aos respectivos donos, nas portas externas, depois de feito o despacho pela Alfandega.

A taxa de capatazias será cobrada de conformidade com as disposições das leis das Alfandegas.

e) A taxa de armazenagem será cobrada tambem de conformidade com as leis das alfandegas.

f) A taxa de transporte em wagons de linha ferrea comprehende a carga e arrumação da mercadoria nos wagons, o reboque e transporte destes até ás estações das estradas de ferro no porto, tomadas as mercadorias nos armazens ou depositos do porto para serem entregues ás estradas ou para serem reembarcadas em navio atracado ao caes.

As mercadorias desembarcadas no caes para serem directamente entregues ás estradas de ferro, sem passarem pelos armazens ou depositos do porto, pagarão a taxa de capatazias e da mesma forma as mercadorias que forem entregues pelas estradas de ferro em seus wagons, para serem immediatamente embarcadas em navio atracado ao caes.

Si as estradas não fornecerem o numero de wagons precisos para a descarga do navio com a necessaria presteza, as mercadorias que não tenham wagons das estradas para receber-as directamente serão recolhidas aos armazens ou depositos do porto, sujeitas então ás taxas de capatazias e de transporte.

VI

Nenhuma mercadoria ou carga de qualquer natureza, com excepção das mencionadas nas clausulas VII e VIII, que for embarcada ou desembarcada nos caes será isenta das taxas respectivas.

Si, com autorização do Governo, depois de concluidas as obras de melhoramento do porto, a que se refere a clausula II, qualquer navio fizer carga ou descarga de mercad-

rias sem atracar ao caes, o arrendatario cobrará as taxas de carga e descarga, de conservação do porto e de atracação por toda e tonelagem embarcada ou desembarcada e pelo tempo que durar o respectivo serviço, de conformidade com o art. 19 da lei n. 1.313, de 30 de dezembro de 1904.

VII

São isentas de taxas relativas á atracação do caes os botes, escaleres e outras embarcações miudas de qualquer systema, empregadas no movimento exclusivo de passageiros e bagagens, e as pertencentes aos navios em carga e descarga no caes.

VIII

Serão embarcadas e desembarcadas gratuitamente nos estabelecimentos arrendados quaesquer sommas de dinheiros pertencentes á União ou aos Estados, as malas do Correio, as bagagens dos passageiros, civis ou militares, cargas pertencentes ás legações estrangeiras, os petrechos bellicos, os immigrants e suas bagagens, correndo por conta do arrendatario o transporte destas ultimas de bordo até ás estações das estradas de ferro pelos wagons destas.

IX

O arrendatario deverá facilitar por todos os meios os serviços da União ou dos Estados, dando-lhes preferencia para uso dos aparelhos e do caes, sendo, porém, estes serviços indemnizados.

No caso de movimento de tropas, federaes ou estadcaes, poderão estas utilizar-se de todos os estabelecimentos do porto para embarque e desembarque, sem ficarem sujeitas ao pagamento de taxa alguma.

X

Si o Governo permittir livre transito pelo porto para mercadorias destinadas a outros paizes, expedirá para tal fim regulamento especial, mantendo os interesses do fisco e os do arrendatario no que diz respeito ao serviço de carga, descarga, capatazias e armazenagem.

XI

O arrendatario não poderá fazer nenhum dos serviços que fazem objecto do contracto por preços ou taxas differentes das mencionadas na clausula IV ou de outras que forem estabelecidas pelo Governo, sob pena de multa e de indemnização á Caixa do Porto, si cobrar de menos, e de restituição á parte lesada, si cobrar de mais.

XII

Os armazens entregues ao arrendatario gozarão de todos os favores, vantagens e onus conferidos por lei aos armazens alfandegados e entrepostos da União.

XIII

Considera-se faixa do porto a área comprehendida entre o paramento do caes e o alinhamento externo dos armazens na Avenida do Porto.

Esta faixa é reservada exclusivamente para os serviços do porto e dentro della nenhuma entidade estranha poderá fazer qualquer serviço.

XIV

O arrendatario poderá ter armazens externos na Avenida do Porto, do lado opposto á faixa desta, ligados ao caes por linha ferrea.

Nesses armazens poderão ser recolhidas mercadorias, depois de despachadas pela Alfandega e pagos os respectivos impostos, para serem guardadas em deposito, mediante o pagamento por tabella de taxas de armazenagem, propostas pelo arrendatario e approvadas pelo Governo.

Si o Governo resolver que esses armazens externos sejam construídos nos termos da clausula XVIII, a renda de sua utilização será reunida á renda bruta do porto.

XV

O arrendatario obriga-se a fazer os serviços que lhe incumbem, com tola a regularidade, ordem e presteza, attendendo ás reclamações das partes que forem justas, a juízo do Governo, em tudo que for concernente ás obrigações acima mencionadas, sendo responsavel pela guarda e boa conservação das mercadorias que receber.

Fica elle sujeito a todas as leis, regulamentos e instrucções em vigor ou que venham a ser expedidos pelo Ministerio da Fazenda, relativos ao recebimento, guarda, conservação e entrega das mercadorias, que forem applicaveis aos armazens arrendados.

O serviço de carga e descarga dos navios, uma vez começado, ficará sujeito á fiscalização da Alfandega, que para tal fim dará ao arrendatario as precisas instrucções.

XVI

O arrendatario fica subordinado ao inspector da Alfandega em tudo que disser respeito ás conveniencias e garantias do fisco, cumprindo rigorosamente todas as instrucções ou ordens que pelo mesmo lhe forem expedidas.

Nos mesmos termos fica subordinado á repartição fiscal, encarregada pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas da fiscalização deste contracto, na parte concernente á execução dos serviços e ao cumprimento das obrigações constantes deste.

O chefe desta repartição e o inspector da Alfandega são, perante o arrendatario, os representantes do Governo, cada um na alçada que lhe cabe.

XVII

O arrendatario terá a liberdade de acção na parte administrativa e economica dos serviços que contracta, mas não poderá fazer alterações ou modificações nas obras e aparelhamentos que lhe forem entregues, sem previa autorização do Governo.

XVIII

Si o arrendatario justificar a necessidade de obras ou aparelhamentos complementares, poderá ser autorizado pelo Governo a fazer os trabalhos e installações que propuzer, com capitais seus, mediante planos e orçamentos previamente approvados pelo Governo.

O capital assim empregado vencerá o juro annual de 6%, pago semestralmente, e delle será reembolsado o arrendatario pelo Governo no fim do prazo do contracto.

O Governo, porém, reserva-se o direito de fazer as obras, ou fornecer o aparelhamento á sua custa, desde logo, si assim lhe convier.

XIX

Será considerada renda bruta do porto a somma de todas as rendas ordinarias ou extraordinarias, eventuales ou accessorias, que forem recolhidas pelo arrendatario.

Até o dia 5 de cada mez, o arrendatario apresentará á repartição competente um balancete, com as necessarias discriminações da renda arrecadada no mez anterior, e cumprirá todas as instrucções que lhe forem dadas para a melhor fiscalização e reconhecimento da referida renda.

XX

A cobrança das taxas pelos serviços prestados pelo arrendatario á mercadoria só será feita depois de despachadas as merca-

dorias pela Alfandega e a esta pagos os direitos de entrada e outros impostos que já estejam ou tenham de estar a cargo da Alfandega.

Para os generos de cabotagem não tributados, ou independentes da fiscalização aduaneira, a referida cobrança será feita por occasião da entrega das mercadorias a seus donos.

Para os serviços prestados aos navios, a cobrança será feita pelo arrendatario logo que fique terminada a carga ou descarga dos navios, que não serão desembarçados pela Alfandega sem a apresentação dos respectivos recibos.

XXI

O arrendatario será responsavel pelas rendas que arrecadar, de conformidade com a legislação em vigor.

XXII

O arrendatario entrará semanalmente para o Thesouro Nacional com a renda que tiver recolhido até a data dessa entrega, mediante uma guia expedida pela repartição competente, depois de deduzida a percentagem que lhe couber, de accordo com a clausula XXIV.

Verificado pela repartição competente o balancete de que trata a clausula XIX, far-se-ha a conta definitiva das percentagens a que tiver direito o arrendatario, para indemnizal-o do que demais tiver recolhido semanalmente, ou para fazel-o entrar com o que tiver descontado a mais.

XXIII

Correrão por conta do arrendatario todas as despesas relativas á administração e custeio dos serviços do porto, as de conservação e reparações de todas as obras e aparelhamentos que lhe forem entregues, inclusive a dragagem do mar para manutenção das alturas de agua indicadas na planta do porto, a que se refere a clausula II, a illuminação dos armazens, edificios, faixa do porto, boias illuminativas, a vigilancia, o suprimento de agua potavel e qualquer outra despesa ordinaria, extraordinaria ou eventual que se refira aos serviços arrendados e ao contracto, inclusive a quota paga ao Governo para as despesas de fiscalização.

XXIV

A concorrência para o arrendamento versará sobre o valor das percentagens da renda bruta pedidas pelos proponentes para todas as despesas mencionadas na clausula anterior e para lucro do arrendatario.

As percentagens variarão decrescendo com os valores crescentes da renda bruta, de cinco em cinco mil contos.

Assim, os proponentes deverão indicar as percentagens para os seguintes valores da renda bruta: até 5 mil contos de réis em papel, para o primeiro acrescimo, de 5 a 10 mil contos, para o segundo acrescimo, de 10 a 15 mil contos, para o terceiro acrescimo acima de 15 mil contos.

XXV

Para garantia do exacto cumprimento do contracto e das responsabilidades que cabem ao arrendatario, depositará elle no Thesouro Nacional, na data da assignatura do contracto, uma caução de mil contos de réis ou o equivalente em ouro, ao cambio de 15 dinheiros por mil réis, que será elevada ao dobro quando estiver entregue ao arrendatario toda a extensão do cães desde a embocadura do canal do Mangue até á Prainha.

Esta caução, que poderá ser feita em titulos da divida nacional, interna ou externa, ou em moeda, sem direito a juros, responderá pelo pagamento das multas e de quaisquer despesas que o Governo faça por conta

de arrendatario, em virtude do contracto, deluzindo-se della as respectivas importancias, caso o arrendatario, intimado a pagalas, não o faça dentro do prazo que lhe tiver sido marcado na mesma intimação.

Uma vez desfalçada a caução por taes descontos, será o arrendatario obrigado a reintegrar-a dentro do prazo de 15 dias, sob pena de ficar o mesmo arrendatario constituido em mora, *ipso jure*, e obrigado por isso ao pagamento do juro de 9% ao anno, cabendo ao Governo o direito de cobrar executivamente a importancia do desfalque e correspondentes juros, nos termos do art. 52 letras b e c, parte 5.ª do decreto n. 3.034, de 5 de novembro de 1898.

Fica entendido que, si esta caução tiver sido desfalçada por despesas feitas pelo Governo, por conta do arrendatario, de accordo com as clausulas deste contracto, só lhe será entregue o saldo que houver no fim do prazo do contracto.

XXVI

Até o dia 10 de cada mez será organizada a conta da receita arrecadada no mez anterior e determinado o valor da percentagem pertencente ao arrendatario, para os fins da clausula XXII.

XXVII

O Governo poderá augmentar ou diminuir as taxas estabelecidas na clausula IV, mas a determinação da percentagem a pagar ao arrendatario será feita sobre a renda bruta calculada com as taxas marcadas nessa clausula, qualquer que seja a alteração para mais ou para menos que nellas faça o Governo, em qualquer época.

XXVIII

Durante o prazo do contracto o arrendatario é obrigado a fazer á sua custa a conservação e reparações de que carecerem as obras, machinismos e demais bens que lhe forem entregues, mantendo tudo em o perfeito estado de conservação e funcionamento, devendo substituir por novos, tambem á sua custa, o que se inutilizar. Da mesma forma fará a desobstrução e dragagens que forem necessarias para a manutenção da profundidade de agua na bacia do porto marcada na respectiva planta.

Si, intimado a fazer qualquer obra de conservação ou de reparo, deixar o arrendatario de cumprir a ordem no prazo que lhe tiver sido marcado, poderá o Governo mandar fazer o trabalho por outrem, por conta do arrendatario, e si este se recusar ao pagamento da respectiva despesa, o Governo mandará descontar a importancia da caução a que se refere a clausula XXV.

XXIX

Além das taxas referidas na clausula IV o arrendatario terá a faculdade de perceber outras em remuneração de serviços que preste nos estabelecimentos arrendados, como o de emissão de *warrants*, reboques e outros não previstos no contracto, desde que lhe seja pelo Governo dada a respectiva autorização com approvação das taxas.

XXX

Os trapiches alfandegados de Ypiranga, Ordem e Docas Nacionaes, de propriedade da União, serão entregues ao arrendatario para exploral-os conjunctamente com o primeiro trecho de cães, devendo nelles cobrar unicamente as taxas de capatazias e armazenagem, não sendo nenhuma dellas superior ás que se acham em vigor na Alfandega desta Capital.

Logo, porém, que seja entregue ao arrendatario toda a extensão do cães, de que trata

a clausula II, cessará o alfandegamento dos citados trapiches, voltando então para o Governo os respectivos edificios com os seus aparelhamentos actuaes.

XXXI

Enquanto não estiver entregue ao arrendatario toda extensão do cães, de que trata a clausula II, serão mandados pela Alfandega desta Capital, para atracar ao cães, os navios que o trecho do mesmo cães comportar, de modo a estar sempre aproveitada toda a sua capacidade do trafego.

XXXII

Antes do arrendatario começar a exploração do cães e trapiches alfandegados, sujeitará ao Governo o regulamento para a execução de todos os seus serviços e só depois d'elle approvedo pelo Governo poderá incial-os. Esse regulamento deverá estar de accordo com as condições do presente edital e com as disposições das leis em vigor que se refiram áquelles serviços.

XXXIII

Fará parte das obras arrendadas um deposito para o recebimento e guarda de inflamáveis, explosivos e corrosivos, logo que o Governo tenha resolvido sobre a escolha de local e construção do mesmo deposito.

XXXIV

Pela inobservancia de qualquer das clausulas do contracto para que não esteja estabelecida penalidade especial, ficará o arrendatario sujeito a multas até o maximo de 20:000\$, e no dobro pelas reincidencias, impostas pelo chefe da Repartição Fiscal, com recurso para o ministro da Viação e Obras Publicas.

Si estas multas não forem pagas pelo arrendatario dentro do prazo de 15 dias após decisão do ministro, no caso de ser usado o recurso acima estabelecido, contado da data da respectiva intimação, será o seu valor descontado da caução de que trata a clausula XXV.

XXXV

Si o arrendatario não residir na Capital Federal, terá nesta um representante, com plenos e illimitados poderes para tratar e resolver definitivamente, perante o administrativo e o judiciario brasileiros, quaesquer questões que com elle se suscitem, podendo o dito representante ser demandado e receber citação inicial e outras em que, por direito, se exija citação pessoal.

O arrendatario ou seu representante não poderão ausentar-se, mesmo temporariamente, da Capital Federal sem sciencia e permissão do Governo.

XXXVI

As questões entre o Governo e o arrendatario relativas ao serviço deste, e as que disserem respeito á intelligencia de clausulas do contracto, serão submettidas pelo chefe da Repartição Fiscal, no prazo de oito dias, ao ministro da Viação e Obras Publicas, que as resolverá com promptidão.

Si o arrendatario não se conformar com a resolução dada, seguir-se-ha, em ultima instancia, o arbitramento, escolhendo cada parte um arbitro dentro do prazo de 10 dias; não chegando estes a accordo, a questão será resolvida por um terceiro arbitro, escolhido dentro de 10 dias, de commum accordo; na falta deste accordo, cada uma das partes contractantes, dentro de cinco dias, apresentará dous outros arbitros e dentre os quatro a sorte designará o desempatador, que resolverá a questão no prazo de 10 dias.

Fica entendido que as questões previstas ou resolvidas em clausulas do contracto, como as de multas, rescisão e outras, não são comprehendidas na presente clausula.

XXXVII

Quaesquer outras questões que porventura se possam suscitar na execução do contracto, quer sejam administrativas, quer sejam judiciaes, serão sempre decididas pelos tribunaes brasileiros, e o fóro para todas as questões judiarias entre o Governo e o arrendatario, seja este autor ou réo, será o federal.

XXXVIII

O Governo poderá rescindir o contracto, a partir de 1 de janeiro de 1917, por accordo amigavel com o arrendatario e, na falta deste, mediante pagamento de uma indemnização correspondente a 10 % da renda bruta recolhida pelo arrendatario nos 12 mezes anteriores á data da rescisão.

XXXIX

A rescisão do contracto poderá ser declarada de pleno direito, por decreto do Governo, sem dependencia de interpeiação ou acção judicial, si o arrendatario, depois de multado, reincidir em qualquer falta que diga respeito a contrabandis ou prejuizos do fisco.

Verificada a rescisão nestes termos, perderá o arrendatario, em favor da União, a caução a que se refere a clausula XXV.

XL

Para as despezas de fiscalização, o arrendatario entrará para o Thesouro Nacional, por semestres adelantados, com a quantia de 30:000\$, em papel moeda nacional.

XLI

Os proponentes escreverão por extenso, sem rasuras, entrelinhas ou emendas e sem condição alguma fóra deste edital, as porcentagens que pretenderem para a execução dos serviços do porto, de conformidade com este edital e nos termos da clausula XXIV, fechando esta proposta em um envelope lacrado, sobre o qual escreverão — Proposta de... (nome do proponente).

Reunirão a esse envelope as provas que puderem apresentar de sua capacidade administrativa, industrial e financeira, e o

recibo da caução a que se refere a clausula XLII.

Todos esses documentos serão fechados em segundo envelope, igualmente lacrado, que será entregue no dia designado para o recebimento das propostas. Nesse dia, com as formalidades do costume, serão abertos todos os envelopes, desentranhando-se d'elles os documentos de prova de idoneidade e reunindo-se os envelopes com as propostas de preços, fechados como se acharem, em um mesmo envolvero, que, depois de lacrado e rubricado pelos proponentes presentes que o queiram fazer, ficará depositado no Ministerio da Viação e Obras Publicas, sob a guarda do director de Obras e Viação.

Dentro de tres dias, serão publicados pelo *Diario Official* os nomes dos proponentes julgados idoneos para o contracto e annuciado o dia para a abertura das propostas de preços, sendo nesse dia restituídas aos demais proponentes as respectivas propostas fechadas como foram entregues.

A preferencia será dada ao concurrente que offerecer menor porcentagem média para uma renda bruta de 16 mil contos de réis, annuaes.

O Governo, que se reserva o direito de julgar livremente sobre a idoneidade moral, industrial e financeira dos proponentes, poderá igualmente annullar a presente concorrência si achar inaceitaveis os preços pedidos nas propostas, não ficando aos proponentes direito de reclamarem qualquer indemnização, sob qualquer titulo.

Será préviamente nomeada pelo Governo uma comissão de cinco membros para o exame e julgamento das provas de idoneidade apresentadas pelos concurrentes.

XLII

Para garantia da assignatura do contracto, os proponentes farão no Thesouro Nacional uma caução de 200:000\$ em moeda corrente, que reverterá para os cofres da União caso o proponente deixe de assignar o respectivo contracto no prazo de 10 dias, contados da data em que pelo *Diario Official* lhe for feita a notificação da acceitação da sua proposta.

Directoria Geral de Obras e Viação, 27 de setembro de 1909. — J. F. Parreiras Horta, director geral.

INSPECTORIA GERAL DE NAVEGAÇÃO

De ordem do Sr. ministro da Viação e Obras Publicas, publicam-se as tabellas de preços de passagens e de fretos que dovem ser cobrados pela Empreza de Navegação Bahiana nas suas diversas linhas de navegação subvencionada.

Inspectoria Geral de Navegação, 1 de outubro de 1909. — Carlos Vidal de Oliveira Freitas, inspector geral de navegação.

Navegação Bahiana

Tabella de passagens

Linha do Centro

	MARAHU'		RIO DE CONTAS		BELMONTE	
	Ré	Próa	Ré	Próa	Ré	Próa
Bahia.....	14\$000	7\$000	18\$000	9\$000	40\$000	20\$000
Marahú.....			12\$000	6\$000	30\$000	15\$000
Rio de Contas.....					20\$000	10\$000

Navegação Bahiana

Tabella de passagens

Linha do Sul

	ILHÉOS		CANNA-VIEIRAS		SANTA-CRUZ		PORTO SEGURO		PRADO		ALCOBAÇA		PONTA D'AREIA E CARAVELLAS		VIÇOSA		MUCURY	
	Ré	Prôa	Ré	Prôa	Ré	Prôa	Ré	Prôa	Ré	Prôa	Ré	Prôa	Ré	Prôa	Ré	Prôa	Ré	Prôa
Bahia.....	20\$	10\$	30\$	15\$	45\$	22\$	40\$	23\$	60\$	30\$	61\$	30\$	62\$	31\$	6\$	32\$	80\$	40\$
Ilhéos.....			10\$	8\$	25\$	12\$	25\$	12\$	36\$	18\$	3\$	19\$	40\$	20\$	4\$	22\$	60\$	30\$
Cannavieiras.....					16\$	8\$	18\$	8\$	30\$	15\$	31\$	16\$	3\$	17\$	3\$	19\$	50\$	25\$
Santa Cruz.....							12\$	6\$	20\$	10\$	22\$	11\$	25\$	13\$	30\$	15\$	48\$	24\$
Porto Seguro.....									20\$	10\$	21\$	10\$	24\$	12\$	28\$	14\$	46\$	23\$
Prado.....											12\$	6\$	20\$	10\$	22\$	11\$	40\$	20\$
Alcobaça.....													12\$	6\$	18\$	9\$	38\$	19\$
Caravellas.....															10\$	8\$	30\$	15\$
Viçosa.....																	15\$	8\$

Navegação Bahiana

Linha do Sul

Fretes de cargas

POR 15 KILOS OU 30 DECIMETROS CUBICOS

	ILHÉOS	CANNAVIEIRAS	SANTA CRUZ	PORTO SEGURO	PRADO E ALCOBAÇA	PONTA DE AREIA E CARAVELLAS	VIÇOSA	MUCURY
Bahia.....	400	500	600	600	800	500	600	800
Ilhéos.....		300	400	400	600	400	400	600
Cannavieiras.....			250	300	500	300	300	500
Santa Cruz.....				200	300	300	300	400
Porto Seguro.....					300	300	300	300
Prado e Alcobaça.....						200	200	300
Ponta d'Areia e Caravella.....							200	300
Viçosa.....								300

Nota — Para os generos de produção local e de primeira necessidade para a alimentação devem ser os preços reduzidos de 25 %.

Navegação Bahiana

Linha do Centro

Fretes

PARA 15 KILOS OU 30 DECIMETROS

	MARAHÚ	RIO DE CONTAS	BELMONTE
Bahia.....	400	500	600
Marahú.....		300	400
Rio de Contas.....			300

Nota — Para os generos de produção local e de primeira necessidade para a alimentação devem ser estes preços reduzidos de 25 %.

Navegação Bahiana

Linha Central de Recife a Fernando de Noronha

TABELLA

Passagens de Ré..... 50\$000 Passagens de Prôa.... 20\$000

CARGAS

QUALIDADE	UNIDADE	PREÇO
Kerosene.....	Caixa.....	1\$000
Assucar.....	Sacco com 60 ks.....	1\$000
».....	Barrica com 60 ks.....	1\$000
Azeito.....	1/2 lata.....	\$700
Banha.....	Barril.....	1\$000
Café.....	Sacco com 60 ks.....	1\$500
Farinha.....	» com 42 ks.....	1\$200
Fumo.....	Lata.....	\$300
Manteiga.....	1/2 barril.....	1\$000
Vinagre.....	Barril.....	2\$000
Farinha de trigo.....	Barrica.....	2\$000
Sabão.....	Caixa.....	\$100
Caibros.....	Um.....	\$400
Colchões.....	».....	1\$000
Travesseiros.....	».....	\$400
Algodão em rama.....	15 ks.....	\$500
Fardo tecidos.....	Um.....	3\$000
» chapéus.....	».....	5\$000
» esteiras.....	».....	4\$000
Xarque.....	15 ks.....	\$240
Phosphoros.....	Lata.....	1\$500
Farinha de trigo.....	Sacco com 44 kilos.....	1\$000
Cal.....	» » 44 ».....	1\$000
Sal.....	Sacco.....	1\$500
Traves.....	Uma.....	1\$400
Taboas de louro.....	».....	2\$000
Cimento.....	Barrica.....	2\$500
Paus de jangada.....	Um.....	2\$000
Maizena.....	Caixa.....	\$500
Velas.....	».....	\$500
Arroz.....	Sacco 60 ks.....	1\$000
Fardo de vassouras.....	Um.....	1\$000
» de abanos.....	».....	1\$000
Bolacha.....	Caixa.....	8\$000
».....	Barrica.....	1\$500
Batatas.....	Caixa.....	1\$500
Tijolos grandes.....	Um.....	\$300

Tabella de passagens

Navega

ESTAÇÕES	ESTANCIA		ARACAJU		VILLA-NOVA PENEDO		JARAGUA		RECIFE		PARAHYBA		NATAL		MACAO		MOSSORÓ		ARACATY		CEARÁ		ACARAÉ		CAMOCIM	
	R\$	Pr\$	R\$	Pr\$	R\$	Pr\$	R\$	Pr\$	R\$	Pr\$	R\$	Pr\$	R\$	Pr\$	R\$	Pr\$	R\$	Pr\$	R\$	Pr\$	R\$	Pr\$	R\$	Pr\$	R\$	Pr\$
Bahia	24,30	14,34	32,35	19,32	40,30	21,30	48,30	23,33	56,30	33,33	74,34	41,33	86,34	57,30	93,36	56,30	101,36	60,33	103,30	61,33	113,38	70,34	128,30	76,38	136,30	81,36
Estancia			12,30	7,32	24,30	11,34	32,30	19,32	40,30	24,30	58,34	35,32	70,34	37,32	77,36	47,34	85,36	55,32	92,36	55,32	100,33	60,33	112,30	67,32	120,30	72,30
Aracaju					15,30	9,30	24,00	14,34	26,30	21,33	54,34	31,32	66,34	40,34	74,36	41,30	81,60	48,38	92,30	52,38	97,38	53,34	108,30	64,38	116,30	63,32
Villa-Nova e Penedo							16,30	9,36	32,30	19,32	50,34	30,33	62,34	37,36	69,36	38,30	77,36	41,34	81,30	50,34	92,38	51,34	101,30	62,34	112,30	67,32
Jaraguá									18,34	11,32	30,34	18,33	42,34	23,30	53,36	32,30	61,33	33,38	68,30	40,38	76,38	46,34	88,30	52,38	96,30	57,36
Recife											14,36	8,30	30,34	18,34	37,36	22,34	47,36	27,32	52,30	31,32	60,38	37,38	72,30	39,32	80,30	48,30
Parahyba													14,36	8,33	24,30	14,34	31,32	18,34	28,34	23,32	45,36	27,32	58,32	34,34	72,30	29,32
Natal														0,36	5,36	16,36	1,34	21,30	15,30	32,30	19,32	39,32	25,36	64,30	2,34	
Macão																	1,36	5,36	16,00	1,36	21,30	14,34	35,32	26,38	56,00	13,36
Mossoró																			9,38	5,36	16,38	10,34	28,00	16,38	48,30	28,38
Aracaty																					9,38	5,36	21,30	14,34	44,30	26,34
Ceará																							10,32	12,30	40,30	24,30
Acaraé																									12,38	6,30
Camocim																										
Amarracão																										
Tutoya																										
Barreirinhas																										
S. Luiz																										
Guimarães																										
Pinheiro																										
Cumurupú																										
Tury-Assu																										
Carapora																										
Vizcu																										
Bragança																										
Bolém																										

Navegação

linha do Norte

POR 65 KILOS OU 100

	ESTANCIA	ARACAJU	VILLA NOVA A PENEDO	MACEIÓ	RECIFE	PARAHYBA	NATAL	MACAÓ	MOSSORÓ	ARACATY	CEARÁ
Bahia		\$500	\$500	\$300	\$300	\$620	\$610	\$620	\$26	\$620	\$620
Estancia		\$300	\$300	\$500	\$500	\$570	\$550	\$600	\$300	\$600	\$500
Aracaju			\$500	\$100	\$450	\$500	\$500	\$550	\$550	\$550	\$550
V. Nova e Penedo				\$300	\$450	\$500	\$450	\$500	\$400	\$500	\$500
Maceió					\$400	\$450	\$500	\$500	\$500	\$500	\$500
Recife						\$400	\$400	\$450	\$450	\$450	\$450
Parahyba							\$390	\$400	\$400	\$400	\$410
Natal								\$350	\$360	\$380	\$400
Macão									\$370	\$370	\$300
Mossoró										\$300	\$350
Aracaty											\$300
Ceará											
Acaraé											
Camocim											
Amarracão											
Tutoya											
Barreirinhas											
S. Luiz											
Guimarães											
Pinheiro											
Cumurupú											
Tury-Assu											
Carapora											
Vizcu											
Bragança											

NOTA - A exportação dos generos de produção local, particularmente os de primeira necessidade para a alimentação, devem soffrer

Junta Commercial

SESSÃO EM 7 DE OUTUBRO DE 1909

Presidente interino, Torres. — Secretario, Dr. Fabio Leal

Presentes o presidente interino, Torres, os deputados Guimarães, Couto, Conceição, Goulart e Lyra e o secretario Dr. Fabio Leal, faltando com causa justificada o deputado Julio Cesar, abriu-se a sessão.

Foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

Expediente:

Aviso de 5 de outubro, sob n. 69, do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, ordenando a suspensão, a titulo provisório, das cotações diarias feitas pelos corretores, para serem feitas semanalmente, de accordo com o decreto n. 86, de 26 de julho de 1851.— Remetta-se, por cópia, á Junta dos Corretores de Mercadorias e de Navios para a devida execução.

Edital de 5 de outubro corrente, do Juizo Commercial da 1ª vara, decretando a falencia de Augusto Cunha & C., e individualmente de Manoel Augusto Cunha.—Anote-se e archive-se.

Requerimentos:

De Gonçalves Campos & C., para o registro das marcas — Sabão Trevo e Sabão Fama — que distinguem o sabão do seu commercio.—Deferido.

De J. de Almeida & Comp., para o registro da marca — «Agua Extra», que distingue um producto para lavagem de roupa, de sua fabricação.—Deferido.

De Salvador Rasul, para o registro da marca — «Loção Rasul» — que distingue um preparado para cabelo, de sua fabricação — Deferido.

De A. Campos & Comp., para o registro da marca «Standard», que distingue as armas de fogo de seu commercio.— Deferido.

De Costa Pereira, Maia & Comp., para o registro da marca — «Cysne» — que distingue o oleo de algodão, de sua fabricação.— Ponha a descripção de accordo com o emblema.

De Gerstenderfer Bros, Fried. Krupp Aktiengesellschaft, Remial & Iglesias, M. A. Gomes & Comp., Du Boes & Comp., para deposito de suas marcas registradas nesta Junta, sob os ns. 2.438, 2.439, 6.329, 6.233, 6.239 — Deferidos.

De Francisco Vieira de Mello, para deposito de suas marcas registradas na Junta Commercial da Bahia sob os ns. 21 e 22.— Deferido.

De Antonio Argencio & Irmão, Mescalchi & Tallone, para o deposito de suas marcas registradas na Junta Commercial de São Paulo sob os ns. 1.162 e 1.163.— Deferidos.

De Daudt & Lagunilla, para a transferencia das marcas registradas na Junta Commercial de Porto Alegre sob os ns. 8.5 e 1.079, por João Daudt Filho, para seu nome.— Deferido.

Da Companhia Nova Fabrica de Fiação e Tecidos «Santo Aleixo», para ser archivada a acta da Assembléa que alterou seus estatutos.— Deferido.

De José Rodrigues Ferreira & Comp., Meirelles & Maia, Guimarães Bastos & Comp., Couto & Fernandes, Schlobach & Comp. Pederneiras, Pinto & Comp., Luiz Simon & Comp., para o archivação de seus contractos sociais.— Deferidos.

De José Vieira & Comp., para o archivação de seu contracto social — Não tendo fins commerciaes, não tem logar o que requerem.

De J. Queiroz & Comp., para o archivação de seu contracto social — Apreentem o distracto da firma anterior.

De Schlobach & Comp., Alvaro Hirsch & Comp. e Alves & Martins, para archivação de seus distractos sociais.— Deferidos.

De Umberto Adamo, Zambelli & Polto, Sebastião Campos & Comp., Rocha Santos & Comp., Jeronymo Borbi & Comp., Gonçalves Póssas & Comp., J. Paulino & Carneiro e Amando Cardoso Garcez, para o registro de suas firmas commerciaes.— Deferidos.

De Domingos Marques Barbosa, para o registro de sua carta de matrícula de commerciante, passada no Estado de Minas Geraes. — Complete o sello da carta.

De Azevedo, Belchior & Comp., J. Paulino, Enrique Spagno, para annotar no registro de suas respectivas firmas a mudança de seus estabelecimentos: o do 1º para a rua do Acre n. 35; o do 2º para a rua General Camara n. 78 e o do 3º para a rua S. Pedro, n. 263. — Deferidos.

De Frias Barbosa, Barbosa, Amaral & Pimentel e A. Maia, para annotar no registro de suas respectivas firmas a alteração da numeração de seus estabelecimentos, feita pela Prefeitura: a do 1º para o n. 175; a do 2º para o n. 35 e a do 3º para o n. 13. — Deferidos.

De J. Pereira, para a transferencia dos livros em branco da sua firma antecessora Pereira & Antunes, para seu nome.— Deferido.

Secretaria da Junta Commercial da Capital Federal, 16 de outubro de 1909. — O official maior, Honorio de Campos.

PARTE COMMERCIAL

Camara Syndical dos Corretores de Fundos Publicos da Capital Federal

CURSO OFFICIAL DE CAMBIO E MOEDA METALLICA

	90 d/v	A' vista
Sobre Londres.....	15 3/16	15 3/64
» Pariz.....	\$627	\$635
» Hamburgo.....	\$778	\$785
» Italia.....	—	\$637
» Portugal.....	—	\$324
» Nova York.....	—	\$292
Libra esterlina, em moeda	—	16\$050
Ouro nacional, em vales, por 1\$000	—	1\$800

CURSO OFFICIAL DOS FUNDOS PUBLICOS E PARTICULARES

Apolices geraes de 5 %, miudas	1:035\$000
Ditas idem, idem, 1:000\$.....	1:010\$000
Apolices do emprestimo nacional de 1909, n.m.....	1:000\$000
Apolices do emprestimo municipal de 1896, n.m.....	191\$000
Ditas idem, idem, 1896, port...	178\$500
Ditas do Estado de Minas Geraes, de 500\$, 5 %, nom.....	400\$000
Ditas idem de 1:000\$, 5 %, nom.	844\$000
Ditas do Estado do Rio de Janeiro, de 100\$, 4 %, port.....	82\$000
Ditas municipais de Niteroy, 7 %, port.....	181\$000
Banco do Brazil, integ.....	183\$500
Comp. Terras e Colonização....	43\$000
Comp. Docas da Bahia, c/ 50 %	16\$250
Companhia Loterias Nacionaes do Brazil.....	25\$500
Comp. Minas de S. Jeronymo....	15\$500
Comp. Viação Ferrea Sapucahy.....	33\$500
Debs. da Associação dos Empregados no Commercio.....	50\$000
Debs. da Comp. Tecidos Botafogo.....	2 5\$000
Consolidados do Mosteiro de São Bento, 1ª série.....	228\$000
Letras do Banco de Credito Real de Minas Geraes, 7 %.....	100\$000

Vendas a prazo

401 da Comp. Viação Ferrea Sapucahy v/c 30 dias.....	39\$000
200 idem idem, idem.....	40\$000

Secretaria da Camara Syndical do Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1909.—J. Claudio da Silva, syn lico.

SOCIEDADES ANONYMAS

RECTIFICAÇÃO

Na acta da assembléa constituinte da Sociedade Anonyma «A Internacional», publicada na edição de 17 do corrente, pagina 7.499, 3ª columna, entre os signatarios da referida acta, não foi publicado o de Arthur Hermann Schlobach, que devia ler-se depois do oitavo nome que alli figura.

SOCIEDADES CIVIS

Carioca Club

Estatutos

Art. 1.º O Carioca Club, sociedade recreativa e beneficente installada em 20 de agosto de 1909, nesta Capital, onde será sua sede, compõe-se de illimitado numero de socios de qualquer nacioalidade e profissão, sujeitos, porém, a syndicancia.

Art. 2.º São seus fins: Proporcionar aos seus socios todas as diversões permittidas por lei e promover socorros e beneficos aos mesmos, os quaes revertirão ás suas familias, em caso de falle imento do associado.

§ 1º do art. 5º São sócios fundadores os seguintes Srs.: Miguel da Silva Ribeiro, Luiz Silva, João de Castro Torres, Julio Andréa, Dionysio Morra, F. Vaz de Lima, Manoel F. Fernandes, João Mill, Lycco'n de Freitas, José de Abreu Filho, João Gasano, João L. dos Santos, Humberto Machado Dias, Tenente Bernardo de Souza Franco Guahyba, José Amorim, C. Jozer e Braz A. Attidemo.

Art. 11. A sociedade será dirigida e administrada por uma directoria de cinco membros e um conselho fiscal de tres, eleitos por um anno em assembléa geral e empossados até 20 de agosto de cada anno, tambem em assembléa geral.

§ 1.º A directoria compete: dirigir a sociedade, organizar o regimento interno e resolver os casos não previstos nos presentes estatutos.

Art. 12. A directoria compor-se-há: de presidente, vice-presidente, secretario, thesoureiro o procurador.

Art. 13. Ao presidente compete: Representar a sociedade em todos os seus actos officiaes, administrativos e judiciais, dirigir e presidir ás reuniões da administração e das assembléas geraes, convocando-as por intermedio do secretario, não tendo, porém, direito de voto sinão para desempatar, nem podendo tomar parte nas discussões; rubricar todos os livros da sociedade, despachar as petições que lhe forem dirigidas; providenciar sobre pagamentos já autorizados, deliberar sobre qualquer assumpto urgente e autorizar as despezas do mesmo caracter.

Disposições approvadas em assembléa geral extraordinaria de 14 de outubro de 1909, referentes á acta, e são:

Que o tempo de duração do club seja de 20 annos; que os associados não sejam re-

sponsaveis subsidiariamente pelas obrigações que contrahirem seus representantes em nome do club; que o fundo social seja de 5:000\$, dividido em quinhões de 50\$ cada um, e que a applicação desse dinheiro seja em beneficio dos associados ou de suas familias.

A administração actual é a seguinte: Miguel da Silva Ribeiro, presidente; João Guoles de Mello, vice-presidente; Francisco Gomes da Silva, secretario; João de Castro Torres, thesoureiro, e Julió Andréa, procurador.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1909.

ANNUNCIOS

Fallencia de Silva Ferreira & Comp.

Quadro geral dos credores admittidos á fallencia de Silva Ferreira & Comp., e sua classificação na fórma abaixo:

Credores da massa

- O juizo, pelas custas;
- O Dr. curador, idem;
- Os peritos e avaliadores, por seus salarios;
- O syndico, por sua commissão;
- Os alugueis, durante a fallencia.

Credores pignoratícios

- Castro Guidão & Comp. 4:712\$110
- Henrique Rosa..... 4:62\$100

Credores chirographarios

- Henrique Rosa..... 5:450\$840
- Gastão Lima..... 136\$320
- Crelencier & Mannheim..... 3:728\$920
- Antonio Barros..... 1:400\$000
- J. P. Rottfi & Comp..... 1:457\$000
- Poensen & Meyer..... 11:189\$600
- Antonio da Costa..... 275\$720
- A. Jarra se..... 34\$780
- Guill. S. Auerbock..... 268\$560
- Francisco Vilvar..... 6:722\$680
- Max Krausse..... 1:601\$970
- Wahwiler & Comp..... 1:300\$130
- Fonseca & Saralva..... 1:414\$800
- Myllino & Hartwig..... 5:001\$760
- Teixeira Fonseca & Comp..... 365\$330
- Francisco de Assis Chagas Carneiro..... 1:335\$000
- Viuva Vallete..... 176\$300
- Barros Parreira & Comp..... 163\$170
- Stettem & Comp..... 4:420\$10
- J. V. Richardson, Sons & Ouarden..... 399\$430
- Agostinho Alves Pereira Pinto..... 4:659\$000
- Maria Ferroira do Espirito Santo..... 18:000\$000
- Florentino Blanco & Cuinhas.. 1:025\$000
- Lucas & Comp..... 277\$850
- Joaquim José da Rocha Lima.. 18:000\$000

- Sociedade Propagadora Instrução aos operarios da Fabrica da Lagoa..... 258\$000
- Martinho Rodrigues Martins.. 72\$000
- Filgueiras & Macedo..... 21\$000
- Cardoso & Comp..... 97\$400
- Companhia Brasileira de Electricidade..... 673\$670
- Banco do Brazil..... 28:087\$00
- Antonio Ferreira de Carvalho, Alberto Amarante..... 2:634\$250
- Astolpho Franklin de Figueiredo..... 2\$800

- A. Gomes da Silva..... 33\$200
- A. Pinto de Oliveira..... 177\$010
- A. Placido Marques..... 106\$850
- Berger & Wirth..... 346\$960
- Cardozo Monteiro & Comp..... 24\$000
- Costa & Pereira..... 44\$60
- Francisco Vidal Gomes..... 15\$880
- F. Rosuetero & Comp..... 1:665\$570
- Fernandes & Irmão..... 350\$000
- Ferdinand E. Meyer..... 45\$240
- Fo ha do Dia..... 30\$000
- Ferreira & Campos..... 14\$100
- Genaro Dias & Comp..... 8\$50
- H. Garnier & Comp..... 122\$370
- José Ferreira de Carvalho..... 2\$50
- Joaquim Sequeira..... 46\$800
- J. Rainho & Comp..... 566\$20
- J. Paulo Hildebrand..... 13\$300
- Kassal & Guimarães..... 2\$000
- Lopes & Freire..... 95\$140
- L. Esaudier & Comp..... 46\$030
- La lis'ão Rabello de Vasconcelos..... 30\$000
- Moraes, Costa & Comp..... 70\$300
- Os abrücher Pap er Fabrik..... 1:034\$800
- Olympio de Campos & Comp .. 2\$600
- O Irbminense..... 103\$500
- Pereira Junior..... 40\$000
- Rodrigues & Comp..... 2\$100
- Ribeiro & Silva..... 18\$00
- Salvador & Carlos..... 20\$700
- Thomaselli Raul Souza & Comp. 85\$000
- Villas Boas & Comp..... 226\$800
- Wesling Irmãos..... 85\$8)
- Rio de Janeiro, Light and Power..... 6:\$40
- Lopes & Ramirez..... 254\$710
- Thesouro Federal..... 410\$0
- Henrique Rosa, pela differença na venda de penhor mercantil..... 3:73\$900

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1909. — Henrique Rosa, liquidante.

Visto. — Em 19 de outubro de 1909. — P. Figueiredo.

Fallencia de Francisco Fonseca & Comp.

AVISO AOS CREDITORES

Os infra assignados, syndicos desta fallencia, avisam a todos os interessados, que estarão, diariamente, á sua disposição, de 12 á 1 hora da tarde, na casa de negocio dos fallidos á rua da Alfandega n. 246, convidando-os a, até o dia 1 de novembro proximo, apresentarem a declaração de seus creditos e os respectivos titulos, de accôrdo com o art. 82 da lei n. 2.024, afim de ser feita a classificação dos creditos, ficando, outrossim, convocado para a primeira assemblea que se realizará no dia 16 de novembro proximo, á 1 hora da tarde, no Forum, á rua dos Invalidos n. 108, antigo.

Comunicam, tambem, que o Diario Official e o Jornal do Commercio serão os jornaes que publicarão os actos da fallencia.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1909. — Gonçalves, Zênha & Comp.

Companhia Industrial Constructora

ASSEMBLÉA GERAL EXTRAORDINARIA

(1ª convocação)

Os Srs. accionistas são convidados a se reunirem em assemblea geral extraordinaria no dia 20 do corrente, ás 10 horas da manhã, no Edificio da Bolsa, sala n. 1, para

os fins de resolverem sobre incidentos na Agencia da Bahia e outros assumptos de interesse social.

As accões ao portador deverão ser depositadas até o dia 18 do corrente.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1909. — O director presidente, Sebastião Mariz Sarmiento.

Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brazil

ASSEMBLÉA GERAL ORDINARIA

Convidamos os Srs. accionistas a se reunirem em assemblea geral ordinaria no dia 30 do corrente mez, ao meio-dia, no escriptorio, á rua Primeiro de Março n. 90, sobra'o, afim de dar-se-lhes conhecimento do relatorio da directoria e parecer do conselho fiscal referentes á anno proximo passado, procedendo-se, em seguida, á eleição do conselho fiscal e supplentes.

As accões ao portador deverão ser depositadas no escriptorio da companhia tres dias antes da reunião.

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1909. — A directoria.

A' praça

A abaixo assignada communica a esta praça e a quem possa interessar, que desde o dia 16 de agosto proximo passado, deixou de ser socia do Sr. Julio Cesar de Moraes, conforme o distracto social archivado em 23 do mesmo mez na Junta Commercial, sob numero 62.121, tendo o mesmo senhor assumido a responsabilidade da liquidação do activo e passivo da mesma sociedade que gyrava sob a firma de Moraes & Comp., estabelecida á rua de S. Luiz Gonzaga n. 17 e recebendo do mesmo senhor plena e geral quitação.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1909. — Francisca Adelia Coulomb Barroso.

A' Praça

Francisco de Almeida Rodrigues declara que, em virtude de conveniencias commerciaes, passará de hoje em diante a assignar-se, Francisco d' Almeida Cunha.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1909.

Imprensa Nacional

OBRAS Á VENDA

Acham-se á venda, na thesouraria da Imprensa Nacional:

«Lei sobre fallencias», n. 2.024, de 17 de dezembro de 1908. Preço 1\$ cada exemplar;

O decreto n. 2.044, de 31 de dezembro de 1908, definindo a letra de cambio e a nota promissoria, e regulando as operações cambiaes. Preço 1\$ cada exemplar;

A lei orçamentaria para o exercicio de 1909 (leis ns. 2.035 e 2.050, de 29 e 31 de dezembro de 1908). Preço 1\$ cada exemplar;

Tabellas de preço, ultimamente approvadas pela Repartição de Policia, para carros e automoveis de praça, custando 200 réis o exemplar cartonado.

IMPRENSA NACIONAL

Acham-se á venda, na thesouraria desta Repartição, as seguintes obras:

A		D	
Accordãos do Supremo Tribunal Federal de 1895 (M).....	2\$500	Constituição da Republica do Brazil.....	1\$000
Idem idem de 1896 (M).....	4\$000	Consultas do Conselho de Estado, secção de Fazenda, tomo 2º.....	2\$000
Idem idem de 1897 (M).....	6\$000	Consultas do Conselho de Estado, secção de Fazenda, tomo 3º.....	2\$000
Idem idem de 1898 (M).....	8\$000	Consultas do Conselho de Estado, secção de Fazenda, tomo 4º.....	2\$000
Idem idem de 1899 (M).....	9\$000	Consultas do Conselho de Estado, secção de Fazenda, tomo 5º.....	2\$000
Idem idem de 1900 (M).....	9\$000	Consultas do Conselho de Estado, secção de Fazenda, tomo 6º.....	2\$000
Idem idem de 1901 (M).....	10\$000	Consultas do Conselho de Estado, secção de Fazenda, tomo 7º.....	2\$000
Apontamentos para o Dicionario Geographico do Brazil, pelo Dr. Alfredo Moreira Pinto, contendo a descripção de todas as cidades, villas, edificios, etc., tres grossos volumes.....	20\$000	Consultas do Conselho de Estado, secção de Fazenda, tomo 8º.....	1\$500
As minas do Brazil e sua Legislação, pelo Dr. J. Pandiá Calogeras, 1º volume.....	6\$000	Consultas do Conselho de Estado, secção de Fazenda, tomo 9º.....	1\$500
Idem, 2º volume.....	6\$000	Consultas do Conselho de Estado, secção de Fazenda, tomo 10º.....	4\$000
Idem, 3º volume.....	6\$000	Consultas do Conselho de Estado, secção de Fazenda, tomo 11º.....	4\$000
		Consultas do Conselho de Estado, secção de Fazenda, tomo 12º.....	2\$000
		Consultas do Conselho de Estado, secção de Fazenda, tomo 13º.....	1\$500
		Consultas do Conselho de Estado, Negocios Ecclesiasticos, tomo 2º.....	3\$000
		Consultas do Conselho de Estado, Negocios Ecclesiasticos, tomo 3º.....	2\$000
		Codigo Penal da Republica dos Estados Unidos do Brazil, conversão das penas, fiança, prescripção, systema penitenciario, cellulas, etc., por um magistrado mineiro.....	3\$000
		Chorographia da provincia do Ceará, por José Pompeu de A. Cavalcanti.	1\$000
		Carta Geral da Republica, pelo Dr. Crockatt de Sá (M).....	10\$000
		Decisões de 1832.....	3\$000
		Decisões de 1833.....	3\$000
		Decisões do Governo Provisorio (1º e 2º fasciculo).....	3\$000
		Decisões do Governo Provisorio (3º e ultimo fasciculo)....	2\$000
		Decisões do Governo Provisorio (Additamentos).....	1\$500
		Decisões de 1871.....	4\$500
		Decisões de 1892.....	4\$000
		Decisões de 1893.....	2\$500
		Decisões de 1894.....	4\$000
		Decisões de 1895.....	3\$000
		Decisões de 1896.....	3\$000
		Decisões de 1897.....	3\$000
		Decisões de 1898.....	2\$000
		Decisões de 1899.....	3\$500
		Decisões de 1900.....	3\$000
		Decisões de 1901.....	3\$000
		Decisões de 1902.....	3\$000
		Decisões de 1903.....	4\$000
		Decisões de 1904.....	4\$500
		Decisões de 1905.....	4\$500
		Decretos do Governo Provisorio, novembro e dezembro de 1889.....	3\$000
		Decretos do Governo Provisorio, janeiro de 1890.....	2\$000
		Decretos do Governo Provisorio, fevereiro de 1890.....	1\$000
		Decretos do Governo Provisorio, março de 1890.....	2\$000
		Decretos do Governo Provisorio, abril de 1890.....	2\$000
		Decretos do Governo Provisorio, maio de 1890.....	4\$000
		Decretos do Governo Provisorio, junho de 1890.....	2\$000
		Decretos do Governo Provisorio, julho de 1890.....	2\$000
		Decretos do Governo Provisorio, agosto de 1890.....	3\$000
		Decretos do Governo Provisorio, setembro de 1890.....	2\$000
		Decretos do Governo Provisorio, outubro de 1890.....	3\$000
		Decretos do Governo Provisorio, novembro de 1890.....	4\$000

Decretos do Governo Provisorio, dezembro de 1890.....	3\$000
Decretos do Governo Provisorio, janeiro de 1891.....	2\$000
Decretos do Governo Provisorio, fevereiro de 1891.....	2\$000
Decreto n. 3.271 de 2 de maio de 1899 — Arrecadação de bens de defuntos, etc.....	2\$000
Decreto n. 3.678 — Altera varias disposições da Consolidação das Leis das Alfândegas.....	\$100
Decreto n. 1.178 — Crea o logar de contador nas Delegacias Fiscaes.....	1\$000
Decreto n. 1.782 de 28 de novembro de 1907 — Banco Agricola.....	\$500
Diccionario Bibliographico Brasileiro, contendo noticias das obras e as biographias de todos os escriptores brasileiros, pelo Dr. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake, 7 grs.vols. in 8º..	15\$000
Diccionario Geographico das Minas do Brazil, pe'o Dr. Francisco Ignacio Ferreira.....	6\$000
Direitos autoraes (Lei n. 496 de 1 de agosto de 1898).	\$500
Decreto n. 1.606—Crea o Ministerio da Agricultura...	\$500
Decreto n. 1.830 — Regula o deferimento de herança no caso de successão ab-intestato.....	\$300

E

Esboço Biographico de Abrahão Lincoln, traducção do capitão de fragata Orozimbo Moniz Barreto..	\$500
Escripuração Mercantil.....	3\$000
Estatutos da Escola Polytechnica.....	\$500

F

Facturas Consulares (Dec. 1.103, de 21 de novembro de 1903).....	1\$00
Formulario do Processo Criminal Militar.....	\$600
Fallencias (Lei n. 2.024 de 17 de dezembro de 1908.....	1\$000

G

Genera et Species Orchidearum Novarum quas collegit, descripsit et iconibus illustravit. r. Barbosa Rodrigues, 2º volume.....	1\$000
Gymnasio Nacional (Regulamento do) — Dec. n. 3.914, de 26 de janeiro de 1901.....	\$500

H

Historia dos tres grandes capitães da antiguidade (Annibal, Cesar e Alexandre), pelo Dr. Cesa Zama	3\$000
Historia Financeira e Orçamentaria do Imperio do Brazil, desde a sua fundação, precedida de alguns apontamentos ácerca da sua independencia, pelo Dr. Liberato de Castro Carreira, 1 grosso volume de 795 pag. em 8º.....	5\$000
Hugonianas — Poesias de Victor Hugo, traduzidas por poetas brasileiros, precodidas da biographia do mestre, por Mucio Teixeira...	2\$000
Hydrographie du Haut-San-Francisco, por Em m. Liais.....	15\$000

I

Instrucções para o alistamento de eleitores na Republica — Decreto n. 5.391, de 12 de dezembro de 1904.....	\$500
Informações e fragmentos historicos.....	1\$000
Instrucções para o serviço de prophylaxia especifica da febre amarella.....	1\$000
Instrucções para exames parcellados.....	1\$000
Instrucções para a Policia Federal.....	5\$000

L

Lei n. 221—Justiça Federal....	\$500
Lei n. 426—(eleitoral) de 7 de dezembro de 1896.....	\$100
Lei n. 628—Amplia a acção penal.....	\$300
Lei n. 1.269 — Legislação eleitoral.....	\$500
Lei do Casamento Civil e recapitulação em ordem alphabetica por M. André da Rocha.....	2\$000
Lei de fallencias.....	1\$000
Lei de fallencias—comparada..	1\$500
Lei das Sociedades Anonymas e Hypothecarias.....	1\$000
Lei Torrens.....	\$500
Lei sobre fallencias.....	1\$000
Lei e Regulamento sobre desapropriações por necessidade ou utilidade publica da União e do Districto Federal, decretos ns. 1.021, de 26 de agosto de 1903 e 4.956, de 9 de setembro de 1903.....	\$500
Lei do Orçamento—1889.....	\$500
Lei do Orçamento—1892.....	\$500
Lei do Orçamento—1893.....	\$500

Lei do Orçamento—1895.....	\$500
Lei do Orçamento—1897.....	1\$000
Lei do Orçamento—1898.....	1\$200
Lei do Orçamento—1899.....	1\$000
Lei do Orçamento—1901.....	1\$500
Lei do Orçamento—1902.....	1\$000
Lei do Orçamento—1903.....	1\$000
Lei do Orçamento—1904.....	1\$000
Lei do Orçamento—1905.....	1\$000
Lei do Orçamento—1906.....	1\$000
Lei do Orçamento—1907.....	1\$500
Lei da receita e despeza para 1908.....	1\$000
Lei do orçamento para 1909...	1\$000
Leis de 1808 a 1809.....	2\$500
Leis de 1810 a 1811.....	2\$500
Leis de 1812 a 1815.....	2\$000
Leis de 1816 a 1817.....	2\$000
Leis de 1818 a 1819.....	2\$000
Leis de 1820.....	2\$000
Leis de 1821.....	2\$000
Leis de 1822.....	2\$000
Leis de 1823.....	2\$000
Leis de 1824.....	2\$000
Leis de 1825.....	2\$000
Leis de 1826.....	1\$500
Leis de 1827.....	2\$000
Leis de 1829.....	3\$000
Leis de 1830.....	2\$200
Leis de 1831—2 volumes.....	3\$200
Leis de 1832.....	4\$000
Leis de 1833.....	4\$300
Leis de 1834.....	3\$200
Leis de 1835, 2 volumes.....	4\$000
Leis de 1836.....	3\$600
Leis de 1837.....	3\$000
Leis de 1838.....	2\$300
Leis de 1839.....	1\$400
Leis de 1840.....	2\$000
Leis de 1841.....	1\$900
Leis de 1842.....	3\$500
Leis de 1843.....	2\$500
Leis de 1844.....	2\$800
Leis de 1845.....	2\$300
Leis de 1846.....	2\$600
Leis de 1847.....	2\$600
Leis de 1848.....	1\$800
Leis de 1849.....	3\$400
Leis de 1852, 2 volumes.....	5\$200
Leis de 1853, 2 volumes.....	4\$600
Leis de 1908 (2 vols.).....	19\$200

Lei n. 1.788 -- Peculato e moeda falsa.....	\$500
Leis de 1854	5\$100
Leis de 1855	6\$600
Leis de 1856	5\$300
Leis de 1857 , 2 volumes.....	5\$600
Leis de 1858 , 2 volumes.....	6\$600
Leis de 1859 , 2 volumes.....	5\$500
Leis de 1860 , 3 volumes.....	10\$000
Leis de 1861 , 2 volumes.....	5\$700
Leis de 1862 , 2 volumes.....	5\$500
Leis de 1863 , 2 volumes.....	5\$600
Leis de 1864 , 2 volumes.....	5\$500
Leis de 1864 , additamento	\$500
Leis de 1865 , 2 volumes.....	7\$500
Leis de 1866 , 2 volumes.....	7\$600
Leis de 1867 , 2 volumes.....	6\$000
Leis de 1868 , 2 volumes.....	6\$000
Leis de 1869	6\$000
Leis de 1870	7\$500
Leis de 1873 , 4 volumes.....	9\$500
Leis de 1874 , 3 volumes.....	9\$000
Leis de 1875 , 3 volumes.....	9\$500
Leis de 1876 , 3 volumes.....	0\$000
Leis de 1877 , 3 volumes.....	7\$500
Leis de 1878 , 2 volumes.....	8\$00
Leis de 1879 , 2 volumes.....	6\$000
Leis de 1880 , 2 volumes.....	7\$000
Leis de 1881 , 3 volumes.....	10\$000
Leis de 1882 , 3 volumes.....	12\$000
Leis de 1883 , 3 volumes.....	10\$000
Leis de 1884 , 2 volumes.....	6\$000
Leis de 1885 , 2 volumes.....	6\$000
Leis de 1886 , 2 volumes.....	6\$000
Leis de 1887 , 2 volumes.....	6\$000
Leis de 1888 , 3 volumes.....	9\$000
Leis de 1889 , 3 volumes.....	8\$000
Leis de 1891 , 2 volumes.....	11\$000
Leis de 1892	12\$000
Leis de 1893	8\$500
Leis de 1894 , 2 volumes.....	12\$000
Leis de 1895	8\$000
Leis de 1896	8\$500
Leis de 1897	10\$000
Leis de 1898 , 2 volumes.....	16\$000
Leis de 1899 , 2 volumes.....	14\$000
Leis de 1900 , 2 volumes.....	12\$000
Leis de 1901 , 2 volumes.....	14\$000
Leis de 1902 , 2 volumes.....	12\$000
Leis de 1903	10\$00
Leis de 1904	13\$600
Leis de 1905	15\$200

Leis de 1906 , 2 volumes.....	15\$200
Leis de 1907 , 3 volumes.....	26\$000
Leis usuas da Republica dos Estados Unidos do Brazil , pelos Drs. Tarquinio de Souza, lente cathedratico da Escola Naval e da Faculdade Livre de Sciencias Juridicas e Sociaes do Rio de Janeiro, e Caetano Montenegro, juiz do Tribunal Civil e Criminal do Districto Federal: 1 grosso volume de 932 pags.(M)	10\$000
Lei n. 2.083 , de 30 de julho de 1909, reformando o Thesouro Federal.....	\$500
Licções de Physica , professadas no Lyceu de Artes e Officios, por Francisco Xavier de Oliveira Menezes.....	1\$000
Lista de eleitores do 1º districto	3\$000
Idem idem do 2º districto	1\$000
Letra de Cambio (Dec. n. 2.014 de 81 de dezembro de 1908, define a letra de cambio e a nota promissoria e regula as operações cambiaes.....	1\$000

M

Manual do Empregado de Fazenda (Tomo 2º).....	3\$000
Manual do Empregado de Fazenda (Tomo 3º).....	2\$500
Manual do Empregado de Fazenda (Tomo 4º).....	2\$500
Manual do Empregado de Fazenda (Tomo 5º).....	3\$000
Manual do Empregado de Fazenda (Tomo 6º).....	3\$700
Manual do Empregado de Fazenda (Tomo 7º).....	3\$000
Manual do Empregado de Fazenda (Tomo 8º).....	3\$000
Manual do Empregado de Fazenda (Tomo 9º).....	3\$000
Manual do Empregado de Fazenda (Tomo 10º).....	3\$000
Manual do Empregado de Fazenda (Tomo 11º).....	3\$000
Manual do Empregado de Fazenda (Tomo 12º).....	3\$000
Manual do Empregado de Fazenda (Tomo 13º).....	3\$000
Manual do Empregado de Fazenda (Tomo 14º).....	3\$000
Manual do Empregado de Fazenda (Tomo 15º).....	3\$000
Manual do Empregado de Fazenda (Tomo 16º).....	3\$000
Manual do Empregado de Fazenda (Tomo 17º).....	3\$000

Manual do Empregado de Fazenda (Tomo 18º).....	3\$00
Manual do Empregado de Fazenda (Tomo 19º).....	2\$50
Manual do Empregado de Fazenda (Tomo 20º).....	2\$500
Manual do Empregado de Fazenda (Tomo 21º).....	4\$000
Manual do Empregado de Fazenda (Tomo 22º).....	2\$000
Manual do Empregado de Fazenda (Tomo 24º).....	3\$000
Mappa topographico do Espirito Santo (M).....	2\$000
Marcas de fabricas e de commercio — Lei numero 1.236, de 24 de setembro de 1904—Modifica o decreto numero 8.343, de 14 de outubro de 1887—Decreto n. 5.424, de 10 de janeiro de 1905—Approva o regulamento para a execuçaõ da lei n. 1.236, de 24 de setembro de 1904, sobre marca de fabrica e de commercio.....	1\$000
Modelos de balanços	4\$000

N

Noticia Historica dos servicos, instituicoes e estabelecimentos do Ministerio da Justica e Negocios Interiores (M).....	6\$000
Nova Luz sobre o passado	10\$000

O

Organizaçao Judicial , comprehendendo os decretos n. 2.434, de 7 de fevereiro de 1897 e n. 2.579, de 16 de agosto de 1897.....	2\$000
---	--------

Ordenança dos toques de corneta e clarim , pelo coronel Moreira Cesar....	2\$000
--	--------

O contrabando e o seu processo — Alfredo Pinto de Araujo Corrêa.....	2\$000
---	--------

P

Primeiras Licções de Cousas , de N. A. Calkins (da 40ª edição american), versao e adaptacao pelo Dr. Ruy Barbosa, 1 grande volume em 8º	4\$000
--	--------

Parecer do Senador Ruy Barbosa sobre o Codigo Civil Brasileiro, 1 grande volume.....	6\$000
---	--------

Pacificação dos Krichanás , passado e presente dos Krichanás, ethno-graphia, archeologia e geographia, documentos, vocabularios, etc., por J. Barbosa Rodrigues.....	1\$000
---	--------